



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Elisabete Filipa Costa Vinhas

OS CASTELOS DO NORDESTE TRANSMONTANO

UMA ROTA INTERPRETADA

Trabalho de Projeto do Mestrado em Arte e Património, orientado pela Professora Doutora Luísa Trindade, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

13 de Outubro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

OS CASTELOS DO NORDESTE TRANSMONTANO UMA ROTA INTERPRETADA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Trabalho de Projeto
Título	Os Castelos do Nordeste Transmontano
Subtítulo	Uma Rota Interpretada
Autor/a	Elisabete Filipa Costa Vinhas
Orientador/a(s)	Doutora Luísa Trindade
Júri	Presidente: Doutora Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e Quadros Vogais: 1. Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa 2. Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arte e Património
Área científica	História da Arte
Data da defesa	13 de outubro de 2022
Classificação	15 valores



Para a minha mãe, por tudo e para tudo, a quem dedico este projeto.

Para o Jorge, os meus avós e o Mário, apoios fundamentais no dia-a-dia.

Para todos os professores que me fizeram chegar até aqui, com carinho especial para o professor Ricardo e para a Professora Doutora Luísa Trindade que me orientou neste processo.

Para a Anita e o Fernando, a família que não é de sangue.

Para a Mariana, o Tiago e o David, que trazem ao de cima a minha melhor versão.

Para o Rui, que me lançou uma corda de salvação.

RESUMO

Os Castelos do Nordeste Transmontano

Os Castelos do Nordeste Transmontano representam uma linha defensiva em relação a Castela numa época em que Portugal era ainda um reino recém-formado e em processo de consolidação de fronteiras. Castelos com as mais variadas origens pertencentes, no tempo, a ordens militares, como os Hospitalários e os Templários, a famílias da grande nobreza, como os Braganções e mais tarde os Távoras, ao rei, naturalmente. Castelos de raiz medieval que no século XVI sofreram alterações para se adaptarem à pirobalística, alguns em maior escala que outros. Obras que na sua maioria não ficaram estáticas no tempo e se foram adequando à arte da guerra e ao carácter residencial em tempos de paz. Castelos que se encaixam numa rota desenvolvida para apoiar a interpretação e divulgação destes espaços. Associado a esta rota encontra-se um Centro Interpretativo que tem por objetivo colocar o visitante em contacto com o património e a história. Para além de colocar estes monumentos no mapa patrimonial e turístico, tem-se como objetivo aumentar o fluxo turístico a Trás-os-Montes e dar a conhecer o espaço e tradições, de forma cada vez maior e melhor. A criação da rota e do centro interpretativo surge como uma forma diferente de olhar o património, fugindo do tradicional museu e tentando melhorar o tipo de informação que é transmitido a quem visita um espaço ou edifício histórico. É ainda abordado o tema dos castelos medievais enquanto estruturas e Duarte de Armas com o seu Livro das Fortalezas e a sua importância fulcral no estudo dos castelos portugueses. No final é adicionado um glossário para consulta e futura aplicação na rota e respetivo centro interpretativo.

Palavras-chave: castelo, rota, centro interpretativo, Trás-os-Montes, medieval.

ABSTRACT

The Castles of the Northeast of Trás-os-Montes

The castles in the northeast of Trás-os-Montes represent a defensive line in relation to Castile at a time when Portugal was still a newly formed kingdom and in the process of consolidating its borders. Castles with the most varied origins belonging, in time, to military orders, such as the Hospitallers and the Templars, to families of the great nobility, such as the Braganções and later the Távoras, to the king, naturally. Medieval castles that underwent alterations in the 16th century to adapt to pyroballistics, some on a larger scale than others. Works that, for the most part, were not static in time and adapted to the art of war and the residential character in times of peace. Castles that fit into a route developed to support the interpretation and dissemination of these spaces. Associated with this route is an Interpretive Center that aims to put the visitor in contact with heritage and history. In addition to placing these monuments on the heritage and tourist map, the objective is to increase the tourist flow to Trás-os-Montes and make the space and traditions known, in an increasingly larger and better way. The creation of the route and the interpretive center emerges as a different way of looking at the heritage, moving away from the traditional museum and trying to improve the type of information that is transmitted to those who visit a historic space or building. The theme of medieval castles as structures and Duarte de Armas with his *Livro das Fortalezas* and their central importance in the study of Portuguese castles are also addressed. At the end, a glossary is added for consultation and future application on the route and respective interpretive center.

Keywords: castle, route, interpretative center, Trás-os-Montes, medieval.

ÍNDICE

Introdução.....	1
O Castelo Medieval como Estrutura	2
A Importância do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas	8
Rotas	12
Rota do Românico	13
Rede de Judiarias.....	17
Rede de Castelos e muralhas do Mondego	19
Rota da Terra Fria.....	20
A Rota dos Castelos do Nordeste Transmontano	24
Castelo de Algosó.....	25
Castelo de Bragança.....	31
Castelo de Miranda do Douro.....	38
Castelo de Mogadouro.....	43
Castelo de Outeiro	48
Castelo de Penas Róias.....	52
A Rota em Análise	55
Conclusão	63
Glossário	64
Bibliografia/ Fontes Consultadas.....	78
Anexos	86

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge na continuidade de um trabalho desenvolvido na Unidade Curricular de Espaços do Profano, lecionada pela Professora Doutora Luísa Trindade, no Mestrado de Arte e Património. Trata a região de onde sou originária, com o orgulho que qualquer transmontano sente ao falar da sua “terra”, ao ter de defender algo que não é nosso fisicamente, mas que precisa de constante afirmação perante o resto do país.

Trás-os-Montes é uma região muitas vezes esquecida pelo poder central e pelos livros de História. Trás-os-Montes deu lugar a momentos decisivos na história nacional e tem um vastíssimo património histórico-artístico que não pode ser negligenciado. Cabe-me a mim, e a tantos outros jovens, mudar o paradigma que dura desde tempos imemoriais, cabe aos da Terra mudar o rumo do nosso património.

Neste projeto vão ser abordados seis castelos, escolhidos pela sua implantação geográfica e também pelos vestígios que apresentam, por ordem de apresentação são Algosó, Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Outeiro e Penas Róias. De forma a dar corpo a este projeto foi necessário abordar outros temas que não a história dos castelos escolhidos, no seguimento disso este trabalho divide-se em vários capítulos, começando com uma introdução sobre o que é o castelo medieval, para logo de seguida se explicar a importância que o Livro das Fortalezas de Duarte de Armas tem para o estudo dos castelos portugueses. Após esta explicação teórica encontramos a parte mais prática do trabalho, onde são analisadas rotas já existentes para perceber o que já foi feito e quais os bons, ou maus, exemplos que existem e o que se pode aproveitar de cada um. O capítulo seguinte, e parte nuclear deste trabalho, é o desenvolvimento da rota que apresento juntamente com o posterior desenvolvimento de um Centro Interpretativo. Por fim, mas não menos importante, foi adicionado um Glossário para consulta e posterior utilização na rota.

Este projeto de Rota dos Castelos do Nordeste Transmontano tem como objetivo dar a conhecer alguma da arquitetura medieval mais notável da região, quer atuando como rota independente, quer associando-se a outra já existente. Idealmente, com os desenvolvimentos e adaptações necessárias, poderá eventualmente ser posto em prática, caso os Municípios contemplados assim o entendam.

O CASTELO MEDIEVAL COMO ESTRUTURA

Entre a multiplicidade de estudos sobre castelologia importa destacar, para a análise da arquitetura militar medieval portuguesa, as obras de João Gouveia Monteiro¹ e de Mário Jorge Barroca, o primeiro essencialmente numa baliza cronológica de 1350 a 1450 e muito centrada na documentação escrita, o segundo cruzando diferentes vertentes (vestígios materiais, resultados das campanhas arqueológicas, documentação escrita, etc.) e cronologias, num arco temporal que vai da origem do castelo à sua substituição pelo sistema abaluartado, já no século XVI². Para o nosso propósito, interessa fazer uma breve análise da sua evolução, no que essencialmente seguiremos os autores referidos.

Como sublinha Mário Jorge Barroca (BARROCA, 1990/91), as populações sempre sentiram necessidade de defesa, mas o castelo como hoje o conhecemos só começou a ganhar forma com o processo da Reconquista Cristã³, ou seja, uma estrutura militar para zelar pela segurança de um determinado território e não somente a segurança de um habitat.

Embora as primeiras estruturas castelares datem da época da Reconquista Cristã e do ímpeto de defesa dos territórios que se iam reconquistando, existem poucos vestígios, por vezes incorporados noutras estruturas ou então totalmente desaparecidos. Isto acontece, não só pela ação do tempo, mas também pela ação do homem e sobretudo pela grande quantidade de materiais perecíveis (como a madeira, por exemplo) que se empregavam nas construções e que acabam por desaparecer. Estes castelos, morfologicamente muito simples, quase só um anel de pedra, deveriam, pela lógica de defesa, estar implantados em locais altos, permitindo um mais alargado campo de visão. Para isso utilizavam as escarpas e afloramentos rochosos naturais como local de implantação por forma a reduzir o esforço construtivo. Por isso recebem o nome de castelos roqueiros. Seriam de pequena

¹ MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média, Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Colibri, Novembro 1999, Lisboa.

² Veja-se deste autor os seguintes trabalhos: BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)* in PORTUGALIA, Nova Série, Vol. XI-XII, 1990/91, p. 89-136; *A Ordem do Templo e a Arquitetura Militar Portuguesa do século XII*, Portugalia, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, 1996/1997, p. 171-209; *Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino no Séc. XII*, Acta historica et archaeologica mediaevalia, 2001, nº22, p.213-227; , *Da Reconquista a D. Dinis*, Nova História Militar de Portugal, vol. I, pp.22-68, 2003; D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa, Revista da Faculdade de Letras II Série, Vol. XV, Tomo I, Porto, 1998, p.801-822; *Arquitetura Militar*, in “Nova História Militar”, volume 1, Círculo de Leitores, 2003, p. 95- 121; *De Miranda do Douro ao Sabugal- Arquitetura Militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira*, Portugalia, Nova Série, XXIX-XXX, 2008-2009, p. 193-252; *Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)*, in Portugalia, vol. XXV, 2004, Porto, p.181-204; *Tempos de Resistência e de inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)*, Portugalia, Nova Série, Vol. XXIV, 2003, p.95-112.

³ A Reconquista tem início em 718 com a Revolta de Pelágio e, em Portugal, termina em 1249 com a conquista de Faro. No resto da Península termina em 1492 com a conquista de Granada.

dimensão para serem de mais fácil e rápida construção e defesa, usando o mínimo de recursos possível.

Em meados do século XI, com Fernando Magno⁴ e o avanço para sul da Reconquista Cristã, as estruturas anteriores perdem eficácia. Surge uma nova organização territorial, apoiada nas Terras e na nobreza local, o que faz com que os castelos roqueiros, erguidos em áreas mais rurais, iniciem um processo de decadência, por oposição aos que ascendiam a cabeça de Terra. Este fenómeno tem como consequência maior o estabelecimento da linha de castelos que se associam à Baixa Idade Média, algo que só irá mudar no reinado de D. Dinis após a assinatura do Tratado de Alcanices (1297)⁵ de forma a controlar e manter a linha de fronteira por oposição ao reino vizinho.

Temos então um conjunto de castelos que ascendeu à chefia de uma Terra e que podemos integrar no chamado castelo românico. Caracterizam-se pela implantação no alto de montes, tal como acontecia anteriormente, sendo que também se estabeleciam junto às principais vias de comunicação e circulação. A este género de castelo, e também ao castelo roqueiro, associa-se a «defesa passiva», entendida como a capacidade de resistir ao assédio de forma eficaz, ação que recai sobretudo na espessura e altura das muralhas. Já no que toca ao ataque, as soluções eram mínimas, razão por que se recorre à expressão “defesa passiva”. A sua fisionomia caracterizava-se por muralhas com adarve⁶ e torreões quadrados adossados à muralha. Mais altos que esta, estes torreões permitiam a vigilância e o disparo sobre os alicerces da muralha, permitindo o tiro flanqueado⁷ e localizando-se maioritariamente nos pontos em que a muralha mudava de direção. Com o passar do tempo o seu número vai aumentando. Por norma, o recinto destes castelos seria pequeno, permitindo apenas a estadia de uma pequena guarnição de homens. A grande inovação, em relação aos castelos erguidos anteriormente, é a introdução da Torre de Menagem⁸ — o último reduto de defesa — que se implanta no centro do pátio de armas e na cota mais alta do terreno. Os mais antigos exemplos de Torres de Menagem estão associados à Ordem do Templo⁹, como por exemplo a do Castelo de Penas Róias (c.

⁴ Fernando Magno, Rei de Leão, conquistou Viseu e Coimbra em 1064.

⁵ Este Tratado define as fronteiras do reino português.

⁶ O adarve é o caminho de ronda localizado na face interior da muralha.

⁷ Tiro flanqueado é referente ao tiro entre flancos do castelo, sendo tiro cruzado e mais difícil de resistir por parte do inimigo.

⁸ A Torre de Menagem constitui o elemento central do castelo, é o último reduto de defesa e em alguns casos possui caráter habitacional. Por norma, estas torres podiam alcançar os três pisos. O piso inferior não possuía aberturas e podia ser aproveitado como aljube, armazém ou cisterna. No primeiro piso, o de entrada, podia já possuir algumas aberturas como seteiras e seria utilizado durante as audiências; os pisos superiores já mais iluminados e arejados podiam servir de alojamento e guarda de armamento.

⁹ A Ordem do Templo foi fundada em 1118, por Hugo de Payens, com a finalidade de proteger os cristãos em peregrinação a Jerusalém. Os seus membros faziam votos de pobreza, castidade, devoção e obediência. Estes freires cavaleiros, de defensores de peregrinos passaram também a ser defensores dos reinos cristãos, sobretudo na Península Ibérica e na Terra Santa. A Ordem acaba por ser extinta em 1312, pelo Papa Clemente V, embora

1066). Foi D. Gualdim Pais¹⁰, mestre da Ordem do Templo em Portugal que trouxe esta novidade. O acesso a estas torres fazia-se ao nível do primeiro piso, com uma escada móvel, que poderia ser recolhida em caso de ameaça pelo último soldado da guarnição. Pelo seu carácter forte e opaco era praticamente inexpugnável.

O século XIII traz consigo a novidade de um reino sob domínio cristão, com a conquista do Algarve em 1249 e a assinatura do Tratado de Alcanices em 1297. Como consequência, a atenção da coroa foca-se nos castelos da raia seca¹¹ do reino, na sua reforma e manutenção. É neste momento que se introduz a «defesa ativa», conceito a que voltaremos.

Acompanhando as alterações na estrutura política e no território, em plena consolidação, o castelo adaptar-se-á igualmente aos novos tempos (MONTEIRO, 1999).

Tendo em conta o investimento feito no reinado de D. Dinis¹² no estabelecimento das fronteiras e na melhoria da sua defesa, o século XIV abre com uma linha de defesa consolidada. É esse um momento fundamental com a construção, reconstrução ou adaptação de várias dezenas de fortalezas em todo o território português, ainda que com especial incidência na linha de fronteira com os reinos vizinhos. Mais tarde, D. Fernando¹³ e D. João I¹⁴, vão ser igualmente responsáveis por inúmeras reformas no sistema defensivo do reino, com grande enfoque, uma vez mais, na zona da fronteira. Ganha particular destaque nesta época, em parte devido ao clima de guerra que caracterizou ambos os reinados, a reconstrução ou construção de muralhas e torres de menagem, respetivamente.

em Portugal tenha tido um fim diferente. D. Dinis passa todos os bens da Ordem do Templo para a recém-criada Ordem de Cristo, dando quase que continuidade à ordem pré-existente. Em Portugal, a Ordem do Templo teve um papel fundamental no processo de Reconquista.

¹⁰ D. Gualdim Pais (GOMES, 2015) foi freire e mestre da Ordem do Templo em Portugal. Ficaram-nos algumas lápides com inscrições a respeito da sua pessoa, com as de Tomar e Almourol, embutidas nas paredes ou muralhas dos castelos, comprovando a importância que os cavaleiros da Ordem dariam a atos fundacionais, algo comum a uma pequena camada populacional letrada que, para além de saber escrever, dava importância à memória. D. Gualdim Pais foi contemporâneo de D. Afonso Henriques e terá participado, juntamente com o rei, na Batalha de Ourique (1139), nas Conquistas de Santarém e Lisboa (1147), dirigindo-se depois à Palestina, de onde regressou em 1156 para assumir o papel de Mestre da Ordem do Templo em Portugal. Continuou a apoiar o rei na Reconquista, tendo participado na tomada de Beja, em 1162, e na de Évora, em 1165. Também terá participado na defesa de Santarém em 1171. Em 1190, Gualdim Pais defendeu Tomar contra um grande exército muçulmano. A par desta faceta militar prática, durante a década de 1160 e 1170, dedicou-se à arquitetura militar fundando os castelos de Pombal, Tomar e Almourol, introduzindo os novos elementos arquitetónicos que conheceu na sua viagem e estadia na Palestina, entre os quais a torre de menagem e o alambor. Governou a Ordem do Templo durante quase quarenta anos, caracterizando-se o seu governo pela consolidação institucional e senhorial da Ordem, bem como pelo povoamento de terras e fundação de castelos.

¹¹ Fronteira terrestre com o reino vizinho.

¹² Reina entre 1279 e 1325.

¹³ Reina entre 1367 e 1383.

¹⁴ Reina entre 1385 e 1433.

O foco dos monarcas nos castelos da fronteira, fez com que as fortificações do interior do reino deixassem de receber um investimento contínuo. Este desfasamento terá começado ainda no reinado de D. Dinis e prolongar-se-á durante vários séculos. A manutenção e reforma dos castelos raianos é fundamental para manter a fronteira luso-castelhana estável. Esta preferência é visível ainda no reinado de D. Manuel I, com a missão que entrega a Duarte de Armas.

O grande esforço de adaptação é feito de acordo com o que a historiografia tem vindo a chamar de «defesa ativa», conceito que tem por base a capacidade de resposta a um ataque, ou seja, a possibilidade da guarnição sitiada, a par da defesa, poder contra atacar de forma eficaz. O que é conseguido através do reforço do número de torres, por forma a aumentar a vigilância e o número de ângulos de disparo (os arcos e bestas próprios da neurobalística¹⁵), da passagem das seteiras¹⁶ simples às cruzetadas, aumentando o campo de visão; pelo alargamento do adarve possibilitando uma melhor movimentação ao mesmo tempo que recebe um murete para proteção contra as quedas; pela diminuição do espaço entre as ameias¹⁷, de forma a resguardar quem se encontra dentro do castelo de tiro inimigo; pela introdução de balcões com mata-cães¹⁸ que permitem o tiro vertical, o arremesso de pedras e ainda o despejo de líquidos quentes sobre os inimigos; pela adoção das barbacãs, muro mais baixo que a muralha, que lhe corre paralelo, pelo exterior, e se apresenta como mais um obstáculo a ultrapassar, impedindo o encosto de máquinas de cerco ou simples escadotes (função semelhante ao alambor¹⁹). Ao mesmo tempo, as portas²⁰, como pontos mais fracos da muralha, começam a ser protegidas por torres e dificultam-se as entradas com técnicas herdadas dos muçulmanos, como a entrada em cotovelo²¹. Mas a modificação mais importante e que mais altera a configuração do castelo é o reposicionamento da Torre de Menagem, que deixa de estar isolada no centro da fortificação e começa a aparecer encostada à muralha, pelo exterior, permitindo uma melhor defesa da fortaleza e um contra-ataque mais eficaz, bem como a fuga discreta caso seja necessário.

¹⁵ A neurobalística limita-se a engenhos que tinham como motor propulsor a flexão e torção de cordas ou tendões animais como o arco, a besta, a catapulta e o trabuquete.

¹⁶ Local por onde se efetua o disparo de setas e virotes.

¹⁷ O espaço entre as ameias é denominado «aberta».

¹⁸ O mata-cães é a abertura no chão do balcão através do qual se procede ao tiro vertical ou ao despejo de líquidos. Por norma situam-se nas torres e nas portas de entrada dos castelos. Não confundir com a estrutura das latrinas, muito semelhante, e, que em Portugal terá tido pouca expressão (Duarte de Armas assinala a existência de uma em Outeiro de Miranda, mas não chegaram até nós vestígios da sua existência).

¹⁹ O alambor é o espessamento da base da muralha, com a finalidade de impedir o encosto de torres de assalto, de catapultas e trabucos e de dificultar a sapa e britagem (ações de escavação para entrar transpor a muralha).

²⁰ No castelo medieval existem vários tipos de portas. A porta principal ou porta da vila que ligava o castelo à povoação adjacente; a porta da traição, oculta e oposta à porta principal, de dimensão mais pequena e por onde se podia atacar o inimigo discretamente ou fugir, se necessário. Por vezes também existiam portas falsas que serviam para confundir o inimigo, que acabava por ser conduzido a uma divisão sem saída.

²¹ A entrada em cotovelo caracteriza-se por possuir uma curva e contracurva, dificultando ou até impedindo o uso do ariete para derrubar a porta, enquanto encurrala o inimigo.

Para além desta deslocação, tornam-se mais espaçosas²² e abandonam a rigidez da planta quadrangular, para optarem por plantas poligonais que permitem mais ângulos de tiro. Finalmente, regista-se o recurso cada vez mais frequente a fossos e cavas (escavações em redor dos castelos, inundadas ou deixadas a seco e complementadas por pontes levadiças). Todo este conjunto de modificações faz-se pouco a pouco, no decorrer do tempo longo.

Com a evolução da arte guerra introduz-se a pirobalística²³, que no Ocidente Europeu já era praticada desde a primeira metade do século XIV (em Inglaterra as alterações na arquitetura militar haviam começado em 1365). Em Portugal, a transição faz-se um pouco mais tarde, concretamente no último quartel do mesmo século, como Fernão Lopes relata na sua crónica: na terceira guerra fernandina Lisboa recebe o infante D. João de Castro “aos trões e viratoões”. Esta novidade terá repercussões imensas, fazendo com que os castelos tenham de se adaptar novamente para poderem resistir às armas de fogo, as bombardas e os trons. Constroem-se barreiras avançadas, barbacãs e antemuros (que servem como uma primeira “barragem” ao fogo inimigo), os torreões vão ganhando formato circular de forma a fazerem resvalar os projéteis, os ângulos dos muros tornam-se mais agudos e recorre-se com mais frequência a cavas, fossos e escarpas acentuadas. Para além destas modificações que permitem resistir às armas de fogo, foi necessário fazer alterações que permitissem o acolhimento das mesmas, tal como abrir troneiras²⁴, criar rampas ao invés de escadas para subir ao alto dos muros e torres e, mais tarde, casamatas abobadadas para albergar artilharia.

É neste longo momento da passagem da neurobalística à pirobalística —que iniciado ainda no século XIV, abarca todo o século XV e se consolida já nas primeiras décadas de Quinhentos — que surge o trabalho Duarte de Armas, respondendo à necessidade que o monarca, D. Manuel I, tinha de dispor de informação precisa e atualizada sobre o estado das fortalezas, conhecendo aquelas que ainda representavam uma mais-valia em caso de guerra e aquelas que estavam ultrapassadas.

Mas este é o tema do próximo capítulo.

²² Em meados do século XIV, as torres de menagem têm tendência a tornar-se mais espaçosas respondendo às necessidades do seu novo carácter residencial. Desta forma rasgam-se janelas — preferencialmente nos pisos superiores —, que garantem a iluminação e o arejamento (isto pode ser visto na Torre de Menagem de Bragança, que, de acordo com os debuxos de Duarte de Armas, teria vinte e quatro aposentos).

²³ A pirobalística significa o uso de armas de fogo, que embora comecem por ser muito instáveis e terem um efeito mais psicológico que físico, rapidamente evoluem para poderosas máquinas de guerra.

²⁴ A troneira é a abertura circular rasgada na muralha para receber o cano da arma de fogo. O rasgo é feito na base de uma seteira cruzetada permitindo a visão durante o disparo.

A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DE FORTALEZAS DE DUARTE DE ARMAS

O livro das Fortalezas, de Duarte de Armas, é um elemento essencial em qualquer estudo de castelologia portuguesa. Realizado cerca de 1509, constitui uma fonte iconográfica das mais fidedignas para o estudo de mais de 50 castelos. Mesmo passados 500 anos o observador consegue encontrar semelhanças entre os debuxos e a realidade subsistente, as paisagens e os equipamentos.

Na realidade, o seu interesse enquanto fonte iconográfica extravasa amplamente a arquitetura militar, possuindo uma variedade de representações de elementos caracterizadores da época a nível arquitetónico, social, de costumes, etc. Veja-se o caso das forcas, dos pelourinhos, das noras, fontes, demarcação dos campos cultivados, entre outros (ver figura 1 em anexo).

Duarte de Armas, figura até hoje mal conhecida, desenha as fortalezas da raia seca de Portugal a mando do Rei D. Manuel I²⁵, com o objetivo de registar o estado de conservação e a respetiva eficácia militar. Para além de duas vistas de cada fortaleza insere também as plantas da quase totalidade das fortalezas representadas. Recorde-se que a arte da guerra atravessava profundas alterações com a substituição definitiva da neurobalística pela pirobalística, tornando inevitável uma adaptação das estruturas arquitetónicas por forma a resistirem em caso de ataque. É assim que Duarte de Armas, nas “prata formas” ou plantas que debuxa, faz questão de destacar as troneiras, evidenciando todos os castelos que, nas últimas décadas, tinham recebido melhoramentos capazes de proporcionar o uso de trons. Aspeto tanto mais importante quanto os castelos em causa marcavam a fronteira com o reino vizinho, como o próprio Duarte de Armas afirma no 1º fólio: “Este livro he das fortalezas q são situadas no estremo de portugall e castella”. Como sublinha Mário Jorge Barroca (BARROCA, 2018) “(...) constitui uma radiografia, sincrónica, dos sistemas defensivos de fronteira”. Trata-se de um levantamento quase sistemático dos principais castelos sobre os quais recaía a defesa do reino em relação ao reino vizinho, com uma preocupação estratégica que é corroborada pelas plantas comentadas que Duarte de Armas inseriu na segunda parte do códice.

Sobre Duarte de Armas sabe-se ter nascido por volta de 1465, em Lisboa, no seio de uma família bem posicionada no âmbito dos serviços da corte portuguesa. Ao que tudo indica, o seu avô paterno, Lopo Afonso Veiros, foi escudeiro da casa de D. Afonso V, tesoureiro do infante D. Fernando (1437), juiz do Cível (1445), contador dos contos e juiz da portagem, entre 1447 e 1471 (CASTELO-BRANCO, 1994, p.101). O seu pai, Rui Lopes de Veiros, foi escudeiro da casa real, escrivão da Torre do Tombo, bacharel em Direito Canónico, notário apostólico e guarda-mor da Torre do Tombo. Duarte de Armas, por seu

²⁵ Rainha entre 1495 e 1521.

turno, já em 1492, ocuparia o cargo de escrivão de D. João II, tornando-se recebedor da Chancelaria entre 1500 e 1503, no reinado de D. Manuel.

O trabalho do Livro das Fortalezas demonstra uma “mão experiente”. Segundo Damião Góis, Duarte de Armas teria efetuado um trabalho semelhante cerca de dois anos antes, em 1507, quando partiu numa armada «a sondar as barras de Azamor, Mamora, Salé e Larache (...)» (PEREIRA, 2012, p.42). Se assim aconteceu, dessa encomenda nada parece ter subsistido.

Do trabalho executado por Duarte de Armas ao longo da fronteira do reino resultaram dois códices: o Códice A, do espólio da Torre do Tombo (sobre o qual recai o maior número de estudos), parece ser uma cópia do Códice B, existente na Biblioteca Nacional de Madrid. No primeiro, que terá sido a versão entregue ao Rei, o traço é mais apurado e as vistas aprimoradas, e nem sempre totalmente coincidentes com as que se encontram no códice B²⁶. Este, por sua vez, muito danificado e incompleto, terá sido o primeiro a ser realizado constituindo uma espécie de desenho preparatório com legendas muito mais abundantes que na versão final. Encontra-se em Madrid, embora nunca se tenha percebido como lá chegou.

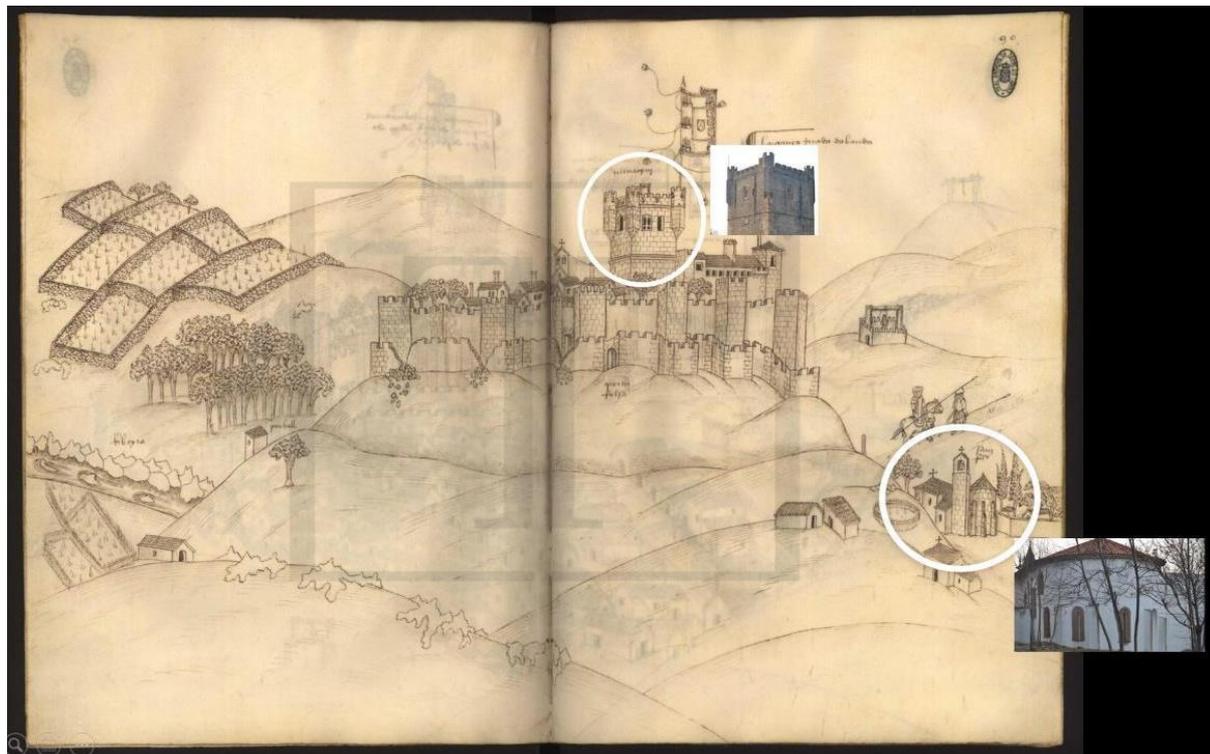
Para além da publicação fac-similada do Livro das Fortalezas, com uma longa introdução da autoria de Castelo de Branco e datada de 1990, surgiu mais recentemente uma outra, de João José Alves Dias²⁷, onde o códice A é minuciosamente escrutinado. Para além destes autores que estudaram o Álbum em pormenor, muitos foram os investigadores que usaram Duarte de Armas para os seus mais variados estudos, como por exemplo, Luísa Trindade, Matos Gameiro e Paulo Pereira nas suas dissertações de doutoramento, ou Pedro Cid na obra sobre Castelo de Vide, entre muitos outros²⁸.

²⁶ Sobre o códice B pode-se consultar GONZÁLEZ SIMANCAS, M. (1910), "*Plazas de guerra y castillos medievales de la frontera de Portugal (Estudios de Arquitectura Militar)*" *Revista de Archivos. Bibliotecas y Museos*, XXII. Madrid. Estudo pioneiro no que toca ao códice de Madrid;

²⁷ Dias, J. J. A. (2015). *Duarte de Armas: Livro das Fortalezas; apresentação e leituras [transcrição]*. Caleidoscópico.

²⁸ Vários autores se debruçaram sobre o estudo de Duarte de Armas e o Livro das Fortalezas, entre os quais importa referir: PEREIRA, Paulo (2012), "*O Livro das fortalezas*", in *A Arquitetura Imaginária. Pintura, escultura, artes decorativas*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga- Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.43. PEREIRA, Paulo (2011), *A "Fábrica Medieval". Concepção e construção na arquitetura portuguesa (1150-1550)*, Parte II. Representação instrumental da Arquitetura. Lisboa Universidade Técnica de Lisboa (policopiado). MATOS GAMEIRO, Pedro (2014), *O semblante original das Fortalezas Medievais de Portugal*. Granada: Escuela de Posgrado da Universidade de Granada (policopiado). MATOS GAMEIRO, Pedro, *Azimute: aferição da orientação dos debuxos do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. CID, Pedro (2005), "*Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas*", *Estudos/ Património*, 8. Lisboa: IPPAR- Instituto Português do Património Arquitetónico, 108-119. CORTESÃO, Armando (1935), *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, vol.II. Lisboa. Seara Nova, 110-120. CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva (1994), "*O Livro de Duarte de Armas*", *A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa*, Francisco Faria Paulino (coord.). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses. TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na Composição de Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra,

Como já referido, o percurso traçado nesta obra, de Castro Marim a Caminha, possibilita-nos uma viagem pelo que seria a primeira linha defensiva do Reino. Com um considerável grau de precisão, as falhas registadas não são em número suficiente para desacreditar a obra na sua totalidade. Vale a pena ver alguns exemplos da coincidência entre os debuxos e a atualidade.



Apenas a título de exemplo, na vista de Bragança pode comparar-se a cabeceira da Igreja do Convento de São Francisco, com 500 anos de intervalo: atualmente rebocada, a estrutura permanece a mesma nas suas grandes linhas. O mesmo se verifica relativamente à parte superior da torre de menagem, onde as semelhanças são quase fotográficas, por exemplo nas torretas dos ângulos ou nas janelas rasgadas.

Algumas das fortalezas que integram a rota que constitui o foco deste trabalho que agora apresentamos, foram contempladas por Duarte de Armas no seu percurso. As de Mirando do Douro, Outeiro e Mogadouro, hoje muito destruídas, podem usufruir amplamente dos seus debuxos, permitindo de forma facilmente compreensível e apelativa a redescoberta da configuração do espaço

TRINDADE, L. (2015). Desenho: discurso e instrumento. In *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian. p. 401-452.

construído e da paisagem envolvente. Nestes casos, o cotejo e o aproveitamento de toda a informação veiculada por Duarte de Armas será objeto de análise nos respetivos capítulos.

ROTAS

A palavra rota vem da "*route*" francesa, que por sua vez deriva do latim *rupta*. É um caminho, estrada ou via rodoviária que permite viajar de um lugar para outro. No mesmo sentido, uma rota é a direção tomada com um objetivo.

Construir uma rota significa desenhar um percurso num território mais ou menos alargado, unindo um número de elementos patrimoniais que, pelas suas similaridades, lhe conferem identidade. Definindo e estruturando um tema, a estratégia de agregação permite planejar, gerir, conhecer, divulgar e promover os diferentes pontos que formam o circuito, potenciando a cooperação e o desenvolvimento de sinergias, que beneficiam tanto as entidades gestoras como os visitantes.

Uma rota pode ter um ponto chave, local onde se inicia o itinerário explicando detalhadamente o conteúdo quer ao nível da contextualização, quer da caracterização de todos os pontos e da sua identidade global. A partir deste, dirige-se ou orienta-se o visitante para os pontos ou nódulos seguintes, permitindo ou potenciando a exploração do património em rede.

O chamado ponto chave deverá obedecer a uma localização estratégica situando-se no território seja em função do(s) sentido(s) do circuito, seja enquanto elemento de relevo do ponto de vista da capacidade de caracterização do tema (proximidade de um monumento essencial à interpretação do tema, por exemplo, por isso considerado de visita obrigatória). Aí, através de mecanismos audiovisuais apelativos onde contextos e mapas são expostos, de peças originais, de cópias, da oferta de bibliografia de suporte dirigida a públicos diferenciados, proporciona-se uma compreensão global do tema, mas também uma visão completa do percurso, das suas dificuldades e potencialidades (horários, contactos, audioguias, distâncias, preços, caminhos, tempos de visita, informação sobre equipamentos disponíveis em cada um dos pontos, cruzamentos eventuais com outras rotas, etc.).

A rota é, na sua essência, um itinerário de viagem, um percurso que se destaca pela sua atratividade ao mesmo tempo que permite o acesso a um património histórico cultural e artístico de relevo.

Embora não sendo obrigatório para uma cabal descodificação do tema, é objetivo de qualquer rota incentivar os visitantes a percorrê-la na sua totalidade, ou seja, a rota constitui-se como uma estratégia de agregação de sítios, monumentos, elementos patrimoniais com relativa proximidade e similaridades entre si, denunciando no conjunto uma identidade. Não se promove apenas a integração — divulgando elementos que por si só não conseguem atrair visitantes — como sobretudo a cooperação e o desenvolvimento de sinergias ao nível da correta interpretação e usufruto de cada um dos elementos. Por exemplo, promovem-se todos os pontos, sem ser necessário divulgar cada um de forma independente ou concentram-se os equipamentos mais onerosos e complexos ou as

infraestruturas de apoio num único ponto, o ponto chave, que assim permite explicar todos os restantes.

Fundamental para o sucesso de qualquer rota é a inclusão de sinais e painéis especiais, diferentes dos tradicionais sinais de trânsito. A sinalização específica, estrategicamente colocada, quer ao nível da visibilidades quer das acessibilidades, permite destacar os pontos de interesse que se encontram na zona, facilitando e incentivando as deslocações de forma informada (distâncias, tempo e facilidade de deslocação, símbolos do que é expectável encontrar em cada local, hotelaria, património natural, monumentos, instalações de apoio, etc.).

Vejamos alguns exemplos bem-sucedidos de rotas concretizadas em Portugal, cuja identidade ou temática tem afinidades com a que aqui se projeta:

Rota do Românico

Em 1998, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa, teve início um processo de colaboração entre a Associação de Municípios do Vale do Sousa, o Instituto Português do Património Arquitetónico e a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com vista à elaboração da rota do românico. Contratualizados os direitos e deveres de todas as entidades envolvidas no projeto e eleitos os monumentos a integrar, procedeu-se então à identificação, com pedidos de orçamentos, das intervenções necessárias em cada edifício. Em 2003 a *DHV MC Management Consultant* inicia o estudo com vista à caracterização e diagnóstico do património Românico de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, identificando o património que se pudesse acrescentar a esta Rota. Estruturada a Rota estudou-se o perfil do potencial visitante. No mesmo ano assinaram-se os acordos com os representantes eclesiásticos e proprietários privados e iniciavam-se as obras de conservação e restauro, que se prolongariam até 2008. Em 2004 apresenta-se o conceito ao público e em 2005/2006 dá-se início à formação de duas centenas de formandos.

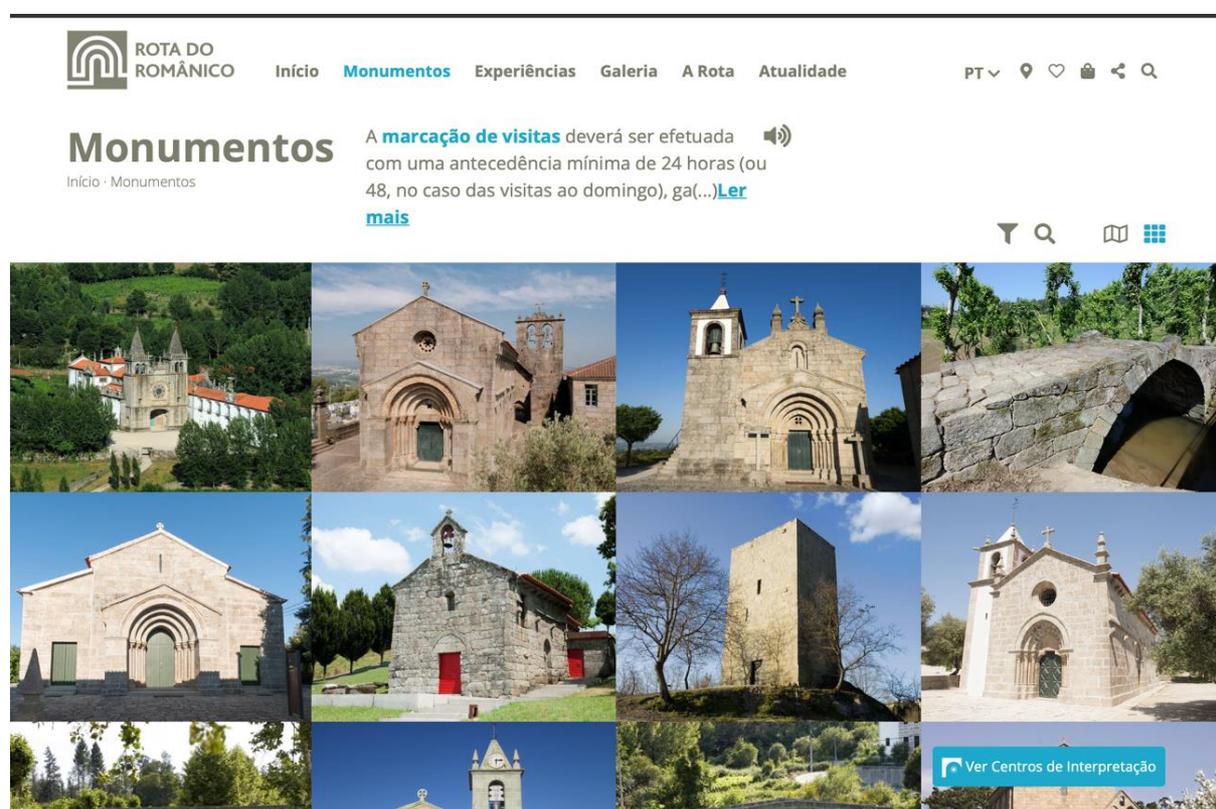


Entre 2005 e 2007 elaboraram-se os Estudos de Valorização e Salvaguarda das áreas envolventes aos vinte e um monumentos da Rota e definiram-se e alargaram-se as Zonas Especiais de Proteção. Em 2006 constituiu-se uma equipa de gestão da Rota que desenvolveu inúmeros trabalhos, com destaque para publicações científicas sobre o Românico do Vale do Sousa; um guia turístico da Rota do Românico; uma brochura de apresentação; um mapa de bolso com os percursos da rota e outros pontos de interesse; um filme promocional; materiais promocionais; site na internet

(www.rotadoromanico.com); painéis informativos junto aos monumentos e, finalmente, sinalização viária de informação turístico-cultural.

A 18 de abril de 2008 é apresentada a Rota aos agentes locais da região e dá-se a conclusão da elaboração dos materiais de informação e comunicação. Um ano depois, abrem-se três Centros de informação e apoio aos visitantes em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. Em dezembro de 2009 esta rota torna-se membro da Transromanica que é a maior rede europeia de destinos românicos, com sede na Alemanha.

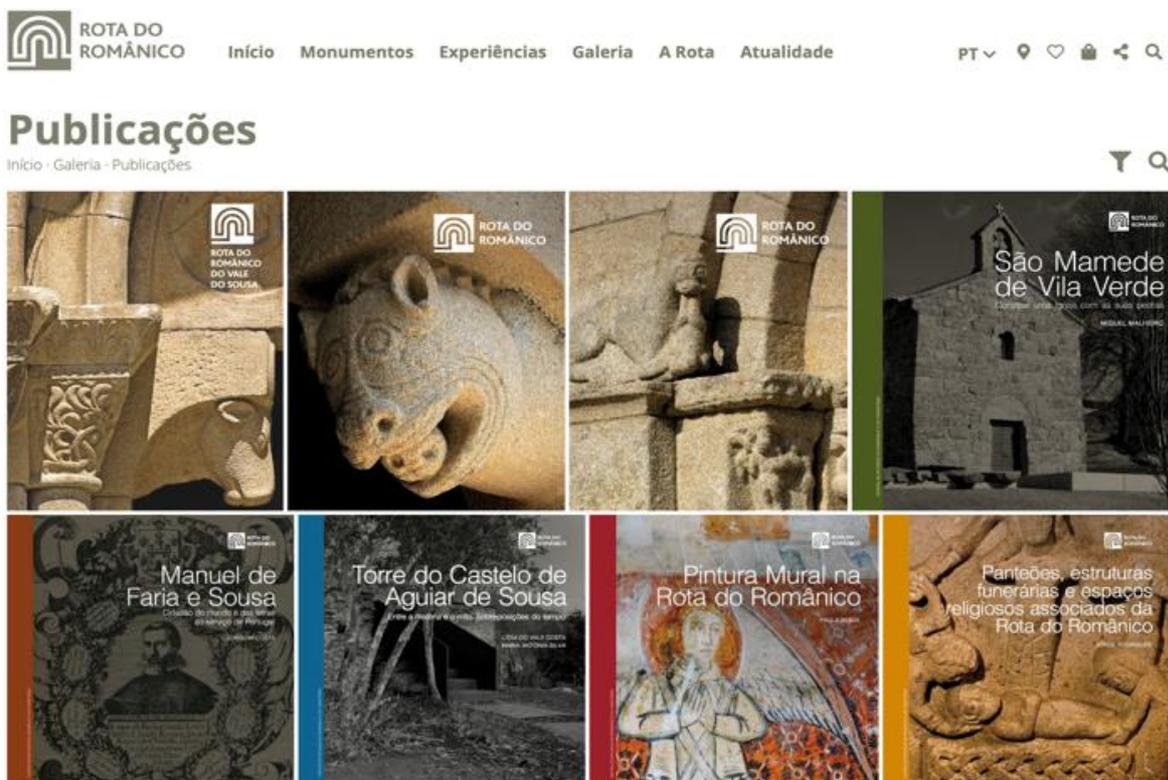
Em 2010 a rota alarga-se a mais seis concelhos: Amarante, Baião, Celorico de Bastos, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende. Neste mesmo ano abre, em julho, o Centro de Informação da Rota do Românico no Mosteiro de Salvador de Paço de Sousa, em Penafiel.



The image shows a screenshot of the website 'ROTA DO ROMÂNICO'. The header includes the logo, navigation links (Início, Monumentos, Experiências, Galeria, A Rota, Atualidade), and utility icons (language, location, heart, shopping cart, share, search). The main content area is titled 'Monumentos' and features a notification: 'A marcação de visitas deverá ser efetuada com uma antecedência mínima de 24 horas (ou 48, no caso das visitas ao domingo), ga(...)Ler mais'. Below the notification is a grid of 12 photographs of various Romanesque churches and castles. A button at the bottom right of the grid says 'Ver Centros de Interpretação'.

Em 2011, a VALSOUSA (Associação de Municípios do Vale do Sousa), entidade gestora da Rota do Românico, e a Associação de Municípios do Baixo Tâmega (AMBT) celebram contratos de financiamento. Com a adição dos concelhos do Baixo Tâmega a rota passa de 21 para 34 elementos patrimoniais. Atualmente, possui cinquenta e oito monumentos e dois centros de interpretação com sede localizada em Lousada, onde funcionam os serviços técnicos e o Centro de Interpretação do Românico, na Praça dos Pocinhos.

De arquitetura contemporânea, mas claramente inspirada nos princípios da arquitetura românica, o Centro de interpretação surge como particularmente bem conseguido quer no espaço, quer no conteúdo. A informação escrita, clara e simples, faz-se acompanhar de uma grande variedade de reproduções de iluminuras da época, cópias de materiais de construção (com destaque para a reconstituição de um estaleiro de obra), mapas e maquetas. Em conjunto, fornece informação a vários níveis para públicos diferentes, de forma apelativa e lúdica sem excessos. Com efeito, destaca-se o equilíbrio entre os meios tradicionais (texto e imagem) e os meios audiovisuais interativos.



Dedicada ao turismo cultural e paisagístico, a rota tem como ponto forte o património arquitetónico de origem românica colocando em destaque o papel que o seu território teve na vida da nobreza e do clero em Portugal, no decorrer dos séculos XI a XIV. Sobre o tema, desenvolve investigação científica, dissemina conhecimento, conserva o património, promovendo a dinamização cultural, a educação patrimonial e a promoção turística.

A rota cobre doze concelhos de relativa proximidade, mas o elevado número de monumentos (58) impossibilita a sua concretização em apenas um dia. Tendo em conta esta amplitude, o sítio em linha oferece a possibilidade de criar uma rota própria de acordo com as preferências e disponibilidades, fornecendo igualmente informação sobre alojamento e restauração. Esta rota possui uma região delimitada, mas com uma oferta extensa (ver figura 2, em anexos).

No sítio em linha da rota (www.rotadoromanico.com) existe um separador dedicado às publicações disponíveis, sendo possível baixá-las em formato PDF. As publicações dirigem-se a vários tipos de públicos, de artigos e monografias que se adequam a estudantes e investigadores, a folhetos informativos para o público em geral, guias e mapas para os visitantes, postais, um guia juvenil, cadernos de atividades e livros para os mais pequenos, sem esquecer as maquetes dos monumentos que permitem um envolvimento mais prático.

Os operadores desta rota oferecem visitas guiadas mediante marcação prévia, tanto aos monumentos como aos centros interpretativos. Ainda não possuem audioguias, mas têm guias escritos (embora este tipo de suporte não abranja todo o tipo de públicos com as mais variadas limitações).

Em relação ao sucesso desta rota, embora o número de visitantes não esteja disponível, conseguimos analisar o seu desempenho através dos inúmeros prémios e colaborações de que foi alvo, inclusivamente pelo reconhecimento internacional. Com efeito, em 2009 recebeu o Prémio Turismo de Portugal, durante a Bolsa de Turismo de Lisboa, vencendo na categoria “Requalificação de Projeto Público”. A vinte de janeiro de 2010 foi contemplada com o XXXV Troféu Internacional de Turismo, Hotelaria e Gastronomia, no mesmo ano, a 27 de maio, recebe o Prémio Novo Norte- Boas Práticas de Desenvolvimento Regional 2009/10 e, a 27 de setembro, a Medalha de Mérito Turístico. De 2012 até à atualidade recebeu dezanove prémios e a sua *app* foi uma das escolhidas, em 2014, para representar Portugal no *World Summit Award*. Esta aplicação está disponível gratuitamente para IOS e Android e veio colmatar algumas falhas dos suportes físicos, tais como, a possibilidade de ouvir a descrição do monumento. É também mais prática que o sítio em linha, permitindo aceder às informações sobre a Rota de forma mais rápida e prática.

A Rota surge bem estruturada, acompanhando as tendências, juntando-se, por exemplo, ao *Geocaching*, fornecendo ao visitante os materiais necessários para uma visita livre e disponibilizando uma visita guiada a quem solicitar. Tem a vantagem de nos deixar planear uma viagem completa — o que visitar, onde dormir, o que comer e até o que comprar. O facto de possuir uma *app* é algo que facilita a visita do ponto de vista do usuário.

Um dos problemas mais visíveis e talvez mais difícil de resolver será a questão das acessibilidades aos monumentos, por pessoas de mobilidade reduzida, um problema transversal a grande parte do património nacional constituindo uma área carente de apoio e investimento. Um outro, que depende muito mais das estruturas que têm a seu cargo os monumentos, diz respeito ao estado de conservação dos edifícios, a que crescem problemas como a deterioração da sinalética explicativa (suja, apagada pelo sol, vandalizada, etc.) ou o encerramento dos edifícios em horário de suposto funcionamento, facto particularmente desmotivante para um visitante que acabou de percorrer uma distância significativa com aquele objetivo específico.

Rede de Judiarias

A 27 de junho de 2014, no Museu Judaico de Belmonte, teve lugar a sessão de assinatura do contrato de Projeto entre a Direção Regional da Cultura do Centro, operadora do projeto, e a Rede de Judiarias de Portugal. É uma associação com carácter público, mas de direito privado que foi fundada em março de 2011.

Esta rede dedica-se à valorização da Identidade Judaica Portuguesa no diálogo Interculturais, abrangendo o património judaico português e explorando a sua relação com a população no século XX. A criação desta rede reflete a tomada de consciência por parte de alguns municípios e entidades de turismo e pelas duas comunidades judaicas nacionais mais significativas.

Os Judeus da Península Ibérica, chamados de Sefarditas ao longo da Idade Média, constituíram uma comunidade importante, dedicando-se, sobretudo, ao comércio, às atividades financeiras e ocupando importantes cargos nas cortes, quer como físicos, quer como emprestadores aos monarcas. Nas cidades, após um período de dispersão pelo tecido urbano, passaram, na sequência do decreto de D. Pedro I, em meados do século XIV, a viver no interior das judiarias, bairros que mais ou menos fechados, obedeciam a exigências diferentes das que incidiam sobre a maioria cristã, como era o caso do estabelecimento de horas de recolher obrigatório. Em 1497, e tal como há muito vinha acontecendo com muitos outros reinos europeus, D. Manuel I decretou a sua expulsão do território nacional, dando-lhes simultaneamente a possibilidade de ficarem desde que se convertessem. Entre os muitos que

ficaram, foram vários os que continuaram a praticar o culto judaico em segredo, nascendo assim os cripto-judeus portugueses.

É a estes dois tempos — dos judeus e dos cripto-judeus em território nacional — que a Rota se dedica, contando com 18 locais espalhados pelo país, nove concentrados no centro do país, dois a norte e sete no Sul (ver figura 3 em anexo). São escolhidos em função das memórias mais expressivas como a existência de sinagogas, banhos rituais, museus, centros interpretativos ou, por exemplo, a Casa da Inquisição, em Reguengos de Monsaraz.

Nas informações fornecidas pelo website percebemos que os locais de maior interesse são Belmonte, Trancoso, Guarda, Coimbra e Tomar, com destaque para a memória de Aristides de Sousa Mendes.

Sem que pareça haver uma sede propriamente dita, existe um Centro de Interpretação em Castelo de Vide, uma Casa da Memória Judaica e dos Cristãos-Novos em Castelo Branco, um Centro de Diálogo Intercultural em Leiria, a Casa da História Judaica da Raia Sabugalense no Sabugal e a mais recente Casa da História Judaica, no antigo açougue ou matador de Elvas.



Em relação ao sítio em linha desta rede podemos dizer que existe um emaranhado de informações diluídas por vários endereços, não existindo uma concentração de toda a informação como na Rota do Românico, o que torna difícil perceber o seu funcionamento. As informações conseguidas resultam da consulta de quatro endereços diferentes: <https://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/>, <https://www.centerofportugal.com/pt/tour/rota-das-judiarias/>, <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/lista-de-rotas/rotas-de-sefarad/>, <https://ros.drcc.gov.pt/site/?module=site&target=home>.

Da mesma forma, não parecem estar disponíveis publicações, à exceção de uma descrição de cada local pertencente à rede. Em relação aos audioguias não encontrei qualquer tipo de informação, permanecendo em dúvida a sua existência.

Neste momento, a Rede apenas lista os locais a visitar, sem qualquer informação acessória, à exceção de uma descrição sumária, insuficiente para uma visita estruturada e informada.

Assim, esta rede, mais do que inspiradora, pode constituir um exemplo de más práticas, sobretudo ao nível da comunicação e marketing.

Rede de Castelos e Muralhas do Mondego

Em fevereiro de 2011, foi criada a Rede dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, gerida pela Agência do mesmo nome, associação privada sem fins lucrativos.

Com o objetivo basilar de promover o conhecimento e dinamizar culturalmente o património envolvido — oito castelos erguidos ao longo do Mondego e seus afluentes, no recorte temporal em que Coimbra se constituiu, primeiro como cabeça de um condado, depois, como “capital, de um novo reino, ou seja, no decorrer da Reconquista, posicionando-se estrategicamente entre o Mundo Cristão e o mundo Muçulmano.

Enquanto Rede, dedica-se a conceber e desenvolver produtos explicativos de natureza diferente e destinados a públicos diversificados, assentando na criação de uma plataforma de cooperação entre diversas entidades, das câmaras municipais ao Turismo Centro de Portugal, passando pela Universidade e pelas escolas da região. Nesta rede estão inseridos vários monumentos que se localizam numa área geográfica restrita ao Baixo Mondego, beneficiando de uma proximidade até pelo facto de se tratar de uma linha defensiva. Inclui o Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Ansião), Torre de Almedina (Coimbra), Paço da Ega (Condeixa-a-Nova), Torre e Fortaleza de Buarcos (Figueira da Foz), Castelo da Lousã, Castelo de Miranda do Corvo, Castelo de Montemor-o-Velho, Castelo de Penela, Castelo de Germanelo (Penela), Castelo de Pombal e o Castelo de Soure. No sítio em linha, criado para o efeito, são-nos fornecidas informações sobre cada local, disponibilizando uma informação atualizada e de rigor científico, quer ao nível de cada monumento, quer do seu contexto alargado. Para além disto, também nos é dada informação histórica sobre a linha defensiva do Mondego e sobre o Castelo Medieval, na sua vertente de máquina de guerra: da origem à evolução, através de produtos apelativos como glossários, filmes infantis, jogos, etc.

A sede é em Penela na Praça do Município, não existindo um centro interpretativo, mas apenas postos em cada uma das localidades/monumentos abrangidos. A sinalética vertical é interessante e eficaz, na forma e no conteúdo, incluindo texto em braille para invisuais.

O sítio em linha (www.castelosemuralhasdomondego.pt) é de fácil utilização e possui muita informação útil, científica e prática ou logística, proporcionando a oportunidade de criar uma viagem completa. Não parece disponibilizar publicações para *download*, o mesmo sucedendo com as visitas guiadas (o e-mail enviado ficou sem resposta).

Esta rede possui ainda uma *app* compatível com IOS e Android, onde se encontram os audioguias para todos os monumentos.

Para nos deslocarmos de um ponto a outro podemos utilizar o mapa que é disponibilizado (ver figura 4 em anexo), e também nos são fornecidas as moradas dos pontos de turismo onde podemos recolher mais informação.

Devido à proximidade de temas e o facto de estar bem estruturada, esta rota pode constituir-se em exemplo a seguir. Fornece muita informação sobre os monumentos e os locais, explica o contexto histórico e possui informações sobre onde comer e dormir. É possível criar a nossa própria rota e adaptá-la aos gostos de cada um.

O que mais me chamou à atenção foi o glossário, que abre o discurso académico a um público em geral e que irá servir de base para o glossário apresentado no final deste projeto.

Rota da Terra Fria

A Rota da Terra Fria constitui um projeto intermunicipal lançado em 2001 integrando os municípios de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais. Gerida pela Associação de Municípios da Terra Fria, tem por objetivo divulgar o que a região proporciona, não possuindo um objeto de estudo específico, abrangendo todo o tipo de património, desde o edificado ao natural, incluindo também manifestações culturais e tradições.

A Rota foi formulada tendo em conta diferentes destinatários: os autóctones, promovendo a redescoberta e o relacionamento estreito com o local de residência, bem como os visitantes ajudando-os a compreenderem e interpretar o que veem.

No espaço da rota, com cerca de 455 quilómetros, encontram-se cidades, vilas e aldeias, percorridas em onze troços, que se articulam entre si (sobretudo pela lógica da continuidade geográfica).

Uma análise atenta da Rota e dos seus troços, sustentados no *e-book* disponibilizado e no guia resumido, permite retirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, o que parece ser um excesso de oferta, sem que a importância dos bens ou patrimónios selecionados seja muitas vezes comparável. Oferece-se ao visitante uma visita que inclui um núcleo de trinta pombais e de seguida mostram-se frescos numa igreja, não fazendo qualquer tipo de distinção ou interpretação lógica destes elementos. Por outro lado, alguns, como o Mosteiro de Castro de Avelãs e Rio de Onor são parcamente contemplados quando constituiriam temas a explorar e potenciar. Nestes exemplos, em concreto, seria importante dotar o Mosteiro de Castro de Avelãs de um conjunto expositivo de informações que situassem o visitante. Já em Rio de Onor explicar o sentido comunitário da aldeia era fundamental para dar a perceber o funcionamento do local.

Simultaneamente, e de forma geral, a Rota não oferece explicações suficientes ou contextos históricos minimamente desenvolvidos e esclarecedores, limitando-se a fazer uma lista do que há para ver. Não situa o objeto no seu contexto histórico e muito menos explica as relações entre os vários locais. Aborda os elementos de forma individual sem os pôr em contacto com a história ou em relação entre si.

Os elementos escolhidos seguindo uma lógica de ordenamento territorial pertencem à Terra Fria, definida por oposição à Terra Quente (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor). Acontece que esta divisão se funda nas diferenças climáticas e nas consequências que estas têm no território e natureza. Todavia, essas diferenças tendem a ter cada vez menos expressão, atenuando-se uma situação que se fazia, de facto, sentir há séculos atrás. Por outro lado, as tradições que perduram e o património subsistente é semelhante na Terra Fria e na Terra Quente, pelo que o corte parece ser cada vez mais artificial. Sustentar uma rota nestas divisões põe em causa a continuidade, mantendo uma divisão muito datada. Veja-se o caso das “Festas dos Rapazes”, atualmente com maior expressão em Podence, que já pertence à Terra Quente. Para além do exemplo de Podence, pode referir-se a fauna e flora, também elas cada vez mais semelhantes, acompanhando as similaridades climáticas. A continuidade de tradições e bens patrimoniais entre a Terra Fria e a Terra Quente é camuflada por esta divisão artificial que não só provoca um sentimento de descontinuidade ao visitante, como de rivalidade entre os habitantes do distrito.

A rota não possui uma sede ou um centro interpretativo, embora nas suas cinco portas, uma em cada município que a compõe, seja possível recolher informações em papel ou em suporte digital.

Ao nível da divulgação, possui o sítio em linha (www.rotaterrafria.com) onde podemos baixar os guias, mais úteis em termos de orientação do que em informação específica sobre o que nos espera. O *e-book* por seu lado, com 273 páginas, constitui na realidade um guia acompanhado da rota, seguindo,

passo a passo, cada um dos elementos com que o visitante se cruza ou o caminho que deve seguir. Esta falha poderia ser colmatada pela existência de painéis informativos, mas os que existem — quando existem — não possuem informação relevante. Não sendo disponibilizadas visitas guiadas nem audioguias, seria importante reforçar a informação escrita. Tendo em consideração esta lacuna informativa, usarei aqui como exemplo os castelos, uma vez que são o objeto de estudo do projeto que agora apresentamos e importantes marcos territoriais. No troço 1 desta rota passa-se em Outeiro onde a informação disponibilizada sobre o castelo é a seguinte:

“Continuando a estrada surge, pouco adiante, o castelo de Outeiro, alcandorado numa súbita proeminência que o eleva a mais de cem metros da povoação da falda que lhe tomou o nome”.

Para além desta informação não nos dizem nada sobre o castelo, com exceção da sua altitude, ao chegar ao local não existem painéis com outra informação, encontrando-se apenas uma ruína ou amontoado de pedras, sem qualquer tipo de interpretação possível, sem um estudo que auxilie o visitante.

Outro exemplo flagrante é o Troço 5, onde se incluiu o castelo de Mogadouro. O *e-book* integra um resumo histórico que se foca apenas no facto de este castelo ter sido templário — estratégia de marketing e venda do património —, esquecendo, por exemplo, a ocupação da família dos Távoras, de tão grande importância, tanto na Terra Fria como na Terra Quente (Mirandela). Neste mesmo troço, aliás, apresenta-se o castelo de Penas Róias com o mesmo discurso — um Castelo Templário —, ignorando todo o arco cronológico em que este equipamento militar esteve no ativo.

Por último, o castelo de Algosó, no Troço 6, tem, segundo o *e-book* “...uma vasta história de ocupação, iniciada na Idade do Bronze e terminada na Idade Moderna”. Curiosamente, nada se refere sobre a Ordem do Hospital ou a ordem que a substituiu — São João de Malta —, talvez porque mais desconhecidas do grande público e por não envolverem o mesmo nível de “misticismo” que a Ordem do Templo.

Apesar das verbas investidas, a qualidade científica não parece ter sido uma preocupação central, havendo muito a fazer nesse campo. Para além de aprofundar o conhecimento das zonas já incorporadas na rota, seria necessário estender esse esforço ao restante distrito e, numa fase posterior, à zona fronteiriça que apresenta as mesmas características deste território, criando, assim, uma continuidade entre os dois países. É aqui que se poderá integrar o trabalho em curso, em torno dos castelos desta zona. Marcos fundamentais do território, urge organizar uma rota que os explore e que possa cruzar-se com a rota existente, à semelhança do que acontece já com outras como a do

Caminho de Santiago, a Rota Transfronteiriça dos Castros e Berrões, a Gastronomia da Terra Fria, a Rota do Azeite, a Rota da Amendoeira ou a Rota da Castanha.

CASTELO DE ALGOSO

Deste conjunto, erguido sobre um maciço rochoso escarpado a 690 metros de altitude, sabe-se que foi construído antes de 1187 (OLIVEIRA A. M., 2015, p.47), ou no final do reinado de D. Afonso Henriques ou já durante o reinado de D. Sancho I. A sua construção deve-se a Mendo Rufino, também conhecido como Mendo Bufino ou Mendo Pais “Bofinho”. Em 1224 foi entregue à Ordem do Hospital.

Ocupando um ponto estratégico, o castelo de Algosó situa-se no que outrora foi uma encruzilhada de caminhos fundamentais tanto à circulação como à defesa de uma fronteira relativamente recente. Um destes caminhos medievais ligava os castelos de Mogadouro, Penas Róias e Algosó, correndo pela faixa ocidental do planalto onde todos se inserem. À existência de uma “estrada mourisca” e à sua vigia associava-se também o sistema defensivo de Miranda do Douro, seguindo o Rio Sabor. A “vigia” exercida pelos castelos de Penas Róias, Algosó, Outeiro de Miranda e Miranda do Douro era particularmente importante, ao defrontar os castelos de Alba de Aliste e Alcanices no reino vizinho.

Ao integrar esta linha, constituiu uma peça importante na política de afirmação régia nesta região, quer no controlo e consolidação da fronteira política entre os reinos de Portugal e Leão, quer no apoio à afirmação da autoridade régia por toda a Terra de Miranda (TEIXEIRA, 2004: p.178), de que durante muito tempo funcionou como sede. (GOMES, 2003: p. 47)

Apesar da sua génese na segunda metade do século XII o que hoje podemos ver reflete as alterações efetuadas durante o domínio hospitalário, no decorrer dos séculos XIII e XIV. O castelo anterior obedeceria aos princípios do chamado “castelo românico”, desconhecendo-se se tinha uma torre de menagem anterior à que resistiu até hoje (TEIXEIRA, 2004: p. 183).

Como foi já referido no primeiro capítulo, a Torre de menagem, introduzida em Portugal pela Ordem do Templo na segunda metade do século XII, constituía um último reduto defensivo. De paredes mais grossas e fortes que toda a restante estrutura, e, por regra, com porta ao nível do segundo piso, a torre permitia que a guarnição militar se refugiasse em caso de ataque e de entrada do inimigo no interior do castelo.

Esta torre de menagem é, na realidade, um dos elementos que mais chama à atenção nesta estrutura. Para além de encostada ao muro caracteriza-se por ter uma planta poligonal, o que, à época, não seria ainda comum. Com efeito, estas parecem divulgar-se no reinado de D. Dinis, podendo ver-se outros exemplos no Sabugal, em Penha Garcia, Castelo Branco, Dornes ou Monsaraz (MONTEIRO, 1999, p.57). É provável que tenha sido erguida em torno da data do Tratado de Alcanices (1297), talvez em 1298. Forte e robusta, tem um carácter eminentemente defensivo, embora também tenha servido como estrutura residencial (GOMES, 2003, p. 145).

A planta hexagonal, irregular por possuir um dos lados mais extenso que os restantes, confere à torre, já de si bem construída, uma maior resistência, possibilitando ângulos de disparo mais eficazes e anulando grande parte dos ângulos mortos. Possui duas seteiras no piso térreo e um balcão matacões no segundo piso, que protege a entrada da torre e do castelo em geral. Recorde-se que este elemento, o balcão com matacões, era também uma inovação recente, trazido por D. Afonso III, pai de D. Dinis, do reino de França onde vivera por longos anos e um dos reinos europeus mais avançados em termos de arquitetura militar. Constitui uma varanda com parapeito protegido por ameias em cujo pavimento se rasgam orifícios circulares através dos quais se faz disparo vertical ao longo das paredes da torre. Assim se impedia que as tropas inimigas, em baixo, tentassem britar as bases da torre ou arrombar a porta.

Com o tempo, a torre ganhou mais um piso, algo comprovável através da incorporação das ameias anteriores como ainda se pode ver nas paredes. (TEIXEIRA, 2004, p. 190) O alteamento da torre ficará a dever-se certamente ao carácter residencial, de casa do alcaide, que adquire e para o que também contribuiu a abertura de uma varanda de madeira, entretanto, desaparecida, restando apenas o vão de acesso.

Embora o castelo de Algozo não tenha sido incluído no livro das Fortificações de Duarte de Armas, surge numa vista do castelo de Mogadouro à distância (ver figura 5 em anexo), a partir da qual ainda é possível retirar informações muito úteis, caso da existência de um torreão adossado no pano sul das muralhas. O seu desaparecimento terá ocorrido entre 1509, data em que Duarte de Armas por lá passou, e 1684, uma vez que já não aparece na descrição feita nesta data. (TEIXEIRA , 2004 p.189)

O castelo de Algozo integra pelo menos um momento importante da História de Portugal: D. Sancho I, deixou em testamento a uma das suas filhas, D. Teresa, casada com Afonso IX, Rei de Leão, algumas terras e castelos entre os quais o de Algozo. Quando o seu filho e sucessor, D. Afonso II, subiu ao trono reverteu estas doações apropriando-se dos referidos castelos. Em 1212, intervindo em defesa da sua mulher, o Rei de Leão toma os castelos da fronteira ficando toda a Terra de Miranda sob a sua soberania durante um ano. Só em 1213 é assinado um tratado de paz. O castelo de Algozo terá ficado bastante danificado, obrigando a que, posteriormente, em torno de 1298, D. Dinis tivesse de ordenar obras de reedificação (LOPES, 1935 p.355).

Durante a Guerra dos Sete Anos, em 1710, a vila de Algozo foi queimada e saqueada. O castelo foi arruinado (DIONÍSIO, 1924-1927) Durante o século XX foi alvo de várias campanhas de conservação e restauro por parte da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Esta instituição, criada em pleno Estado Novo, teve por objetivo conservar os mais importantes monumentos portugueses, com destaque para as igrejas e os castelos medievais considerados, no discurso político e cultural da época

como uma das épocas mais marcantes da história do país: a da sua formação e a da reconquista do território aos mouros.

Nas décadas de 1950 e 1970 restaurou-se a muralha tal como a porta da torre da menagem. Em 1999 e 2000 foi dotado de condições de visitação e acessibilidade, para além de escavações arqueológicas (AMARAL, 2004, p.175).



CRONOLOGIA DO CASTELO DE ALGOSO

Segunda metade do século XII- data de funda o do castelo, durante o reinado de D. Afonso Henriques ou de D. Sancho I. Terá sido construído por Mendo Rufino/ Mendo Bofinho, senhor da região.

1186- D. Sancho I entregou o governo do castelo a D. Mendo Guedes, seu primeiro governador e provavelmente familiar de D. Mendo Bufino.

Séculos XII e XIII - utilizado como centro administrativo de parte do nordeste transmontano.

1212 a 1213 - invas o e ocupa o do castelo pelas tropas do rei de Leão, Afonso IX, como represália   contesta o do rei português contra as doa oes às suas irmãs.

1219 - estabelece-se a paz entre os reinos de Leão e Portugal.

1 de abril de 1224 - D. Sancho II oferece Algozo à Ordem do Hospital, então sob o comando do Prior Rui Pais.

1258 - Nas Inquirições aponta-se D. Afonso Henriques e D. Sancho II como autores da doação do castelo à Ordem do Hospital.

1291 – A propósito da contenda entre D. Dinis e a Ordem do Hospital, refere-se que pertencem à Ordem e concretamente à Comenda de “Ulgoso” as aldeias de Serapicos, Vila Chã da Beira, Uva, Mora, Saldanha, Sendim, Picote, Vilar Seco, Vinhão e casais de Cerceo.

1298 - O castelo é reedificado no reinado de D. Dinis.

Agosto de 1341- carta-sentença de D. Afonso IV informando que D. Álvaro Gonçalves Pereira era “Priol do Spital nos seus regnos, e que lhe pertencia o Castello de Ulgoso com seu termo desde tempo immemorial”.

c. 1350 – o castelo era apenas habitado pelo alcaide. A vila tinha 105 moradores.

Século XIV- regista-se o despovoamento da zona.

1440- O castelo terá sido cercado e tomado, na sequência da Batalha de Alfarrobeira e do apoio dado pela Ordem dos Hospitalários à regência de D. Pedro.

1480- D. Afonso V outorga foral à povoação.

1510- D. Manuel outorga novo foral.

1530- O castelo possui cisternas, revelim e casernas.

1558- Descrito como um castelo forte. Com Filipe I o castelo passa para a Ordem de S. João de Malta que substitui a ordem do Hospital.

Século XVII- o castelo foi abandonado, juntamente com a povoação que se mudou para o planalto.

1663- O castelo é entregue a Frei Luís de Brito Mascarenhas, Bailio de Acre, que dá as chaves a Afonso de Brito Mascarenhas.

22 de junho de 1684- no Tombo dos Bens da Comenda de Algozo faz-se uma descrição do castelo e do respetivo estado de conservação. Neste Tombo descrevem-se as casas e cavaliças como completamente arruinadas, o castelo não estava apto para habitação ou defesa, não possuía armas nem munições, e a Torre de Menagem era o único elemento estável.

1689/1690 - A municipalidade de Vimioso manda fazer trabalhos de consolidação e restauro, obras de carpintaria e recuperação das muralhas do castelo do Algosó.

1706 - A povoação teria 250 vizinhos.

1710 - Invasão do castelo. Foi a última ocupação militar, no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha. As casas foram saqueadas e incendiadas, tal como os cereais.

1955 - Classificado como Monumento Nacional.

Década de 1970- obras de consolidação das paredes. Em 1974 é a vez da torre principal e da cisterna e em 1976-1977, das muralhas, muros e rampas de acesso.

2002- Assinatura de um protocolo entre a Câmara de Vimioso e o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) para transformação do imóvel em núcleo museológico.

2006 - Projeto de criação de um centro de interpretação, pelo IPPAR. Situa-se na freguesia a cerca de 2 quilómetros do castelo.

Preços

Entrada gratuita.

Possui um centro de acolhimento e um núcleo interpretativo e museológico que se situa na freguesia, no largo do Pelourinho.

Este centro está aberto de terça a domingo.

O que ver perto?

Igreja Matriz de Algosó/ Igreja de São Sebastião (Séc. XVI);

Capela de Nossa Senhora da Assunção;

Capela de São João Baptista (Séc. XVII);

Capela de São Roque (Séc. XVII);

Igreja da Misericórdia de Algosó (Séc. XVII);

Pelourinho de Algosó (Séc. XVI) - Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933);

Antigo Paços do Concelho;

Casa Senhorial - Antigo Palácio dos Távoras;

Convento de Algoso (ruínas);

Castelo do Mouros de Algoso (Povoado Fortificado);

Ponte e Calçada Medieval de Algoso (Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura; Procedimento prorrogado até 31 de Dezembro de 2012 pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, DR, 1.ª série, n.º 232, de 5-12-2011)).

Onde comer?

Autentisereia

Onde dormir?

Em Algoso não existem hotéis disponíveis.

Sugestões nas proximidades:

A Vileira a 13,7 km de Algoso.

Residencial Centro a 13,9 km de Algoso.

Hotel O Encontro a 15,6 km de Algoso.

Acessos.

Para chegar ao Castelo de Algoso, estando no centro da aldeia, toma-se a Nacional 219 em direção à Rua Caminho do Campo e depois em direção à Rua do Castelo (distância de 2,8 km). É possível o acesso de carro, mas também a pé. Na subida para o castelo existem inúmeras capelas que providenciam lugares para descanso.

No que toca a acessibilidades a pessoas com capacidades motoras reduzidas não existem formas de aceder ao interior do recinto muralhado, o caminho é íngreme e a escada demasiado apertada.

Proposta de Melhorias

Embora exista uma placa informativa esta necessita de uma revisão dos conteúdos. Também se poderia disponibilizar uma cronologia de enquadramento e reabrir o espaço que se encontra na freguesia e que durante algum tempo serviu como núcleo de interpretação do castelo, encontra-se neste momento temporariamente encerrado.

CASTELO DE BRAGANÇA

Este castelo é monumento nacional desde 23 de junho de 1923, e segundo o Abade Baçal terá sofrido obras de renovação por parte de D. João V, enquanto administrador da Casa de Bragança. Juntamente com Monção, Chaves e Miranda do Douro, este castelo controlava as principais linhas de acesso ao interior transmontano do país.

D. Fernão Mendes, de família nobre de grande influência²⁹ e cunhado de D. Afonso Henriques, deteve o poder desta zona durante o século XII, tanto aqui como em grande parte do norte transmontano.

Nas Inquirições de 1258 faz-se referência aos muros de Bragança, que haviam sido começados no século XII, embora estes tenham sofrido obras de melhoria durante a centúria seguinte e até pelo menos ao século XIV (GOMES, 2003, p.65). Aliás, a primeira referência a estas muralhas e às movimentações de fundos e pessoas para a sua construção data de 1200 (TRINDADE, 2013, p. 246). Apesar de o castelo ter sido fundado no reinado de D. Sancho I o que hoje é visível, pelo menos na maioria, é fruto de intervenções posteriores, nomeadamente do reinado de D. João I.

Durante as Guerras Fernandinas, em 1370, este castelo, juntamente com Miranda, foi conquistado por Henrique II de Castela. Mais tarde, por ocasião da crise de sucessão, também se aliou a Castela, sendo necessário que o Mestre de Avis o reconquistasse, em 1390 (GOMES R. C., 2003).

O aspeto que mais chama a atenção neste conjunto edificado é, sem dúvida, a torre de menagem, começada no reinado de D. João I, em 1390, após a reconquista desta praça embora a obra se tenha prolongado até ao reinado de D. Duarte. Ao ser desenhada por Duarte de Armas apresenta-se com vinte e quatro aposentos, demonstrando como na sua evolução as Torres de Menagem vão ganhando, cada vez mais, um carácter residencial, munindo-se de janelas e dotadas de sistemas que permitem o aquecimento dos aposentos (MONTEIRO, 1999, p.57). Para uma época em que os corredores ainda não eram uma realidade, os compartimentos desta torre comunicam todos entre si, enquanto a escada central, de dimensão alargada, permite a circulação de várias pessoas e, se necessário, até de animais (ver figuras 6, 7 e 8 em anexo).

Também de carácter residencial destaca-se a comumente chamada “torre da princesa”, com inúmeras portas e o arranque de um arco em tijolo e ainda um terceiro edifício do qual só resta uma janela com duas conversadeiras, mas que é visível no desenho de Duarte de Armas (CONDE & VIEIRA, 2004, p.25). Na realidade, estes vestígios apontam para todo um conjunto de dependências de diferentes usos que, no decorrer dos tempos, preencheram o pátio de armas, essenciais à vida quotidiana no interior do castelo. Como na esmagadora maioria dos castelos, desapareceram, muitas vezes nas obras da DGEMN, considerados edifícios menores e sem a nobreza das grandes estruturas.

²⁹ Sobre os Braganções, consultar: J. C. L. SOARES MACHADO (2004). *Os Braganções: história genealógica de uma linhagem medieval (séculos XI a XIII)*. Lisboa, 2004.

Durante os reinados de D. Afonso V e D. João II este espaço recebeu uma imponente barbacã com cubelos ou torres ultra semicirculares, estrutura defensiva colmatada por um fosso hoje desaparecido, embora tenha deixado marcas, entre as quais, o visível atarracamento dos cubelos e as troneiras semienterradas.

Para a posse e defesa da região não bastava a construção de um castelo sendo essencial atrair população. Assim, importa chamar a atenção do visitante para a zona alta de Bragança onde o casario segue um plano ortogonal denunciando a fundação da cidade de Bragança, dotada de um plano prévio. Com efeito, o terreno, a herdade de Benquerença, foi adquirido em 1187, ao Mosteiro de Castro de Avelãs, com a intenção de aí fundar uma cidade *ex novo*. Em troca, o mosteiro recebeu as vilas de S. Julião, Argozelo e Pinelo (TRINDADE, 2013, p.245).

A cidade foi crescendo e abandonando o seu núcleo inicial. Em 1464, Bragança, recebe o estatuto de cidade, e em 1509 a urbe já se expandia extramuros até à construção da Sé (séculos XVI e XVII) que se torna um novo elemento organizacional da cidade até ao século XIX (FERNANDES, 2005, p.177).

Como dado curioso chama-se a atenção para, ao passar as portas reparar nas ranhuras onde giravam os pesados gonzos e onde se encaixavam as trancas das portas, tantas vezes revestidas de placas de ferro, evitando que lhes pegassem facilmente fogo, e dotadas de grandes fechaduras, dissuasoras de eventuais ataques.



CRONOLOGIA DO CASTELO DE BRAGANÇA

1130 - Restauro da localidade, à qual se chama Benquerença, pelas mãos de D. Afonso Henriques e de D. Fernão Mendes, seu cunhado.

04/05/1187- escambo entre D. Sancho I e os monges de Castro de Avelãs, troca das vilas de S. Julião, Argozelo e Pinelo pela herdade de Benquerença, neste documento refere-se “benquerencia quod vant Civitate Bragançia” como sendo uma herança deixada ao mosteiro por D. Sancha, esposa de Fernão Mendes, o Braganção, e irmã de D. Afonso Henriques.

01/06/1187- D. Sancho I outorga foral e procede ao repovoamento da zona do castelo, recebendo os moradores isenções e privilégios.

1188 - D. Sancho I deixa em testamento uma verba destinada à construção das muralhas deste castelo.

1199 - Bragança foi cercada por Afonso IX.

Início do século XIII- construção da cisterna intramuros.

1219 - O foral é confirmado por D. Afonso II.

20/05/1253 - foral de D. Afonso III, chamando-lhe Brigantia.

1258 - As Inquirições fazem referência à construção dos muros de Bragança.

1261 a 1325 - obras de reparo das muralhas, em grande parte patrocinadas por D. Dinis.

1293 - D. Dinis manda construir a segunda cintura de muralhas, para responder ao crescimento populacional.

1370 - Durante as Guerras Fernandinas, Henrique II de Castela invade Bragança, a povoação foi tomada pelos castelhanos até 1371, situação que se resolveu com o Tratado de Alcoutim.

1383 - O castelo era governado por João Afonso Pimentel, casado com Joana Teles, irmã da rainha Leonor Teles, que se aliou a D. Beatriz na crise sucessória.

1390 - O castelo tinha sido entregue a Castela e é neste ano que se começam as obras da Torre de Menagem.

1396 - O alcaide do castelo rebela-se contra D. João I.

1401 - Início da Casa de Bragança através do casamento de D. Afonso, conde de Barcelos e I Duque de Bragança, com D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira.

1409 - D. João I inicia as obras de consolidação das muralhas e torres, obras que se prolongarão por 40 anos.

1439 - Os representantes de Bragança dizem que o muro da vila está derrubado em muitos lugares e pedem ao rei D. Afonso V que os mande reparar, o que o monarca aceita; dizem ainda que a torre de menagem não está concluída.

28/06/1449 - D. Afonso V doa o castelo ao Duque de Bragança.

20/02/1464 - **Bragança** recebe o estatuto de cidade por D. Afonso V.

1505 - Sob o comando do alcaide Lopo de Sousa e de Álvaro de Chaves, corrigem-se os danos existentes na muralha e barbacã, recorrendo ao trabalho dos habitantes do termo da cidade.

1509 - Duarte de Armas desenha a vila e o castelo.

1511 - Recebe foral de D. Manuel I e retoma a designação de Bragança.

1538- Demarcação da cidade.

Século XVII- o castelo funcionou como prisão.

Séc. XVIII- D. João V faz obras no castelo, já bastante arruinado, e que, entretanto, servira como armazém de pólvora.

1710- Parte da cidade é ocupada brevemente por tropas espanholas.

1754- Datação da Planta da Praça de Bragança desenhada pelo Engenheiro Ajudante José Monteiro de Carvalho. Ainda neste ano houve intenção de abaluartar a cidadela.

16/05/1762- a fortaleza fica parcialmente destruída com a invasão espanhola a Trás-os-Montes, derrubam-se partes da muralha e tenta-se igualmente destruir a Torre de Menagem, trabalho interrompido pela saída de muita água da base da torre.

1763 - Datação da planta de Bragança feita por ordem de Gorge Cary, Tenente-General dos Exércitos de sua Magestade Fidellma.

25/03/1789 - o telhado da Torre de Menagem estava arruinado.

1831 - O castelo já se encontrava desabitado e bastante arruinado, as portas da casa do alcaide fecham-se com pedra e cal.

1855 a 1928 - existência de um Regimento na cidadela.

23 de junho de 1923 - classificado como Monumento Nacional.

1928 - Trabalhos de restauro por parte da DGEMN, sobretudo a nível dos cubelos e muros que a instalação militar tinha destruído.

1932 a 1933 - sob alçada da DGEMN reconstroem-se as paredes do adarve, as muralhas e as cortinas de entrada laterais, procede-se ainda à reconstrução do parapeito de duas faces segundo o que ainda existia, dotado de ameias piramidais. Reconstrução da comunicação da muralha com a Torre de Menagem.

1933 - A ligação da muralha com a Torre de Menagem é terminada, incluindo a cachorrada e os parapeitos em cantaria; reconstrução de uma das torres.

1935 - Sob empreitada de Francisco Ferreira da Silva, reconstrói-se a muralha, de acordo com a existente, tal como o caminho de ronda e as ameias.

1936 - Instalação do museu militar no espaço da Torre de Menagem e reconstrução de panos da muralha.

1937/1938/1939 - Reconstrução de panos exteriores em alvenaria de xisto.

1949 - A face voltada a su-sudeste do prolongamento do eirado do castelo entra em derrocada, afetando seriamente o conjunto.

1982- Afetação do imóvel ao Instituto Português do Património Cultural.

Preços

Bilhete normal: €2.

Crianças até aos 6 anos: grátis.

Crianças dos 7 aos 17 e adultos com mais de 65 anos: €1.

O que ver perto?

Pelourinho;

Domus Municipalis;

Muralha;

Museu Ibérico da Máscara e do Traje;

Igreja e Convento de São Francisco;

Museu do Abade Baçal;

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais;

Casa da Seda.

Onde comer?

Taberna do Javali;

Contradição;

Tasca do Zé Tuga;

Anjo do Norte.

Onde dormir?

São Roque Hotel & Suites;

HI Bragança- Pousada de Juventude;

Hotel Ibis Bragança;

Solar de Santa Maria.

Acessos

O acesso à cidadela e ao respetivo castelo realiza-se pela Rua do Santo Condestável e pela Rua da Rainha D. Maria I.

O acesso a pessoas de mobilidade reduzida é limitado pela natureza da infraestrutura, embora seja possível visitar o nível térreo, apenas o acesso aos adarves e às torres são condicionados.

Proposta de melhorias

A nível de informação o castelo está praticamente desprovido, um visitante mais desatento ou menos informado passa pelo local sem perceber a sua implantação e o seu contexto, poderia ser alvo de melhoria com introdução de mais placas informativas com melhor qualidade de informação. Providenciar folhetos e brochuras poderia ser também fundamental ou oferecer visitas guiadas ao

espaço do castelo. A atenção está direcionada para o Museu Militar deixando o resto da infraestrutura desamparada. Este local possui espaço no pátio de armas para poder ser colocada informação relativamente ao castelo, tal como uma cronologia ou ainda na receção do museu, onde se poderia entregar algum material escrito.



CASTELO DE MIRANDA DO DOURO

O castelo de Miranda do Douro, embora bastante arruinado, foi em tempos uma poderosa fortaleza da linha de defesa transmontana, classificado como Monumento Nacional a 20 de outubro de 1955.

Temos notícias da Terra de Miranda desde o século XII, inserindo-se este castelo na linha que defendia o reino português, não do inimigo mouro, mas de Castela. Juntamente com Algosó, Penas Róias e Outeiro formavam o grupo mais antigo de defesa do território. No reinado de D. Dinis as fortalezas mais antigas, como o caso de Algosó e Penas Róias, perdem a eficácia militar e Miranda do Douro e Outeiro tornam-se os dois polos principais de defesa. No século XVI o castelo de Vimioso junta-se a este grupo com as novas inovações na arte da guerra (ARAÚJO, 2020, p.48 e 78).

Embora se associe o grosso da sua construção ao reinado de D. Dinis, existe uma parte da muralha que apresenta características protorromânicas, na rua da Costanilha, indicando que a sua construção poderá ter começado antes ou que aí existiria uma fortaleza primitiva. De pequenas dimensões, este vestígio, durante muito tempo ignorado, foi identificado por Mário Jorge Barroca³⁰, que lhe confere o merecido destaque. Mas, efetivamente, foi no reinado de D. Dinis que o castelo de Miranda ganhou forma, tendo a sua construção decorrido entre 1294 e 1303, supervisionada por dois religiosos provenientes de Alcobaça, um vassalo régio e um escrivão do rei (ARAÚJO, 2020, p.103).

Para além da ação construtiva de D. Dinis, também D. João I beneficiou o castelo de Miranda pela lealdade que esta praça manteve à sua causa, caso raro em Trás-os-Montes. Dotou a fortaleza de uma torre de três pisos abobados que, pelo seu porte, foi durante muito tempo identificada com a Torre de Menagem. Todavia, os desenhos de Duarte de Armas mostram-nos algo totalmente diferente (ver figuras 9, 10 e 11 em anexo). No final da Idade Média o castelo seria um espaço de perímetro retangular, com torres nos ângulos. A face virada à vila, seria também a mais frágil devido à implantação no terreno, pelo que a sua proteção contava com um fosso, uma barbacã com cubelos circulares e entrada em cotovelo (TRINDADE, 2013, p. 307).

Embora Miranda tenha representado um importante foco de defesa do reino, foi no século XVI, quando começou a construção da Sé, que este local ganhou verdadeira importância e o castelo sofreu obras de melhoria. Em 1540 Miranda torna-se sede de diocese e em 1545 é elevada a cidade. Durante

³⁰ BARROCA, M. J. (2008-2008). *De Miranda do Douro ao Sabugal- Arquitetura Militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira. Portugalia, Nova Série XXIX-XXX*: 193-252.

essa centúria, o castelo, como muitos outros, teve de se adaptar à pirobalística, recebendo um baluarte e reforços nos ângulos (GOMES, 2003, p.140).

A história que mais se ouve contar em Miranda pelos Mirandeses sobre o seu castelo é o facto de este castelo ter sido tomado pelos espanhóis durante a Guerra de Sucessão, em 1710, devido à traição de um membro da guarnição que, durante a noite, terá aberto as portas ao inimigo espanhol, permitindo-lhe assim conquistar a praça.

O estado em que hoje encontramos este espaço foi fruto da explosão do paiol de pólvora que ocorreu a 8 de maio de 1762, durante a Guerra dos Sete Anos, destruindo três torres e parte da muralha. O complexo residencial foi quase apagado restando apenas um pano de muralha e parte da torre mandada construir por D. João I. Em 1780, a avaliação da fortaleza mandada fazer por D. Maria I revela não valer a pena reconstruí-la. Ainda assim, durante as Invasões Napoleónicas a praça resistiu por algum tempo.

Tal como aconteceu em Bragança, também em Miranda a visita ao castelo deve ser acompanhada de uma explicação sobre o espaço urbano, por revelar práticas de urbanismo medieval contrárias ao lugar comum de que a cidade medieval é sempre um emaranhado de vias estreitas e curvas. Com efeito, o espaço intramuros é bastante organizado, com arruamentos retilíneos, típicos de um processo de fundação consciente, concretizado num tempo curto e sob o comando de um homem del rei, o povoador, como sucedeu aqui, em Miranda, no reinado de D. Dinis, monarca que lhe atribuiu carta de foral em 1286 (TRINDADE, 2013, p.306).

Quando Miranda recebe foral passa também a ser cabeça de terra, retirando poder a Algosó. A assinatura do Tratado de Alcanices, em 1297, e a passagem de D. Dinis por Miranda faz com que este rei conceda uma carta de privilégios à vila. D. Fernando, preocupado com o despovoamento de Miranda, transforma-a em couto de homiziados (local que recebe homens condenados pela justiça, cuja libertação dependerá de uma estadia de cerca de 5 anos nessa mesma povoação) e D. Afonso V manda construir uma casa da alfândega, existente ainda hoje (PINHEIRO, et al., 2020, p.51).



CRONOLOGIA DO CASTELO DE MIRANDA DO DOURO

716 ou 857- possíveis datas de conquista aos Mouros.

Século XI- na Rua da Costanilha existe um troço de muralha com características do século XI (protorromânico).

Século XII- a terra de Miranda aparece pela primeira vez na documentação.

1213- Miranda é restituída, por Afonso IX de Leão, a Portugal.

1286- Recebe foral de D. Dinis.

1294 a 1303- datas associadas à maior fase construtiva deste castelo.

1325- Miranda do Douro é elevada à categoria de vila.

1370- Henrique II de Castela conquistou Miranda do Douro durante as Guerras Fernandinas, tal como Bragança. A paz só é restituída em 1371 com o Tratado de Alcoutim.

1383- Melhorias nas muralhas e Pedro Homem de Távora fica encarregado pela praça.

1390- Juntamente com Bragança e Piconha, este castelo foi entregue a Castela.

1408- A vila é convertida num couto de homiziados para evitar o despovoamento desta zona fronteiriça.

28/06/1449- os castelos de Bragança, Outeiro e Miranda foram doados ao Duque de Bragança por D. Afonso V.

1509 - Duarte de Armas desenha a vila e o castelo.

Século XVI e XVII- a cerca muralhada alarga-se para sul.

1540- Miranda do Douro torna-se sede de diocese.

1545- Miranda do Douro é elevada a cidade.

1641- O castelo encontrava-se em obras.

1646- Durante a guerra de Restauração a fortaleza sofre alterações para melhor poder receber artilharia.

1664- O castelo foi reedificado por D. João V.

Início do século XVIII- o hornaveque encontra-se em construção.

1710- Durante a Guerra de Sucessão a praça caiu em mãos espanholas, sendo devolvida em 1711.

08/05/1762- durante a Guerra dos Sete anos a explosão do paiol de pólvora destruiu a alcáçova, parte da muralha e três torres.

1780- Foi enviado um perito a Miranda do Douro para avaliar o estado do castelo, que decide não valer a pena fazer obras por já não ter valor estratégico ou defensivo.

20/05/1955- o castelo é classificado como Monumento Nacional.

01/06/1992- o imóvel é afeto ao Instituto Português do Património arquitetónico.

10/10/2017- foram expropriadas três parcelas de terreno para obras de recuperação e revitalização do castelo de Miranda do Douro, dentro do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Miranda do Douro.

2018- Início de escavações arqueológicas, no âmbito da operação Castelos a Norte, cofinanciada pelo Programa Norte 2020.

Atualidade- consolidação da área escavada e tratamento de espaços e materiais.

Preços

Entrada gratuita.

O que ver perto?

A vila propriamente dita;

Ruínas do Paço Episcopal;

Antiga catedral de Miranda do Douro;

Museu da Terra de Miranda,

Monumento às Capas de Honra.

Onde comer?

Casa da Balbina;

São Pedro;

Capa d'Honras;

Santa Cruz;

Restaurante o Mirandês.

Onde dormir?

Santa Cruz;

Hotel Turismo Miranda;

Flor do Douro;

Hotel Mirafresno;

Pensão Vista Bela.

Acessos

O acesso é feito através da Rua de D. Dinis, possui estacionamento ao lado do local embora seja preferível a deslocação a pé dentro da “cidade velha”.

O acesso a pessoas com mobilidade reduzida é possível na maioria dos locais, com exceção da subida aos adarves e às portas dionisinas.

Proposta de melhorias

Este espaço, de todos os da Rota, é o mais bem divulgado a nível de informação no local, possuindo placas com informação importante e ainda desenhos de plantas para que o visitante se possa situar no espaço. O nível de proteção dos vestígios, todavia, podia ser melhorado. O espaço encontra-se exposto a todo o tipo de vandalismo ou intempéries e alguns vestígios são de fácil deslocação ou remoção.

CASTELO DE MOGADOURO

O Castelo de Mogadouro é Monumento Nacional desde 2 de janeiro de 1946.

No século XII, Mogadouro pertencia à Terra de Miranda, fazendo parte da linha defensiva deste território, neste caso do grupo mais antigo de castelos, acompanhado por Algosó e Penas Róias. Estes castelos acabam por ser senhorializados e a sua função defensiva cairá para segundo plano durante os séculos XIV e XV.

Em torno de 1145, este castelo foi doado por Fernão Mendes à Ordem do Templo, sendo os Templários os responsáveis pela construção da Torre de Menagem ainda hoje visível e que datará de 1170 (ARAÚJO, 2020, p.124). Fernão Mendes era cunhado de D. Afonso Henriques (BARROCA, 2001, p.218), o que o colocava numa esfera de grande importância e de comunicação com as mais altas entidades, cargo que os Templários ocupavam à época, tendo sido o processo facilitado por este tipo de relações. A presença destes freires em Portugal foi peça chave na luta contra os muçulmanos e, posteriormente, na consolidação e defesa da fronteira (GOMES, 2003, p.47).

Mogadouro e Penas Róias foram objeto de troca permanente entre a coroa e os Templários, até que em 1319 passam para a posse da Ordem de Cristo. Com esta passagem, Mogadouro torna-se Comenda da Ordem de Cristo e “absorve” Penas Róias. É ainda nesta altura que o castelo ganha mais um carácter residencial que militar, adaptando o seu espaço e dotando-o de conforto, tal como chaminés e janelas rasgadas nas paredes. Aquando das melhorias nos espaços militares para adaptação à pirobalística, Mogadouro não recebeu obras, nem sequer a adição de troneiras, o que reforça ainda mais o carácter residencial que esta fortaleza adquiriu ao longo dos séculos.

Este espaço muralhado distanciava-se um pouco do aglomerado populacional e serviu, em grande parte do tempo, como local de residência, primeiro aos comendadores da Ordem de Cristo e no século XV aos Távora. Deste paço temos ampla notícia nos debuxos de Duarte de Armas, permitindo “reconstruir” o que, entretanto, desapareceu (ver figuras 12, 13 e 14 em anexo).

Após o malogrado destino dos Távora o seu património entrou em decadência, acabando este castelo por cair em ruína, servindo de pedreira a outras obras. Resta apenas a Torre de Menagem Templária e um pequeno troço de muralha.



CRONOLOGIA DO CASTELO DE MOGADOURO

1145- D. Fernão Mendes doa Mogadouro à Ordem do Templo.

1160 a 1165- possível data de construção por mão dos Templários.

1166 ou 1170- data de construção de Torre de Menagem.

1197- D. Sancho I trocou a vila de Idanha pelos castelos de Penas Róias e Mogadouro. A vila foi concedida aos Templários que a detêm alternadamente com a casa real até 1311.

1239- Acordo de concórdia entre o comendador de Mogadouro e Penas Róias (Templário) e o comendador de Algoz (Hospitalário), por todas as malfeitorias praticadas por ambos os lados.

1258- Nas Inquirições confirma-se que os castelos de Mogadouro e Penas Róias haviam sido entregues aos Templários a título precário, o que significa que tinham de ser devolvidos quando o rei assim o solicitasse.

1260- Alguns documentos mencionam que o Comendador tinha contendas com a população e com o arcebispo de Braga.

1272- Carta de foral de D. Afonso III, mas sem qualquer menção aos Templários.

1297- Constituição da Comenda de S. Mamede de Mogadouro, doada à Ordem do Templo e elevada à categoria de Priorado da Ordem; D. Dinis concede novo foral.

22/03/1319- extinção da Ordem do Templo.

1319- A Comenda de S. Mamede de Mogadouro passa para a alçada da Ordem de Cristo.

Século XIV- agora na posse da Ordem de Cristo, o castelo sofre obras para servir de residência aos Comendadores, o perímetro muralhado é ainda aumentado e reforçado por torres que permitem o tiro flanqueado e a diminuição de ângulos mortos. Dentro do espaço cercado constroem-se dependências de armazenamento e guarnição.

1375- O castelo é entregue a D. João Afonso Telo.

1382- O castelo é entregue a Fernando Afonso, por D. Fernando e D. Leonor de Teles.

1383 a 1385- Mogadouro toma o partido de Castela durante a crise dinástica.

1385- Mogadouro mantém-se do lado de D. Beatriz, filha de D. Leonor.

1396- Mogadouro rebela-se contra o Mestre de Avis.

1397- D. Henrique de Castela invade Trás-os-Montes e apodera-se do castelo de Mogadouro.

1401- D. João I doa Mogadouro a Pedro Lourenço de Távora, que procede a obras no castelo.

1433- O rei doa Mogadouro a Álvaro Pires de Távora, cujo pai fora já alcaide do castelo.

1483- Recebe uma visita régia de D. João II.

Século XVI- o castelo estava desatualizado a nível militar e arquitetónico.

1503- É requerido um tombo à comenda de Mogadouro.

20/11/1507- visitação à Comenda de Mogadouro pelo Frei D. João Pereira e Frei Diogo do Rego, que fazem descrição do imóvel.

1509 - Duarte de Armas desenha a vila e o castelo.

1512- Carta de foral de D. Manuel.

12/06/1536- instituição do morgado dos Távora na vila de Mogadouro, onde residiam Luís Álvares da Távora com a sua esposa D. Filipa de Vilhena.

08/04/1758- nas Memórias Paroquiais, segundo o pároco Luís Rodrigues de Carvalho, a vila não se encontra murada, não possui praça de armas nem torre, com exceção do que existe no palácio dos Marqueses de Távora. Refere ainda que da vila se conseguem ver os castelos de Penas Róias, Algosó e Outeiro.

1758- Início do inventário e apropriação dos bens da casa dos Távora após o atentado a D. José.

1834- Extinção da comenda de Mogadouro, o castelo e a residência entram em fase de abandono.

1835- de acordo com D. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, o teto do salão do palácio abate e começa a ruína deste local, a câmara permite ainda que se tirem pedras do local para outras construções.

Década de 1990- a torre de menagem é vandalizada.

02/01/1992- o castelo é classificado como Monumento Nacional.

Preços

Entrada gratuita.

O que ver perto?

Torre do relógio;

Capela de Santa Ana;

Casa da cultura de Mogadouro.

Onde comer?

O Templário- casa de petiscos;

À lá Française;

Restaurante Europeu;

Restaurante Estoril;

A Lareira.

Onde dormir?

Casa das águas férreas;

Hotel turismo Trindade Coelho.

Acessos.

O acesso faz-se através da Rua João de Freitas. O acesso a pessoas com mobilidade reduzida é dificultado pelas características do terreno, a subida pelo adarve é impossível, mas a visita ao pátio de armas pode ser feita.

Proposta de melhorias.

Informação escrita inexistente, o espaço não é dotado com qualquer tipo de informação escrita para situar o visitante. Face à escassez de vestígios seria importante prover o local de uma maquete ou disponibilizar os debuxos de Duarte de Armas dando a conhecer ao visitante a evolução do espaço que visita, esta maquete ou exposição dos debuxos poderia ser feita em placas de material durável ou no espaço interior da torre de menagem, sendo que este espaço precisaria de intervenção para poder receber estes elementos.

CASTELO DE OUTEIRO DE MIRANDA

O Castelo de Outeiro de Miranda está num estado bastante avançado de ruína, com pouquíssimos vestígios e sem qualquer tipo de interpretação. Tal como os anteriores, este castelo também fazia parte da linha de defesa do Nordeste Transmontano e durante os séculos XIII e XIV, juntamente com Miranda do Douro, torna-se um dos focos de defesa mais importantes. No século XVI não sofreu grandes adaptações à pirobalística uma vez que tinha pouco espaço para obras, recebendo apenas baluartes (ARAÚJO, 2020, p.85).

Desta povoação existem notícias desde 1194, mas em 1258 grande parte pertencia ainda ao Mosteiro de Castro de Avelãs, situação que só viria a reverter-se no reinado de D. Dinis quando, em 1290, passa para a mão da Coroa. Escassos anos depois, em 1313, D. Dinis doa esta povoação ao seu filho bastardo D. João Afonso.

A construção deste espaço, respondendo à necessidade de defesa e controlo, deverá datar dos anos de 1355 a 1361, sendo igualmente uma preocupação constante o povoamento da zona (ARAÚJO, 2020, p.133). A construção de um Castelo nesta zona não teve apenas como intuito a defesa da fronteira, tratando-se de uma afirmação de poder régio numa zona fundamentalmente senhorial (OLIVEIRA, 2015, p.75).

Perdida a eficácia militar, este espaço foi progressivamente abandonado e, em 1530, já só servia como residência do alcaide. Um aspeto que reforça o carácter residencial deste espaço é o facto de Duarte de Armas ter assinalado a existência de uma latrina neste castelo, algo raro de se encontrar em território português. Duarte de Armas retrata um espaço que é atualmente quase impossível de imaginar naquele local de implantação, não só pelo pouco espaço, mas devido à ruína avançada do local (ver figuras 15, 16 e 17, em anexo).

Durante o século XVIII ainda se encontrava em relativo bom estado, não devendo sofrer alterações desde o século XVI. Em 1762, todavia, ao invadir Trás-os-Montes o exército espanhol deixou um rasto de destruição, queimando todas as construções em madeira e obrigando os habitantes a demolir e minar o seu castelo e muralhas. Com o tempo, os materiais terão sido reaproveitados e atualmente já pouco resta naquele espaço. A forte campanha de restauros do Estado Novo não chegou a esta fortaleza e, pese embora os poucos vestígios, foi classificado como imóvel de interesse público a 20 de outubro de 1955. Sabe-se que em 1993 os muros foram consolidados, com cimento sendo possível ver os locais de intervenção.

Este espaço serviu durante muito tempo como espaço meramente residencial, albergando a residência do alcaide e algumas casas de apoio, para além disto possuía ainda uma latrina, por motivos de higiene, que não era uma construção comum nos castelos portugueses.

Visitar este espaço, pese embora a quase inexistência de vestígios, é importante para perceber a abrangência do espaço e para que o visitante se depare com a dura realidade do património e do seu abandono em Portugal. Chegar a este espaço e encontrar uns meros vestígios sem interpretação não dirá nada a quem se encontra no local, mas subir à encosta e ver pelo menos um painel informativo seria bom para quem visita como para a população de Outeiro que veria o seu castelo valorizado passados tantos anos de abandono do espaço.



CRONOLOGIA DO CASTELO DE OUTEIRO DE MIRANDA

1290- Recebe foral de D. Dinis e deixa de estar na esfera de poder do mosteiro de Castro de Avelãs.

1313- D. Dinis doa Outeiro a D. João Afonso, seu filho natural.

1355- Os habitantes pediam ao rei que mandasse cercar o local e que o subisse à categoria de vila, pedido não concedido na época.

1355 a 1361- provável época de construção do castelo.

1361- D. Pedro I entrega a fortaleza a João Rodrigues de Bastos para lhe fazer menagem.

1369- As tropas de Henrique II de Castela assaltam o castelo durante as guerras fernandinas.

1383- Outeiro aliou-se aos castelhanos durante a crise dinástica e foi devastado pelas tropas do mestre de Avis.

1414- A cerca estava a acabar de ser construída, e D. João I, como incentivo à povoação, dá isenção de pagamento a quem fizesse ali casa. Em 1420, este rei determina que as casas devem ser feitas com ordenança.

23/02/1418- o castelo encontra-se em obras, tem um termo demasiado pequeno que estava em processo de alargamento e precisa de ser povoado.

1449- D. Afonso V concede aos moradores escusa de velar o castelo, apenas tinham de garantir a segurança da porta principal. São ainda doados o castelo e a vila a D. Afonso, Duque de Bragança.

Final do século XV- D. João II mandou-o reconstruir.

1508- O muro da vila cai e é reconstruído pelos moradores.

1509 - Duarte de Armas desenha a vila e o castelo.

1514- Recebe foral de D. Manuel e a vila muda-se para o vale, começando aqui a decadência do castelo.

1530- O castelo só já era usado como residência do alcaide; nesta época pertencia ao Duque de Bragança.

1642- procede-se à aquisição de peças de artilharia.

1646- Uma incursão espanhola destrói Outeiro.

1758- Nas Memórias Paroquiais refere-se que o castelo possui duas torres, casas para os governadores e soldados e ainda uma capela dedicada a Santa Luzia. É referida ainda a ruína em que se encontram as casas e a muralha. Não possuía artilharia e era apenas visitado de dois em dois meses.

1762- O castelo é invadido pelo exército espanhol, todas as estruturas de madeira são queimadas e os habitantes são obrigados a minar e demolir o castelo e as muralhas.

1992- O imóvel é afeto ao IPPA.

1993- Obras de consolidação da muralha.

20/10/1955- é classificado como imóvel de interesse público.

2017- Limpeza de vegetação.

2019- Sondagens arqueológicas na zona do castelo.

Preços

Entrada gratuita.

O que ver perto?

Igreja de Nossa Senhora da Assunção;
Basílica do Santo Cristo de Outeiro.

Onde comer?

Restaurante Bartolomeu.

Onde dormir?

Sem locais disponíveis

Acessos.

O acesso é feito a partir de Outeiro subindo a encosta do castelo, é um caminho de difícil. O acesso a pessoas de mobilidade reduzida é possível, mas difícil.

Proposta de melhorias.

Em Outeiro não existe informação relativa às ruínas do castelo. Depois de subir a encosta encontramos apenas um amontoado de ruínas sem qualquer tipo de informação ou explicação do monumento e local. As placas informativas são inexistentes e o visitante só consegue obter informações acedendo à internet, caso seja possível. De toda a rota, este espaço é o mais necessitado de intervenção, tanto a nível informativo como no acesso ao espaço, que com uma viatura ligeira é quase impossível e a pé é uma subida ingreme.

CASTELO DE PENAS RÓIAS

Este local foi considerado Monumento Nacional a 20 de março de 1945.

O castelo de Penas Róias, tal como o de Mogadouro, esteve na posse dos Templários, fazendo também parte da linha mais antiga de defesa do nordeste transmontano. Embora já pertencesse aos Templários desde 1145, por doação de Fernão Mendes, as obras de vulto começaram apenas umas décadas depois, integrando uma das Torres de Menagem mais antigas do país, de cerca de 1172, promovida por D. Gualdim Pais, mestre da Ordem, como é comprovado por uma epígrafe³¹. Tal como aconteceu com Mogadouro, este castelo andou entre as mãos dos Templários e da Coroa, até passar, em 1319, para as mãos da Ordem de Cristo e posteriormente para a família Távora onde se manteve durante pelo menos três séculos.

Nos debuxos de Duarte de Armas, uma vez mais, vemos uma construção que hoje já não existe. Repare-se, todavia, como aquando da sua passagem, em 1509, já se encontrava em ruína (ver figuras 18, 19 e 20 em anexo). Nestes mais de 500 anos passados a ruína agravou-se quase só existindo a “memória” do que outrora foi o castelo de Penas Róias. Ainda assim, é possível ver a Torre de menagem, montada sobre afloramento rochoso, bem com parte de um cubelo, parte de uma estrutura de entrada projetada no século XVI, aquando da adaptação do castelo às armas de fogo.



CRONOLOGIA DO CASTELO DE PENAS RÓIAS

Século XII- construção do castelo pela mão dos Cavaleiros do Templo.

1145- O castelo já pertencia aos Templários, por doação de D. Fernão Mendes de Bragança, casado com D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques. Tanto Penas Róias como Mogadouro estavam associados à defesa da fronteira leste do território nacional.

³¹ Sobre as epígrafes incorporadas em obras mandadas erguer por Gualdim Pais, veja-se Saul Gomes.

1166/ 1172 ou 1181- construção da Torre de Menagem pelos Templários. Em 1172 seria mestre desta ordem D. Gualdim Pais, e teria participado diretamente nesta edificação segundo inscrição no lintel e ombreira da porta da torre de menagem.

1187- Recebe foral de D. Sancho I.

1197- Tal como aconteceu em Mogadouro, é alvo de troca por Idanha, passando assim novamente para as mãos do monarca.

05/07/1199- D. Sancho I doa a herdade de Açafa em troca das igrejas de Penas Róias e Mogadouro.

01/08/1254- é constituída a Comenda de Penas Róias, da Ordem do Templo.

1258- Nas Inquirições, o castelo de Penas Róias, aparece como sendo pertença dos Templários, embora tenha pertencido ao terratenente de Bragança, D. Fernão Mendes entre 1128 e 1145.

1272- Recebe carta de foral de D. Afonso III, mas sem menção de Templários. No ano seguinte é-lhe atribuído um novo foral.

22/03/1312- a Ordem do Templo é extinta.

14/03/1319- é criada a Ordem de Cristo, que se torna beneficiária de todos os bens da Ordem do Templo.

1399- D. João I doa Bemposta e Penas Róias a Rui Gonçalves Alcoforado.

1457- Álvaro Pires de Távora compra, a Rui Gonçalves Alcoforado (o neto do anterior), Penas Róias e o seu castelo, com todas as terras e termos. O castelo passa assim para a Comenda da Ordem de Cristo de Mogadouro.

20/11/1507- o Frei D. João Pereira e o Frei Diogo do Rego visitam a comenda de Mogadouro.

1509 - Duarte de Armas desenha a vila e o castelo.

1512- Recebe foral de D. Manuel.

1759- Após o processo dos Távoras a povoação volta de novo para as mãos da Coroa.

1836- O concelho foi extinto e o castelo entra numa fase de ruína definitiva em que os seus materiais são reaproveitados para outras construções.

Início do Século XX- ainda eram visíveis alguns dos cubelos, a cerca e a porta que estava virada para a povoação.

Meados do Século XX- a cisterna estava obstruída pelo lançamento de materiais para o seu interior, que não foram retirados devido ao perigo que representava.

06/08/1979- o Presidente da Câmara requer uma visita da DGEMN por se terem encontrado vários vestígios arqueológicos na zona.

01/01/1992- o imóvel é afeto ao IPPA.

20/03/1995- classificado como monumento nacional.

Preços

Entrada gratuita.

O que ver perto?

Fraga da Letra;

Cruzeiro de Penas Róias;

Igreja Paroquial de Penas Róias.

Onde comer?

O Cantinho;

A Tasquinha;

Restaurante Dias.

Onde dormir?

Sem alojamentos disponíveis.

Acessos.

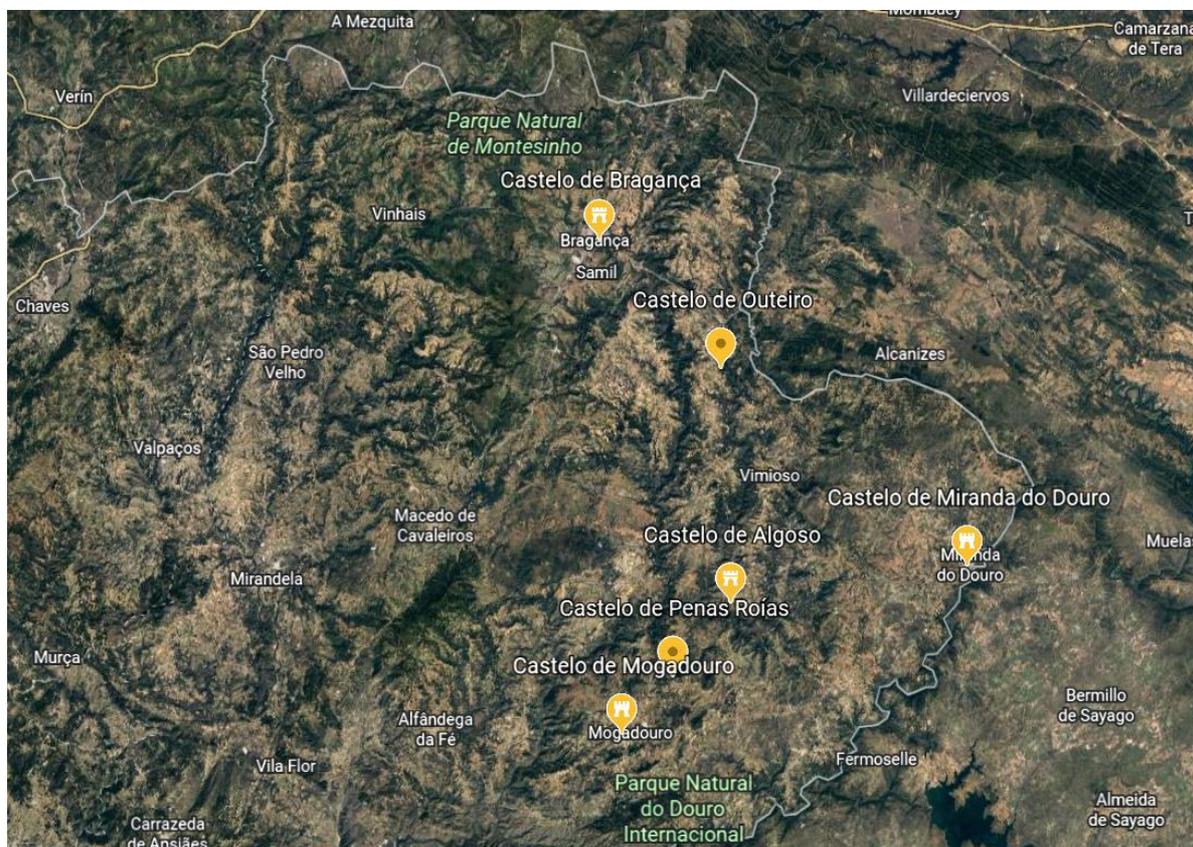
Após a entrada na freguesia de Penas Róias é necessário subir até ao Castelo partindo da Igreja Paroquial. O acesso de pessoas com mobilidade reduzida é impossível face à presença de escadas e inclinação da encosta.

A ROTA EM ANÁLISE

A rota proposta tem como principal objetivo apresentar o património existente no Nordeste Transmontano. Esta região, para além de importantes castelos medievais, conta igualmente com inúmeros testemunhos históricos por regra esquecidos, com pouco ou nenhum investimento, progressivamente descaracterizados. Por outro lado, os vestígios efetivamente aproveitados estão quase sempre insuficientemente dotados de informação, faltando-lhes também técnicos especializados na sua gestão.

O projeto que agora se apresenta, tem por isso como objetivo dar a conhecer uma rota com viabilidade de ser implementada, caso tal seja do interesse das autarquias da área em questão.

A rota, contemplando os castelos de Bragança, Outeiro, Miranda, Algosó, Penas Roias e Mogadouro, é oferecida sem uma sequência rígida, uma opção que inevitavelmente condicionaria o visitante e determinaria zonas de pernoita em detrimento de outras. Na preferência por uma escolha livre pesa igualmente a distância relativamente curta entre cada ponto. Prevê-se que o conjunto da visita ocupe cerca de dois dias, proporcionando uma estadia na região suficientemente longa para que o visitante usufrua, a par do património militar medieval, da gastronomia local e do alojamento, aspeto fundamental para a dinâmica económica da região e que qualquer rota deve ter em conta.



Embora esta rota tenha capacidade para funcionar de forma autónoma dedicando-se exclusivamente à arquitetura militar, pode também ser “absorvida” ou cruzada, integrando outros projetos já existentes, caso da Rota da Terra Fria.

Fundamental à criação da rota dos Castelos do Nordeste Transmontano é a criação de um centro interpretativo que informe e interprete o que se viu ou vai ver ao longo da rota, envolvendo o visitante e tornando-o parte do processo global.

Segundo Manuel Pizarro, a grande mais valia dos centros interpretativos reside no facto de “o visitante atual [ter deixado] de se satisfazer com olhar os objetos nas vitrinas, conhecendo apenas o seu lado estético. Quer interagir com os objetos e os seus contextos, quer estar envolvido, participar na descoberta e deseja experimentar. Pretende, hoje, mais respostas por parte das instituições que visita”.

A categoria de centro interpretativo ainda carece de uma definição fechada ao nível da classificação, tendo entendimentos diferentes dependendo do autor. Seguindo novamente Manuel Pizarro “as definições de centro de interpretação são múltiplas: uns consideram tratar-se de instituições para a disseminação do conhecimento do património cultural ou natural; um espaço onde confluem linhas argumentativas de um discurso interpretativo pensado num território determinado, onde se dá uma ideia de conjunto, apresentando propostas culturais, educativas e turísticas; outros defendem tratar-se de espaços sem coleção criados com o objetivo de valorizar e difundir o património e destinados a um público vasto e outros afirmam tratar-se de um tipo específico de novo museu, muitas vezes associados a centros de visitantes ou ecomuseus e localizados próximos a sítios culturais, históricos ou naturais, recorrendo a diferentes meios de comunicação de modo a facilitar a compreensão de um determinado património”.

Na realidade, as fronteiras são ténues e os conceitos e práticas tendem a fundir-se. Uma das questões mais abordadas nesta relação entre as duas instituições—o Museu e o Centro Interpretativo—é a questão da coleção. Enquanto o museu possui uma coleção e tem por objetivo expô-la e conservá-la, o Centro Interpretativo não assume como função colecionar, conservar e estudar objetos originais, mas sim comunicar património, educar e consciencializar o visitante. Todavia, não é raro que um centro interpretativo possua algumas peças que auxiliam na compreensão do discurso científico e interpretativo. Mas, na realidade, nem estas peças têm de ser únicas, raras e antigas, muito menos obras de arte. Podem ser simplesmente testemunhos do quotidiano, de práticas construtivas, de rituais, etc. Não deixam por isso de ser artefactos do passado que devemos cuidar e passar às gerações seguintes. Ainda no âmbito do recurso a designações rígidas e fechadas, com todas as limitações que tal implica, sublinhe-se como não é hoje verdade que o museu não queira ou deva transmitir

conhecimentos. Qualquer museu tem na sua missão explicar e divulgar conhecimento criando para tal narrativas e argumentos que igualmente suscitam interpretação por parte do visitante.

O que acontece é que a matéria-prima dos centros de interpretação é muitíssimo mais vasta que a dos museus. Da cereja à Ponte 25 de abril, em Lisboa, passando pelas invasões napoleónicas ou pelo castelo de Guimarães, tudo, atualmente, é suscetível de ser trabalhado neste âmbito, mantendo-se a categoria de museu de certa forma mais reservada. Por outro lado, o facto de os centros interpretativos se alicerçarem essencialmente em réplicas ou peças não valiosas e únicas permite uma relação com o visitante. Um museu exige sempre algum distanciamento emocional, quanto mais não seja porque a peça se encontra encerrada numa vitrine ou distanciada por um cordão, uma antepara, algo que nos impede de tocar, experimentar, sentir, envolver e deixar-nos envolver. Na esmagadora maioria dos centros de interpretação, a comunicação com o objeto e o seu espaço, função, características, etc., é essencial e imediata.

O que frequentemente caracteriza o Centro de interpretação é a sua relação com um espaço, um território, um lugar, um contexto. As peças, ou a forma de intermediar o conhecimento têm sempre em conta a inserção nesse âmbito mais vasto. Por essa razão, o Centro de Interpretação deverá estar sempre próximo do local/ espaço que se propõe a estudar e onde é dado maior foco de importância à interpretação do património e à transmissão do conhecimento. Freeman Tilden³², na sua obra, refere várias vezes que a interpretação é uma atividade educativa, que revela significados e inter-relações. Não sendo apenas a simples transmissão de informações, vai mais longe, atingindo a transmissão de conhecimentos, pelo que é importante reunir um conjunto de características que levem o visitante a sair da esfera da simples visitação para entrar na esfera da partilha de conhecimento e total envolvimento com o objeto que se lhes apresenta.

Um ponto essencial é perceber que informação não é interpretação. A interpretação, conceito filosófico-base que aqui nos importa particularmente, é, hoje, uma ferramenta utilizada na apresentação e uso social do património, que permite oferecer leituras para um usufruto prático do mesmo. A interpretação permite sensibilizar o visitante e oferecer-lhe uma leitura adequada do património, tal como conservar os valores patrimoniais, culturais e naturais. A interpretação coloca o visitante noutra esfera de comunicação usando todos os sentidos da perceção humana, oferece novas experiências, procura uma participação ativa e incentiva a busca pelo conhecimento.

Com efeito, o Centro de Interpretação tem por objetivo principal, mais do que instruir, provocar: levar a que o indivíduo queira saber mais; interrogar, interpelar, criar diálogo, obrigar a agir. O

³² TILDEN, Freeman, *Interpreting our heritage*, Third Edition, The University of North Carolina Press, Chapel Hill.

relacionamento tem de ser ativo e ativado nos dois sentidos. Para isso, deve apresentar o todo e não apenas uma parte; quando dirigido a crianças não deve diluir informação, mas sim seguir um rumo diferente criar um discurso, orientado com um programa específico.

Importa ainda referir como os Centros de Interpretação recorrem frequentemente à questão sensorial: a tecnologia o audiovisual e o multimédia permitem criar cenografias impactantes, envolvendo o visitante-participante em jogos de realidade aumentada, três dimensões, recriando espaços e tempos com um grau de realismo que não só envolvem os públicos como se revelam cruciais na provocação e interação. São, naturalmente, muito apreciados por um público mais jovem. A questão reside no equilíbrio entre emoção e razão. A capacidade tecnológica não pode de forma alguma atrofiar ou relegar para segundo plano a capacidade de comunicar informação rigorosa e atualizada que deve ser interpretada e contextualizada. Tudo por forma a proporcionar uma experiência inesquecível.

Para além do estudo conceptual do que é ou não um Centro de Interpretação, a criação de um núcleo desta natureza exige todo um conjunto de questões práticas prévias à fundação³³. É necessário conhecer profundamente o objeto de estudo, no terreno, na construção científica em torno dele; as fontes de informação devem ser fidedignas; deve-se manter uma atividade contínua de investigação, formação e avaliação. É importante conhecer casos paralelos e boas práticas em situações similares. Avaliar o território e perceber as mais-valias e dificuldades do projeto; estudar a população residente, os circuitos turísticos; os públicos-alvo; os recursos financeiros e humanos; a capacidade tecnológica e cenográfica, audiovisual e multimédia disponível; as potenciais instituições parceiras, públicas e privadas garantindo a colaboração entre os agentes que representam o património e a comunidade local; o espaço/edifício a ocupar; o contexto social, cultural e histórico do espaço que deverá sempre ser autêntico³⁴ e sustentável.

Com efeito, o centro interpretativo para além de ser um local que permite ao visitante envolver-se na experiência patrimonial tem de ser também um motor de desenvolvimento para o local onde se implanta. Deverá assegurar algumas formas de rendimento por forma a conseguir renovar conteúdos e exposições e a participação da comunidade, para que esta se identifique com o que vai sendo mostrado/trabalhado e sinta que faz parte do processo. Há que ter em conta que a criação de um

³³ IZQUIERDO TUGAS, Pere; JUAN TRESSERRAS, Jordi; Carlos Matamala Mellin (coord.), *Centros de Interpretación del Patrimonio- Manual Hicira*, Barcelona, 2005.

³⁴ Documento Nara de 1994, em que é dito que para garantir a autenticidade do património é necessário conhecer as fontes e saber interpretá-las, a autenticidade é o pilar base do conhecimento científico, e também uma forma de respeitar o património e a cultura onde este se insere, para além disto, quando é necessária uma intervenção, esta também deve ser efetuada de forma séria e por profissionais, de forma a não desrespeitar o objeto.

Centro de Interpretação pode ter influência a nível do comércio local (restauração, hotelaria, artesanato, entre outros) e que pode levar ao desenvolvimento económico da localidade.

Afunilando agora para o projeto dedicado aos castelos torna-se necessário definir critérios, o que se fará de forma esquematizada e essencialmente operativa.

Cronologia: séculos XII-XXI (a atualidade, bem como toda a história do castelo incluindo os períodos de abandono e destruição ou as importantíssimas ações de restauro, são vitais para a compreensão global do objeto de estudo).

Local: o local a definir depende do interesse mostrado pelas autarquias locais, mas o local mais indicado seria Miranda do Douro, pela dimensão, população e diversidade de serviços, pela proximidade a Espanha pela capacidade que a cidade tem de receber visitantes. Bragança pode funcionar igualmente, quer por ser capital de distrito, quer pela aposta que vem fazendo no turismo.

Parcerias: Câmaras Municipais; Associação dos Amigos dos Castelos; Universidades; Juntas de freguesia; Turismo Norte e outras entidades privadas interessadas em investir e participar.

Objetos a integrar: maquetes, reconstituição virtual dos espaços (quando possível), pedra siglada, pelouro de catapulta, reprodução de ferramentas, de armas (besta, arco e flecha, lança; armaduras, elmos, escudo; cesto e pedras; relação entre ameia e aberta, balcão com matacães, etc. Em relação à experimentação de cópias de armas, os casos dos CI da Batalha de Aljubarrota e Castelo de Guimarães constituem-se como exemplo de boas práticas.



Centros de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e do Castelo de Guimarães.

Recriações: estaleiro de obra (à semelhança do que se encontra no Centro Interpretativo da Rota do Românico, em Lousada); máquina de guerra, a ideia a explorar do castelo como um puzzle, simulando

o acrescento de elementos de defesa e ataque, caso de barbacã, fosso, ponte levadiça, etc., essencial para explicar a evolução do castelo desde o simples anel de pedra ao mais complexo castelo “gótico”).



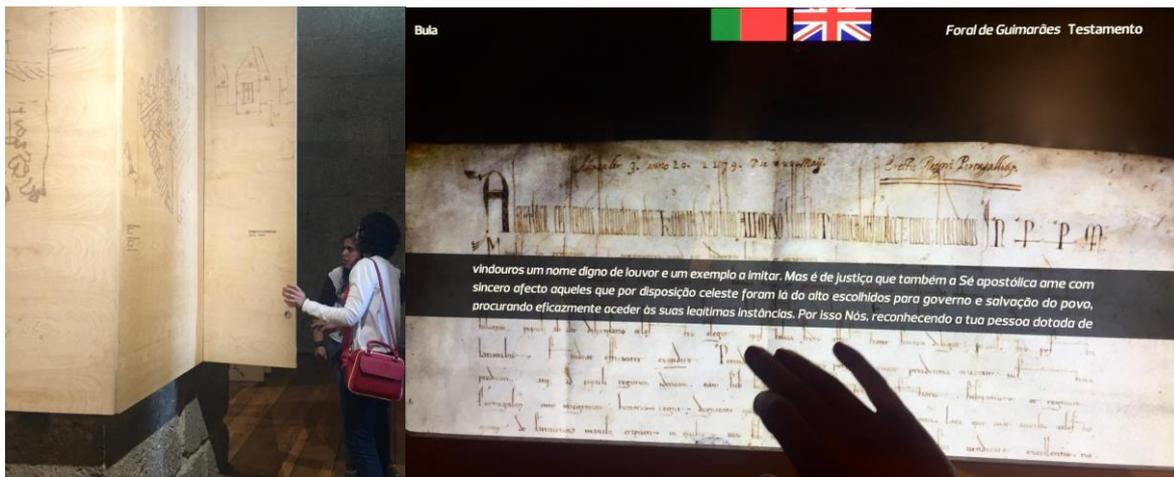
Simulação de estaleiro de obra no Centro Interpretativo da Rota do Românico (Lousada)

Elementos de suporte: maqueta do território, fotografia aérea; mapa; iluminuras em tamanho grande (catapulta; máquina de guerra) fotografias antigas, reproduções de vistas, naturalmente com destaque para as de Duarte de Armas que representam os castelos e as respetivas povoações em inícios do século XVI permitindo, quando comparadas com vistas atuais capturadas do mesmo ângulo, uma compreensão cabal das transformações sofridas quer pela paisagem, quer pelo monumento. Todos estes elementos podem e devem articular-se com pequenas exposições temporárias sobre aspetos da vida medieval, desde o dia-a-dia, às batalhas, religião, alimentação, enfim, toda uma panóplia de temas dentro da cronologia medieval que sejam de interesse do público e permitam manter o espaço sempre ativo.



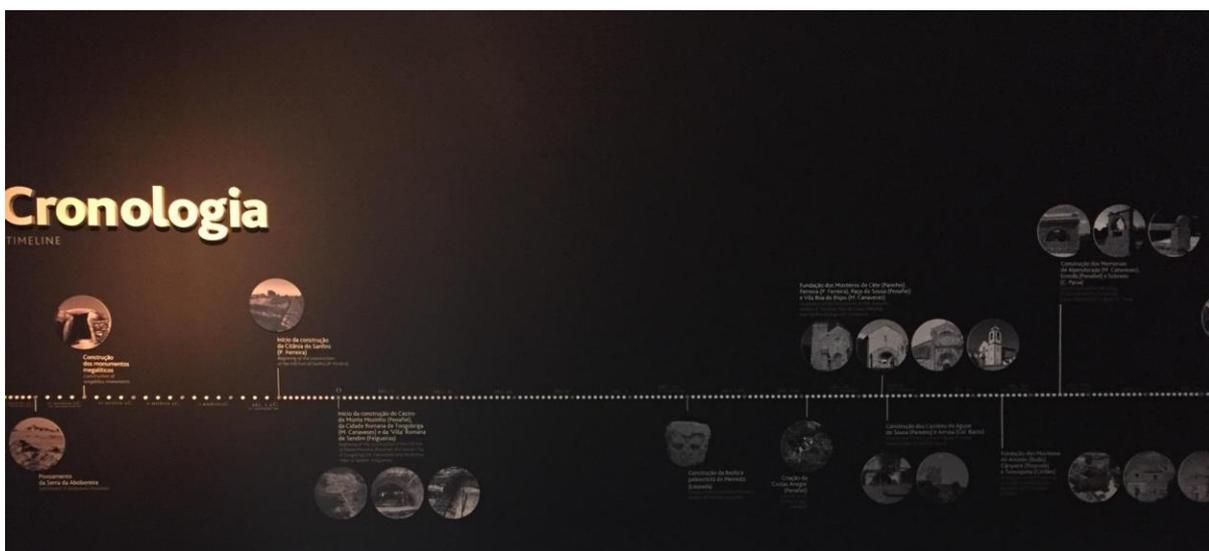
Bíblia Morgan Biblioteca Pierpont Morgan, Ms M. 638 Nova Iorque.

Informação escrita: rigorosa e atualizada, em linguagem simples embora não simplista, inclusiva por forma a não afastar públicos, sobretudo doseada. Um CI pode oferecer vários níveis de informação sendo prática corrente permitir descobrir mais a quem esteja interessado. Gavetas ou painéis que se abrem e fecham são sempre uma boa solução, diluindo visualmente a quantidade de informação e deixando a opção ao visitante. A informação escrita pode igualmente surgir em écrans ou mesas interativas, ainda que nestes casos seja necessário contar com uma equipa técnica capaz de garantir o funcionamento pleno dos meios audiovisuais.



Centro de Interpretação do Castelo de Guimarães.

Por outro lado, ao texto corrido, pelo menos bilíngue e de dimensão reduzida, deve associar-se informação em esquema, sobretudo para aspectos como a cronologia contextualizadora ou definições breves, por exemplo, ao nível da terminologia específica, também aqui idealmente associada a imagem.



Para além de toda a configuração física do espaço será ainda importante adicionar a componente teórica, como a fundação de um centro de estudos associado à história, história da arte e arqueologia, por forma a promover o interesse nas camadas mais jovens e aumentar a procura destas áreas. A organização de palestras e seminários com representação internacional, estimulando as relações com Espanha), como forma de promoção do território e ainda a organização de espetáculos e feiras historicamente ancorados.

Associado à criação da rota e do centro interpretativo e tendo em conta todo o tipo de público revela-se fundamental a criação de uma aplicação para dispositivos móveis dotada de audioguias, em linguagem inclusiva, em português, inglês, francês, espanhol e alemão, mas também, tendo em conta a população migrante, búlgaro e ucraniano. A interpretação em língua gestual e a disponibilização da informação em braille são igualmente desejáveis.

A nível do território da rota seria de reforçar a quantidade de sinalética, quer nos percursos, quer junto aos monumentos, recorrendo-se neste último caso também a códigos QR para quem desejar obter mais informações.

Merchandising: a par da promoção de produtos naturais associados à região, o tema dos castelos medievais tem grande potencial, sobretudo ao nível do público mais jovem, conjugando ao aspeto lúdico, a informação sobre a época.



Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

CONCLUSÃO

A oferta turística em Trás-os-Montes está ainda muito direcionada para a paisagem, a componente religiosa e a gastronómica. A vertente histórico-cultural pode ser muito melhorada, mas é um esforço que necessita ainda de muito investimento.

Este projeto serve para colmatar uma das muitas falhas a nível turístico, sendo que seria necessário existir mais trabalho neste âmbito, seja a nível da arte sacra e de todas as manifestações histórico-artísticas do distrito, como depois passar à prática e aplicar de facto os conhecimentos teóricos. Muitas destas falhas tem vindo a ser colmatadas por esforços individuais sem qualquer tipo de apoio pelas entidades competentes, acabando por se tornar uma missão de fácil concretização numa tarefa hercúlea.

Este trabalho, recolhe informações sobre seis castelos e dá corpo a uma rota, integrando-os numa narrativa que se apresenta coeva e lógica. Um sistema que ultrapassando as limitações do monumento individual, retira a sua força do conjunto- funcionando como um organismo vivo,- o que não é possível ser explicado num é colmatado no seguinte, tornando a compreensão da sua evolução formal e do seu funcionamento muito mais fácil, mas também a diversidade de paisagens e dos contextos que os integram e que atraem o visitante a querer permanecer na região mais tempo.

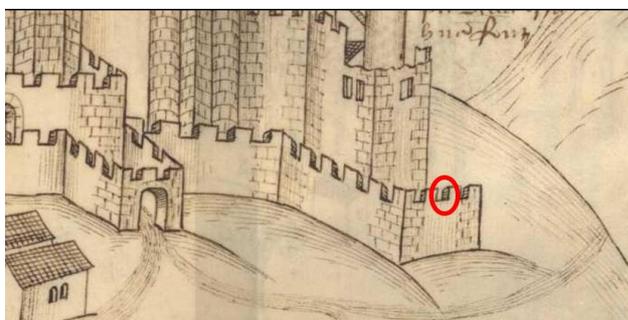
A construção desta rota implicou o percorrer do espaço, dos monumentos, o contacto com as populações, a noção das distâncias, dos percursos, do seu potencial e também do muito que está por fazer. Incluiu igualmente uma pesquisa sobre outras rotas existentes no país, a par da análise da suas vantagens e boas-práticas e também das limitações. Simultaneamente, investimos no conhecimento da comunicação de ciência a públicos alargados, descobrimos a especificidade dos Centros de Interpretação, obrigando-nos a olhar criticamente para um equipamento que é hoje imprescindível no universo patrimonial, qualquer que seja a sua natureza.

Com este projeto pretendo alcançar as instituições competentes tal como interessar mais pessoas no património transmontano, sobretudo no distrito de Bragança. Temos a noção de que não é um trabalho fechado, terminado, até porque colocar esta rota no terreno obrigará a muitos desenvolvimentos, mas é um princípio.

GLOSSÁRIO

Este capítulo é fundamental ao trabalho desenvolvido no âmbito da rota e respetivo centro interpretativo, podendo ser disponibilizado ao público de diferentes formas: parcialmente, explicando os traços mais marcantes de cada castelo; em flyers ou painéis informativos; na totalidade através de dispositivos digitais, etc. Através da imagem (esquemas, exemplos de vestígios materiais, desenhos) permite simplificar e clarificar termos técnicos especializados e, por regra, inacessíveis ao visitante comum. Alguns dos termos, mecanismos ou ações mais interessantes, caso dos “matações” e das “troneiras” podem ser experimentados através de reproduções em tamanho real expostas no Centro Interpretativo.

Aberta- Espaço entre duas ameias por onde se realizava o disparo contra o inimigo.



Abocinamento- vão de uma seteira mais largo na face interior, permitindo que o arceiro, no momento do disparo, tenha uma maior liberdade de movimentos e um maior ângulo de visão e consequentemente de tiro. Simultaneamente, também protege o arceiro dos disparos inimigos.



Acesso ou entrada em cotovelo- De origem muçulmana, a sua forma curva impede que se aceda de forma direta ao interior do recinto. Pode ser precedido de uma porta, este mecanismo obriga os atacantes a fazer um percurso em ângulo reto até à porta principal, uma ou mais vezes, originando

cotovelos simples ou duplos. Permite ainda o ataque através dos matacões e dificulta o uso do ariete devido à falta de espaço.

Adarve- do árabe *al-darb*, é o caminho situado no topo das muralhas, protegido por parapeito, ou não, e ameias. Serve para a circulação das tropas mais conhecida por “ronda”.



Adarve gótico- mais espesso que o adarve românico, costuma estar protegido por um murete que confere maior segurança à circulação. As escadas de acesso deixam de ser rasgadas no muro e surgem adossadas à muralha.



Adarve românico- Apresenta espessura reduzida e sem murete de proteção no interior. O acesso é, na maioria dos casos, feito através de escadas rasgadas na muralha.



Adúa- oriundo do árabe *ad-nudbâ*, com o significado de “convite” ou “chamamento”. Os homens aptos para o serviço militar, com exceção dos nobres, eram chamados a participar na construção, manutenção ou reparação das estruturas defensivas. Este serviço era anual e obrigatório, e podia chamar-se castelaria se se tratasse da construção de uma fortaleza de raiz. Em 1265, durante o reinado de D. Afonso III, passou a ser exigido apenas em caso de guerra.

Alambor- solução em que a base das muralhas adquire um perfil inclinado, reforça muralhas e torreões, dificulta os trabalhos de sapa e britagem, e dificulta também a aproximação de torres de assalto e o encosto de escadas à muralha sendo que também proporciona o ricochete de projéteis lançados desde o adarve.



Fonte: DGPC, Castelo de Soure

Alcácer- do árabe *al-qaçr* com o significado de castelo ou palácio, é uma residência fortificada e muralhada, no interior da alcáçova, destinada a quem detém o poder político e militar da cidade islâmica.

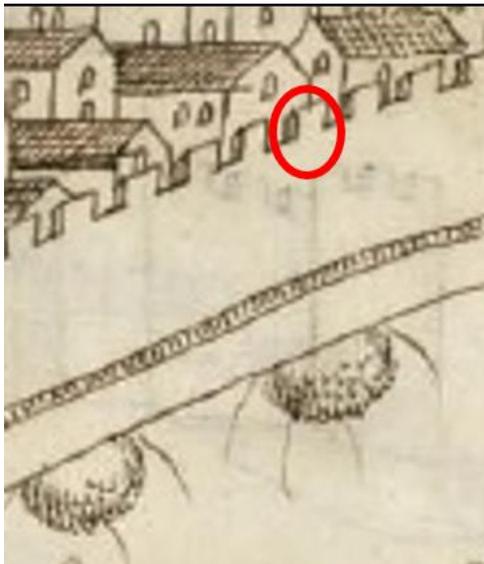
Alcáçova- do árabe *al-qaçabâ*, é o recinto fortificado que alberga dentro das suas muralhas os vários símbolos do poder.

Alcaide- trata-se do senhor e governador do castelo medieval e comandante da sua guarnição, comandava o castelo, exercia jurisdição sobre os cavaleiros, mantinha a ordem e a polícia das povoações próximas do castelo.

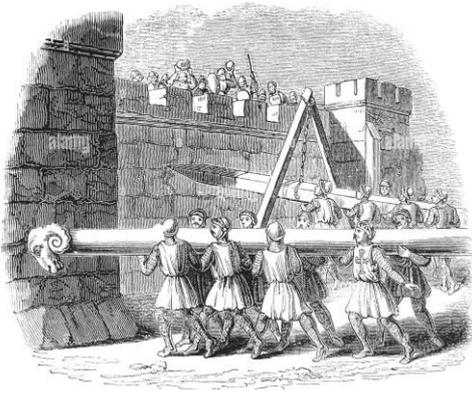
Alcaide-menor- Subordinado do alcaide a quem era delegado a manutenção da ordem e a polícia da povoação junto ao castelo, podia prender os delinquentes com a obrigação de os entregar ao juiz local.

Aljube- do árabe *al-jubb* (cisterna ou poço), é um compartimento localizado no piso térreo da torre de menagem ou de outra estrutura defensiva, sem aberturas para o exterior, tanto podia albergar uma cisterna como uma masmorra.

Ameia- elemento maciço de várias configurações, implantado no topo de torres e muralhas, com a função de proteger as tropas. Ao longo do tempo, as ameias tendem a aumentar de largura, diminuindo o tamanho da aberta.



Ariete- tronco de madeira revestido por ferro numa das extremidades e suspenso numa estrutura apropriada, permitindo o seu balanceamento contra o obstáculo que se pretendia destruir, que por norma eram as portas.



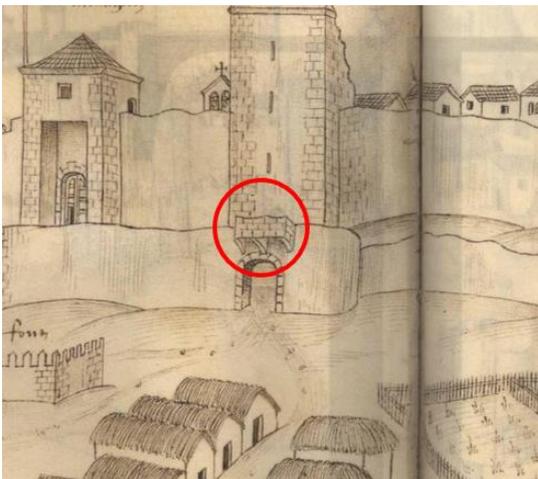
Fonte: <https://bityli.com/nqbcUaa>

Artilharia- Armas utilizadas na defesa e/ou no ataque das fortificações.

Atalaia- termo de origem islâmica (*at-tali'a*) com o significado de “lugar alto de onde se exerce a vigilância” e que abrange as estruturas de vigia do território.



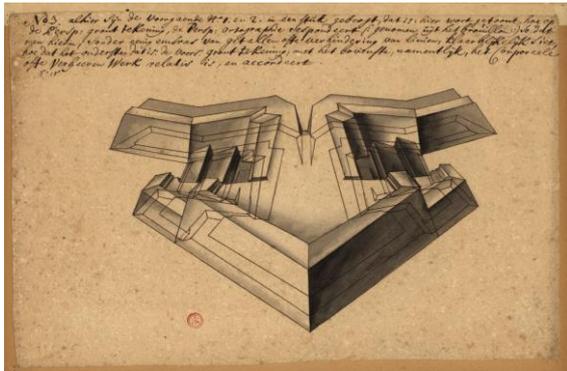
Balcão com Matacães- Machicoulis- varanda com aberturas no pavimento (matacães ou machicoulis) para a realização de tiro vertical, arremesso de pedras ou despejo de líquidos quentes, como por exemplo, água ou gordura.



Besta - Engenho em forma de um “T” que arremessa projéteis denominados de virotões. Nas extremidades do braço transversal dispunha de mecanismos flexíveis, onde se fixavam as pontas de

uma corda feita com tendões retorcidos de cavalo e de boi. Puxada atrás e fixada no braço longitudinal, sob grande tensão, a libertação da corda lançava os projéteis a grande velocidade e precisão.

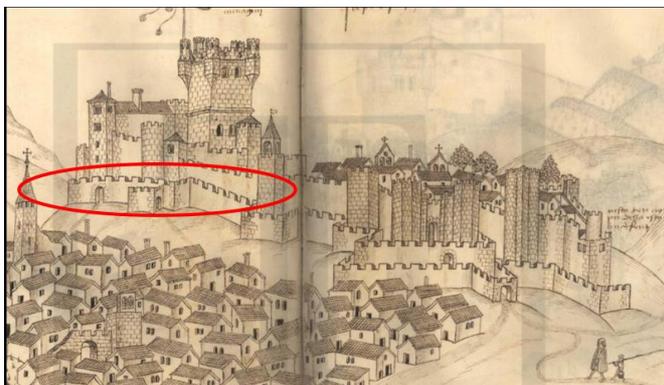
Baluarde- designa um elemento de planta pentagonal típico da fortificação abaluartada. Era avançado em relação ao resto da estrutura, com três ângulos salientes e dois reentrantes, tinha como principal função albergar peças de artilharia. Esta plataforma permitia a realização de tiro flanqueado entre os diferentes baluartes da fortificação.



Fonte: <https://purl.pt/25599/2/d-300-p/d-300->

[p_item2/index.html](#)

Barbacã- muro de altura inferior à muralha principal que a antecede pelo exterior, constituindo o primeiro obstáculo ao assalto das forças inimigas. Pode acompanhar toda a extensão da muralha ou erguer-se apenas em troços específicos da mesma.



Barbacã de porta- barbancã que antecede a zona da porta, um dos pontos mais vulneráveis de qualquer fortaleza.

Bastida ou torre de assalto- torre móvel, de madeira, de grande envergadura e de altura superior às muralhas do castelo sitiado. Construída durante o cerco a uma fortificação, permitia a aproximação e o transpor das muralhas. Para reduzir ou retardar o risco de incêndio, eram revestidas com couro fresco ou terra.



Bombardeira ou troneira- abertura circular rasgada num muro para o disparo de armas de fogo. É comum apresentar-se na base de uma seteira simples, cruzetada ou recruzetada, surgindo nas muralhas, torres e barbacãs.



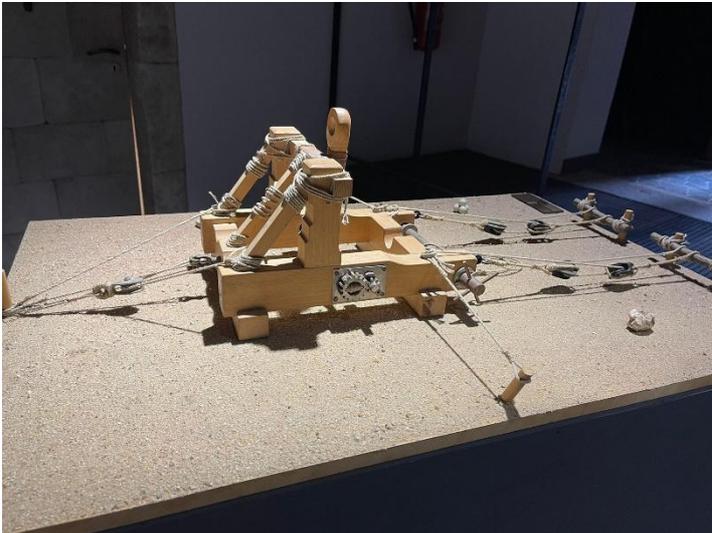
Britagem- ação na base de uma edificação com o intuito de a fazer ruir. Associada às ações de sapa e mina.

Câmara de tiro- vão formado pelas duas faces convergentes de uma seteira ou troneira. É mais largo na face interna (abocinamento) de modo que o soldado possa rodar livremente o tronco no ato do disparo.



Caramanchão- galeria de madeira assente sobre o adarve, diferencia-se do hurdício por não avançar para o exterior do parapeito ou muralha e por não possuir matacões.

Catapulta-Engenho de assédio para arremesso de projéteis de vários tipos para o interior de uma fortificação ou desta para o acampamento dos sitiantes.



Cerca- muralha que envolve uma povoação na sua totalidade.

Cisterna- reservatório de água subterrâneo, localizado normalmente dentro do recinto de uma fortaleza.

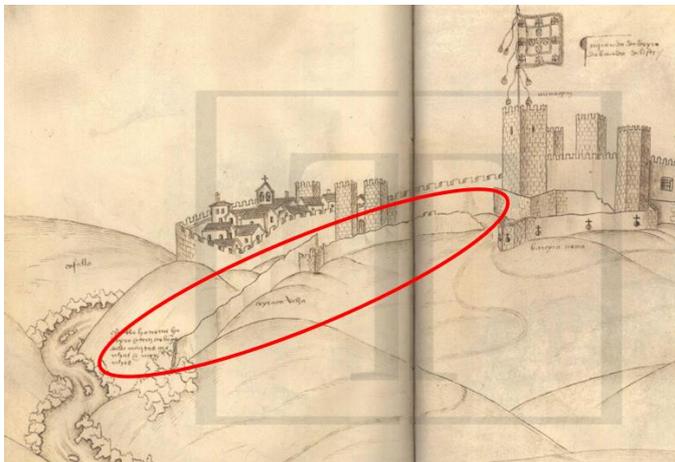


Contraescarpa- segundo declive de um fosso. O lado contrário será a escarpa.

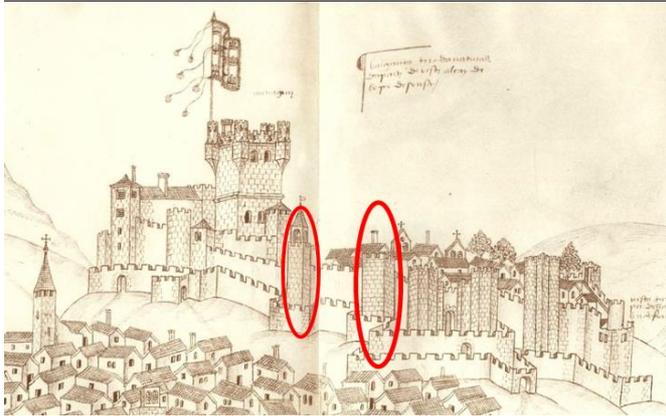
Contraforte- pilar de alvenaria na superfície externa de uma parede ou de um muro para reforço e estabilização da estrutura.

Cortina- lanço ou troço de muralha delimitado por dois torreões ou por duas variações de itinerário.

Couraça- braço de muralha que parte de um recinto fortificado para proteger o acesso a um determinado ponto. Por norma protegia uma fonte ou poço ou uma zona considerada primordial para a defesa da fortaleza em caso de cerco, garantia ainda a comunicação com o mar ou com o rio o que permitia a fuga dos ocupantes do castelo, a entrada de reforços ou o abastecimento da fortificação.



Cubelo- torreão de reforço da muralha. Embora esteja associado a uma configuração circular, a documentação portuguesa do século XIV, refere a existência de cubelos quadrados.

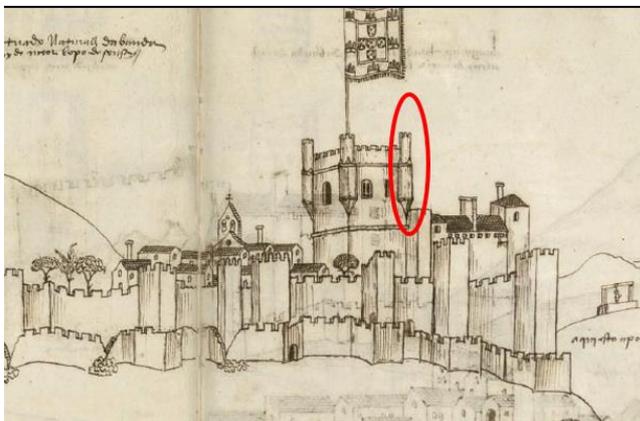


Flanquear- tiro lateral ou cruzado sobre as muralhas de uma fortificação, feito a partir dos torreões.

Fosso- Escavação feita à volta de uma fortificação, acompanhando todo seu perímetro ou apenas uma determinada zona, considerada mais sensível ou menos protegida naturalmente, de modo a atravancar o acesso às entradas ou a aproximação às muralhas ou cortinas, para proceder a trabalhos de sapa.

Gola- zona superior dos torreões, normalmente aberta pelo interior.

Guarita- pequena estrutura coberta, situada nos ângulos de uma muralha ou torre, com frestas ou seteiras, destinada ao abrigo das sentinelas de uma fortificação.



Herse- grade armada de ferro ou madeira com pontas de ferro que se encontrava suspensa sobre as portas de entrada.

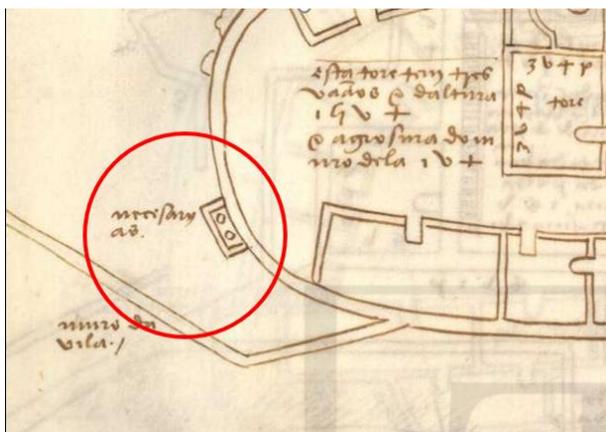
Hurdício- do francês "*hourd*", é um mecanismo típico do castelo gótico, trata-se de balcão em madeira colocado na parte superior das muralhas, pelo exterior, com orifícios na base (matacães) para efetuar tiro vertical sobre a base da muralha.

Inquirições- comissões enviadas pelos reis para inquirirem sobre a legalidade das posses dos terrenos. Consistia em inquirir o homem mais velho do local, e também o de melhor reputação, sobre a pertença dos terrenos. É uma ferramenta de poder do rei, que se mostra aqui superior a qualquer senhor ou clérigo. Não era aplicável a todo o território e nem sempre foi o método mais fidedigno.

Ius crenelandi- princípio jurídico que institui como monopólio régio a construção de fortificações ou obras militares. Considerava-se como construção militar toda aquela que fosse munida de ameias.

Ladroneira- balcão com matacões coberto, totalmente fechado e com teto, assente em mísulas ou cachorros.

Latrina- Pequeno espaço coberto destinado a satisfazer as necessidades fisiológicas, construído inicialmente em madeira, posteriormente em pedra, destacado das *cortinas* e avançado sobre o fosso. Estrutura pouco presente em Portugal a nível de vestígios pétreos, ficando a dúvida em relação às de madeira que poderão ter desaparecido.



Lixa- espaço entre a muralha e a barbã de uma fortificação medieval, aumentando a sua profundidade de defesa.

Machicoulis e matacões - orifícios abertos no pavimento de um hurdício ou de um balcão com matacões ou machicoulis, a partir das quais se fazia tiro vertical ou lançavam pedregulhos, materiais inflamáveis ou água sobre a base das muralhas e torres.

Manta- escudo pessoal móvel para o avanço das tropas sitiadas protegendo contra o arremesso de projéteis.

Mantelete- portinhola de madeira, móvel e desmontável, com a função de tapar a aberta entre as ameias.

Mina ou sapa- galeria subterrânea ou túnel escavado sob a base da muralha para a fazer ruir.

Mísula- elemento de pedra, saliente, adossado a uma parede ou muro para suporte de uma varanda ou balcão. Pode ser decorada ou simples.

Muralha- muro normalmente vertical, de espessura variável e construído em pedra, ladrilho ou taipa, que constituía a primeira defesa de uma fortaleza ou de uma povoação.

Neurobalística- ciência relativa aos dispositivos e tecnologias de tiro cujo propulsão é conseguida através da torção ou flexão de cordas ou elásticos. Pertencem a este grupo os arcos e as bestas.

Paliçada- fileira de estacas cravadas verticalmente num terreno para defesa de um posto militar.

Pátio de Armas ou praça de armas- recinto de um castelo destinado a albergar a guarnição militar e algumas das suas instalações.

Pirobalística- ciência relativa aos dispositivos e tecnologias de tiro cuja propulsão é feita através da pólvora. Deste grupo fazem parte, por exemplo, os canhões.

Poliorcética- arte de sitiar e atacar castelos e povoações fortificadas.

Ponte levadiça- plataforma de madeira para acesso à entrada de uma fortaleza ou de uma torre que permite transpor o fosso ou a cava.

Porta da traição- solução tipicamente românica, tratando-se de uma porta do castelo, dissimulada ou oculta, destinada a permitir ataques sobre o inimigo ou o envio de emissários em caso de cerco.

Porta da vila- porta de entrada principal de uma cerca vilã ou de um castelo.

Porta em cotovelo- sistema de acesso à fortaleza, de influência muçulmana, formado por um corredor com dois ou mais ângulos retos. Para além de impedir a entrada de rompante das tropas inimigas, encurralando-as num espaço de difícil movimentação, sujeita-as ao disparo de tiro vertical por parte dos defensores do castelo ou cerca que se encontram no alto das muralhas e torres.

Porta falsa- porta que conduz a um recinto sem saída e não ao interior da fortaleza, confundindo e dividindo o inimigo.

Rolda ou ronda- patrulha feita numa fortaleza, durante a qual se percorria o adarve ou a liça. Pressupõe o movimento permanente diferenciando-se da vela.

Seteira- rasgo vertical aberto nas muralhas, torres ou ameias, para efetuar tiro sobre o inimigo.



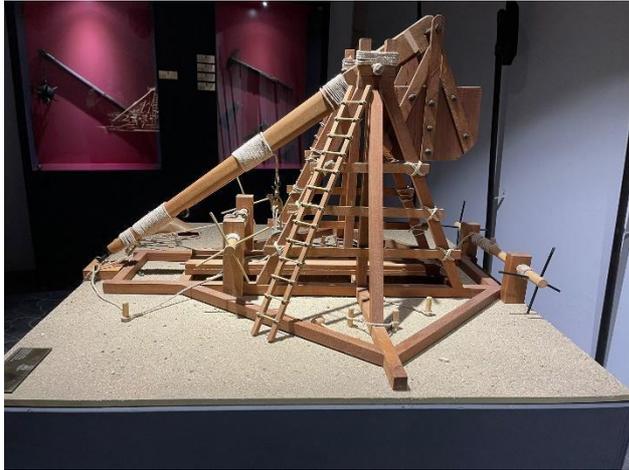
Seteira cruciforme ou cruzetada- seteira que possui um ou mais rasgos horizontais que permitem a utilização da besta e aumentam notavelmente o campo visual.

Torre- tem como função principal defender a fortaleza ou ainda funcionar como contraforte de uma muralha, desenvolvendo-se à mesma altura ou comandando-a, quando lhe é superior.

Torre de Menagem- introduzida em Portugal pelos Templários na segunda metade do séc. XII, é a torre mais importante da fortificação medieval. Sendo a mais alta e robusta de toda a estrutura, constituía o último reduto defensivo. O seu acesso fazia-se ao nível do primeiro andar, através de uma escada amovível, ou através do adarve, por uma ponte de madeira. O piso térreo podia ser maciço ou oco, servindo de aljube.

Torre albarrã- do árabe *al-barrān*, significa “de fora” ou “do exterior”. De origem almóada, trata-se de um tipo de torre destacada do alinhamento das muralhas, característica dos finais do séc. XII. Ligada à muralha por uma passagem superior, constituiu um ponto avançado que permite o tiro flanqueado.

Trabuco- engenho de assédio de tiro curvo, constituído por uma viga de madeira vertical, no topo da qual balançava um braço comprido tendo, numa das extremidades, uma grande funda e na outra um contrapeso. Para utilizar o engenho, trazia-se a funda ao nível do solo, com auxílio de um sistema de engrenagens, onde era carregada com pedras ou materiais incendiários. Soltava-se a engrenagem e o contrapeso fazia balouçar a funda num movimento rápido, lançando os projéteis para dentro ou contra a fortificação medieval. Arma com mais potência que a catapulta.



Troeira ou troneira- abertura circular rasgada num muro para o disparo de armas de fogo. É comum apresentar-se na base de uma seteira simples, cruzetada ou recruzetada, surgindo nas muralhas, torres e barbacãs.



Trom- peça de artilharia ou boca de fogo de menores dimensões que as bombardas, nas quais se utilizavam, sobretudo, projéteis em ferro fundido.

Vala- aberta em torno de um castelo ou muralha impedindo o acesso. Podia ser deixada a seco ou inundada por água, obstáculo ultrapassado através de uma ponte levadiça.

Vela- ato de vigilância de uma fortificação feita a partir do topo das torres. Diferencia-se da ronda ou rolda por não implicar a deslocação das tropas. Para evitar que as velas adormecessem, eram sujeitas à supervisão do zelador que exercia o serviço de sobrevela.

Viotão- Dardo lançado pelas bestas, correspondente às setas lançadas pelos arcos.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

- ALMEIDA, J. (1943). *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas*. Editorial Império. Lisboa.
- ALVES, A. C. (1978). *Cadernos Históricos Mirandeses*. Volume I. Retalhos de História. 2ª edição.
- ALVES, A. C. (1973). *Cadernos Históricos Mirandeses*. Volume II. A Terra de Miranda (Tentame histórico).
- ALVES, A. C. (1974). *Cadernos Históricos Mirandeses*. Volume III. A Terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258).
- ALVES, F. M. (1910). *Castro de Avelãs, Mosteiro Beneditino*. Imprensa da Universidade. Coimbra.
- ALVES, F. M. (1983a). *Memórias Arqueológico- históricas do Distrito de Bragança*. Tomo I. Terceira Edição. Reedição do Museu do Abade de Baçal. Bragança.
- ALVES, F.M. (1984). *Memórias Arqueológico- históricas do Distrito de Bragança*. Tomo III. Terceira Edição. Reedição do Museu do Abade de Baçal. Bragança.
- ALVES, F.M. (1983b). *Memórias Arqueológico- históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IV. Terceira Edição. Reedição do Museu do Abade de Baçal. Bragança.
- ALVES, F.M. (1985). *Memórias Arqueológico- históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX. Quarta Reedição. Reedição do Museu do Abade de Baçal. Bragança.
- ALVES, F.M. (1982). *Memórias Arqueológico- históricas do Distrito de Bragança*. Tomo X. Terceira Edição. Reedição do Museu do Abade de Baçal. Bragança.
- ALVES, F.M. (1983c). *Memórias Arqueológico- históricas do Distrito de Bragança*. Tomo XI. Terceira Edição. Reedição do Museu do Abade de Baçal. Bragança.
- AMARAL, P. (2004). O projecto de valorização do Castelo de Algosó (Vimioso). *Património – Estudos*. 7: 175-177.
- ANES, P. (2004). Reabilitação e valorização do castelo de Algosó. Enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património – Estudos*. 7: 198-205.
- ARAÚJO, J. F. P. (2020). *A guerra fantástica na fronteira mirandesa durante a Época Moderna: da Guerra da Aclamação à Guerra Fantástica*. Tese de Doutoramento em História- Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. 458 pp.
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, J. (2004). Intervenção arqueológica no castelo de Algosó. *Património – Estudos*. 7: 192-197.
- ARMAS, D. (2006). *Livro das Fortalezas, com introdução de BRANCO, Manuel da Silva Castelo*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, Lisboa.

- ARMAS, D. (2016). *Livro das Fortalezas, estudo introdutório e leituras de João José Alves Dias*. Caleidoscópio. Edição fac-similada do Códice 159 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.
- BARROCA, M. J. (1990/91). Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII). *PORTVGALIA, Nova Série. XI-XII*: 89-136.
- BARROCA, M. J. (1996/1997). A Ordem do Templo e a Arquitetura Militar Portuguesa do século XII. *Portugália, Nova Série. XVII-XVIII*: 171- 209.
- BARROCA, M. J. (1997). Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV). *Revista de História das Ideias*. Vol. 19 – A cultura da nobreza, Instituto de História e Teoria das Ideias / FLUC, Coimbra.
- BARROCA, M. J. (1998). D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série. **XV, Tomo I**: 801-822. Porto.
- BARROCA, M. J. (2001). Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino no Séc. XII. *Acta historica et archaeologica mediaevalia*. **22**: 213-227.
- BARROCA, M. J. (2003a). Arquitetura Militar. “*Nova História Militar*”. Volume 1. Círculo de Leitores. Pp. 95- 121.
- BARROCA, M. J. (2003b). Da Reconquista a D. Dinis. “*Nova História Militar de Portugal*”. Vol. I. Pp.22-68.
- BARROCA, M. J. (2003c). Tempos de Resistência e de inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). *Portugália, Nova Série. XXIV*: 95-112.
- BARROCA, M. J. (2004). Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI). *Portugália. XXV*: 181-204. Porto.
- BARROCA, M. J. (2008-2009). De Miranda do Douro ao Sabugal- Arquitetura Militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira. *Portugália, Nova Série. XXIX-XXX*: 193-252.
- BARROCA, M. J. (2018). O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas- Contributo para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid. *Genius Loci- Lugares e Significados. Volume 2*: 183-205.
- BARROS, M. e CUPIDO, A. (2006). Castelo de Mogadouro: uma intervenção. *Estudos / património*. **9**: 173 a 179.
- Carta ICOMOS para Interpretación y Presentación de sitios de Património Cultural, 4 de outubro de 2008.
- CASTELO-BRANCO, M. S. (1990). " O «Livro das Fortalezas» de Duarte de Armas". *Oceanos*. **5**: 116-122. Lisboa: CNCDP.
- CASTELO-BRANCO, M. S. (1994). " O Livro de Duarte de Armas". *A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Centros Interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos. Património a Norte, nº3, 2019.

CID, P. (2005). "Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas". *Estudos/ Património*. **8**: 108-119. Lisboa: IPPAR- Instituto Português do Património Arquitetónico.

CONCEIÇÃO, M.T. (2000a). "Castelo Mendo: a partir de um espaço urbano medieval", Beira Interior. *História e Património. Atlas das I Jornadas de Património da Beira Interior, 1-3 de outubro de 1998*. Maria do Céu Ferreira et al. (ed.) Guarda: Câmara Municipal, 301-314.

CONCEIÇÃO, M.T. (2000b). "Transformação do espaço urbano: de Duarte de Armas a Champalimaud de Nussane". *Monumentos*. **12**: 33-39. Lisboa: DGEMN.

CONDE, S. A. e VIEIRA, M. A. (2004). "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos". *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, 3ª Secção - População, sociedade e economia*. Guimarães: Câmara Municipal, 263-286.

CONDE, S. A. e VIEIRA, M. A. (2011). A habitação e a arquitetura corrente no Norte Transmontano em finais da Idade Média. *Construir, habitar: a casa medieval*. Centro de Investigação Transdisciplinar. Cultura, Espaço e Memória.

CORREIA, L.M. (2007). Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]. Tese de Mestrado em Engenharia Civil. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

CORTESÃO, A. (1935). Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI. **Vol.II**: 110-120. Seara Nova. Lisboa.

CORTESÃO, A. (1960). *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Vol.I, Lisboa.

COSTA, P. P. (2020). *Templários em Portugal, Homens de religião e de guerra*. 2ª edição. Lisboa.

CRUXEN, E. B. (2012). O viajante Duarte de Armas e sua obra imagética sobre a fronteira Luso-Castelhana (1509). *Oficina do Historiador*. EDIPUCRS. **V.5**: 82-100. Porto Alegre.

DIAS, E. R. (1903). Notícias Archeológicas extrahidas do «Portugal Antigo e Moderno» de Pinho Leal, com algumas notas e indicações bibliographicas, Lisboa.

DIAS, J. J. A. (1996). Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 89-95.

DIAS, J. J. A. (2015). Duarte de Armas: Livro das Fortalezas; apresentação e leituras [transcrição]. Caleidoscópio.

DIAS, N. P. P. (1990). As cidades de fronteira De Portugal com a Galiza. *Cadernos do Noroeste*. **3**: 81-102.

DIAS, P. (1994). *A arquitetura gótica portuguesa*. Editorial Estampa. Lisboa.

DIAS, R. J. M. (2014). Reconstituição digital em património. Os castelos de Vimioso e Monforte de Rio Livre. Tese de mestrado em Estudos em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

DIONÍSIO, S. (1924-27). De Bragança e Vimioso, Guia de Portugal, 3ªed., Volume V, tomo II.

DUARTE, L. M. (2003). "1449-1495: O triunfo da pólvora". *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira (dir.). **Vol. I:** 265-391. Círculo de Leitores. Lisboa.

FARIA, M. F. (1995). Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola. *Anais da Série História*. **Volume II:** 157-187. Lisboa.

FELGUEIRAS JÚNIOR, F. Monografias bragançanas- Outeiro, II.

FONSECA, A. (1943). Monografia de Miranda do Douro.

GASPAR, J. (1985). "A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional". *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI, Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981*. Tomo I, Madrid, Universidad Complutense p.133-147.

GOMES, P. D. (1993). O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras Impressões e Hipóteses de Trabalho. *Arqueologia Medieval*. **3:** 171-190.

GOMES, P. D. (2010). Trás-os-Montes e o Alto Douro: da Definição do Território da Monarquia Portuguesa na Idade Média à Secundarização de um Espaço Regional. *Actas Coloquio Internacional "Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero*. Pp.257-276.

GOMES, R. C. (1991). A Reconquista e o Imaginário da cidade peninsular. *A simbólica do espaço - cidades, ilhas, jardins*. Pp.43 a 57.

GOMES, R. C. (2003). Castelos da Raia, Trás-os-Montes. Vol.II. Lisboa.

GOMES, S. A. (2015). D. Gualdim Pais (c.1118/20-1195). *População e Sociedade*. **Vol.23:** 11-23. CEPSE, Porto.

GONÇALVES, I. (2011). Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III, CITCEM, Porto.

GONZÁLEZ SIMANCAS, M. (1910). Plazas de guerra y castillos medievales de la frontera de Portugal. *Estudios de Arquitectura Militar. Revista de Archivos. Bibliotecas y Museos*. XXII. Madrid.

IZQUIERDO TUGAS, P., JUAN TRESSERRAS, J. e MELIN C. M. (coord.). (2005). Centros de Interpretación del Patrimonio- Manual Hicira, Barcelona.

JACOB, J. M. N. (1999). Miranda do Douro: uma visão diacrónica. *Estudos Mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho (Actas do Colóquio internacional*. (coord.) MEIRINHOS, José Francisco, p. 237-240. Porto.

- JORGE, C. E. R. F. (2014). *A adaptação à pirobalística nos castelos tardo-medievais do Noroeste Português*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.
- JÚNIOR, F. F. (1964). Roteiro e Escorço Histórico da Cidade de Bragança.
- LEMOS, F. S. (1995). Povoamento romano e medieval do Nordeste Transmontano. Aspectos de continuidade e mudança: perspectivas de investigação. *“Actas do Congresso Histórico – 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*. Pp. 115-152.
- LOPES, F. (1897). *Chronica de El-Rei D. João I*. Volumes I/ II/ III/ IV/ V/ VI/ VII. Escriptorio, 147- Rua dos Retrozeiros- 147. Lisboa.
- LOPES, M. J. M. (1935). O castelo e a comenda de Algosó (apontamentos para uma monografia). *Brotéria*. **XX, fasc. 5-6**: 352-361 e 426-434. Lisboa.
- LOPES, M. J. M. (1936). Os comendadores de Algosó (1224-1416). *Brotéria*. **XXII, fasc.4-5**: 311-319 e 410-420. Lisboa.
- LOPO, A. S. P. (1983). *Bragança e Benquerença*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa.
- MACEDO, J. B. (1991). Unidade, transição e ajustamento na evolução militar portuguesa- Séculos XII a XV (1139-1495), Ensaio de síntese crítica. *Separatas das Actas do II Colóquio Panorama e Perspetivas Actuais da História Militar em Portugal*.
- MACHADO, C. H. M. (1958). Subsídios para a História do Mogadouro. *Douro Litoral*. Nº4, separata, Porto.
- MACHADO, C. H. M. (1998). Mogadouro. Um olhar sobre o passado.
- MACHADO, J. T. M. (1966). Dificuldades do Povoamento de Trás-os-Montes durante a primeira dinastia. *Sep. de Arqueologia e História*. 8ª Série, vol. XII. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa.
- MARQUES, A. H. O. (1987). Portugal na crise dos séculos XIV e XV. *Nova História de Portugal*. Volume IV. Editorial Presença. Lisboa.
- MARQUES, J. (1998a). Os municípios na estratégia defensiva dionisina. *Revista da Faculdade de Letras – História*. **II Série, volume XV-1**: 523-544. Porto.
- MARQUES, J. (1998b). Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português. Faculdade de Letras do Porto, Comunicação apresentada ao III Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, realizado em Leninegrado.
- MARTINS, M. G. (2016). *Guerreiros de Pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*. A Esfera dos Livros. Lisboa.
- MATEOS, A. N. (1988). El Castillo Bajomedieval: Arquitectura y Tactica Militar. *Gladius*. Vol. Especial, p.113-152. Actas del I Simposio Nacional "Las Armas en la Historia (siglos X- XIV)".

MATEUS, C. V. A. (2021). *Castelos da Raia, Uma rota pela Beira Baixa*. Projeto de Mestrado em Arte e Património pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

MATOS GAMEIRO, P. (2014). O semblante original das Fortalezas Medievais de Portugal. Granada: Escuela de Posgrado da Universidade de Granada (policopiado).

MATOS GAMEIRO, P. (2018). Azimute: aferição da orientação dos debuxos do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

MEIRINHOS, L. M. P. (2014). *A evolução da Terra de Miranda: Um estudo com base nos Sistemas de Informação Geográfica*. Dissertação de mestrado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

MONTEIRO, J. G. (1997). *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Tese de Doutoramento em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

MONTEIRO, J. G. (1999). *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média, Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Colibri. Lisboa.

MONTEIRO, J. G. (2002). "Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e primeira metade do século XV". *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósion Internacional sobre Castelos, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela. Lisboa.

MONTEIRO, J. G. (2003). Castelos e Armamento. "Nova História Militar de Portugal". Volume 1. Círculo de Leitores. Pp. 164- 191. Lisboa.

MONTEIRO, J. G. e MARTINS, M. G. (2010). *As Cicatrizes da Guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*. Centro de História da Sociedade e Cultura / Palimage. Coimbra.

MORENO, H. B. (1986). *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*. Estudos de História. Presença. Lisboa.

MOURINHO, A. M. (1974). *Fundação do Castelo de Algosos: quem era D. Bofino, testemunha e confirmante da doação do burgo do porto, por D. Teresa, em 1120?*. Pp.9 a 31. Bragança.

NOÉ, P. e VIEIRA, J. (2014). *Guia de Inventário- Fortificações Medievais e Modernas*. Versão 1.1, documento provisório.

NUNES, A. P. (1988). *O Castelo estratégico português e A estratégia do castelo em Portugal*. Lisboa.

NUNES, A. P. (2013). *Castelos Templários Raianos Castelos de Portugal*. Jornadas Templárias de Penha Garcia.

OLIVEIRA, A. L. Miranda na geografia, história e tradição, Gráfica dos Rapazes, Viseu.

OLIVEIRA, A. M. C. (2015). *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

OLIVEIRA, N. V. (2010). *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Ésquilo. Lisboa.

- PEREIRA, P. (2003). "A guerra e a arte no contexto português". *Nova História Militar de Portugal*. **Vol. V**: 352-414. Círculo de Leitores. Lisboa.
- PEREIRA, P. (2011). A "Fábrica Medieval". Concepção e construção na arquitetura portuguesa (1150-1550), Parte II. *Representação instrumental da Arquitetura*. Universidade Técnica de Lisboa (policopiado). Lisboa.
- PEREIRA, P. (2012). "O Livro das fortalezas". *A Arquitetura Imaginária. Pintura, escultura, artes decorativas*. Museu Nacional de Arte Antiga- Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.43. Lisboa.
- PIMENTA, A. (1944). Duarte de Armas e o seu Livro das Fortalezas. *Estudos Históricos- XXII*. Lisboa.
- PINA, R. (1729). *Chronica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Príncipe Dom Diniz Sexto Rey de Portugal Composta por Ruy de Pina, Fidalgo da Casa Real, e Cronista Môr do Reino. Fielmente copiada do seu original, que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo. Offerecida a magestade sempre augusta del Rey D. João V. Nosso Senhor*.
- PINHEIRO, R.; DÂMASO, P.; LEAL, F.; GIL, T.; AMORIM, S. e JORGE, C. (2020). Castelo de Miranda do douro- breve notícia de uma escavação arqueológica. *Almadan*. II Série (23), Tomo I.
- REIS, A. M. (2002). *Origens dos municípios portugueses*. Livros Horizonte. 2ª edição. Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1972). Localização e destino dos centros urbanos de Trás os Montes. *Finisterra*. **VII 13**: 46-67. Lisboa.
- SANTANA, M. O. R. (2008). Documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes, Breve estudo e edição interpretativa. Edições Colibri. Lisboa.
- TEIXEIRA, A. J. (1930). Glórias Mirandesas. *Em volta de uma espada*. Imprensa das Oficinas de Fotogravura de Marques Abreu, Porto.
- TEIXEIRA, A. J. (1933). O Castelo de Bragança: notas histórico-descritivas. Lisboa.
- TEIXEIRA, R. (2004). O Castelo de Algosó. Do domínio régio ao senhorio hospitalário. "*Estudos/ Património*". **7**: 178-191. IPPAR – Departamento de Estudos.
- TILDEN, F. (1977). *Interpreting our heritage*, Third Edition, The University of North Carolina Press, Chapel Hill.
- TRINDADE, L. (2013a). A Malha. Fazer cidade no Portugal medieval: agentes, programa e execução, p.59-81.
- TRINDADE, L. (2013b). *Urbanismo na Composição de Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- TRINDADE, L. (2015). Desenho: discurso e instrumento. *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 401-452.

- TRINDADE, L. (2021). O Castelo: forma e função. *De Roma a Portugal: do Império ao Reino*. Pp. 279 a 286.
- VASILEVSKA, L. (2018). *Interpretation of cultural heritage on the example of medieval fortresses in European Union countries*. Conference paper. Built Heritage Management and Presentation. Serbia.
- VAZ, E. A. (2008). *A morfologia da cidade: a evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo*. Centro de Estudos António Maria Mourinho / Câmara Municipal de Miranda do Douro. Miranda do Douro.
- VEGÍCIO. (2009). *Compêndio da Arte Militar*. (trad.) MONTEIRO, J. G. e BRAGA, J. E. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra
- VENTURA, L. A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras*. Pp.25 -52.
- VENTURA, M. G. Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo. *Revista da Faculdade de Letras*. Pp.601-625.
- VERDELHO, P. (2000). Roteiro dos Castelos de Trás-os-Montes, Câmara Municipal de Chaves.
- VICENTE, A. M. B. (2015). As fronteiras medievais de Balsemão na Idade Média. *Extrato da conferência proferida nas VIII Jornadas Culturais de Balsemão*.
- VILLENA, L. (2004). "La tecnología militar en tiempos de Isabel la Católica. Sus tratados (en particular los de Francesco di Giorgio y Duarte D'Armas)". *Artillería y Fortificaciones en la Corona de Castilla durante el reinado de Isabel la Católica 1474-1504*. Secretaría General Técnica del Ministerio de Defensa- Ediciones del Umbral, 269-319.
- VISO, I. M. (2009). A criação da fronteira (séculos XII-XIII). *Atlas da Raya Hispano-Lusa: Zamora / Trás-os-Montes*, Diputación de Zamora. Pp. 21-27.

ANEXOS



Figura 1- recorte da vista do Castelo de Bragança que mostra o casario, a Igreja de São Francisco, a demarcação dos campos e a forca.

Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, Códice A.

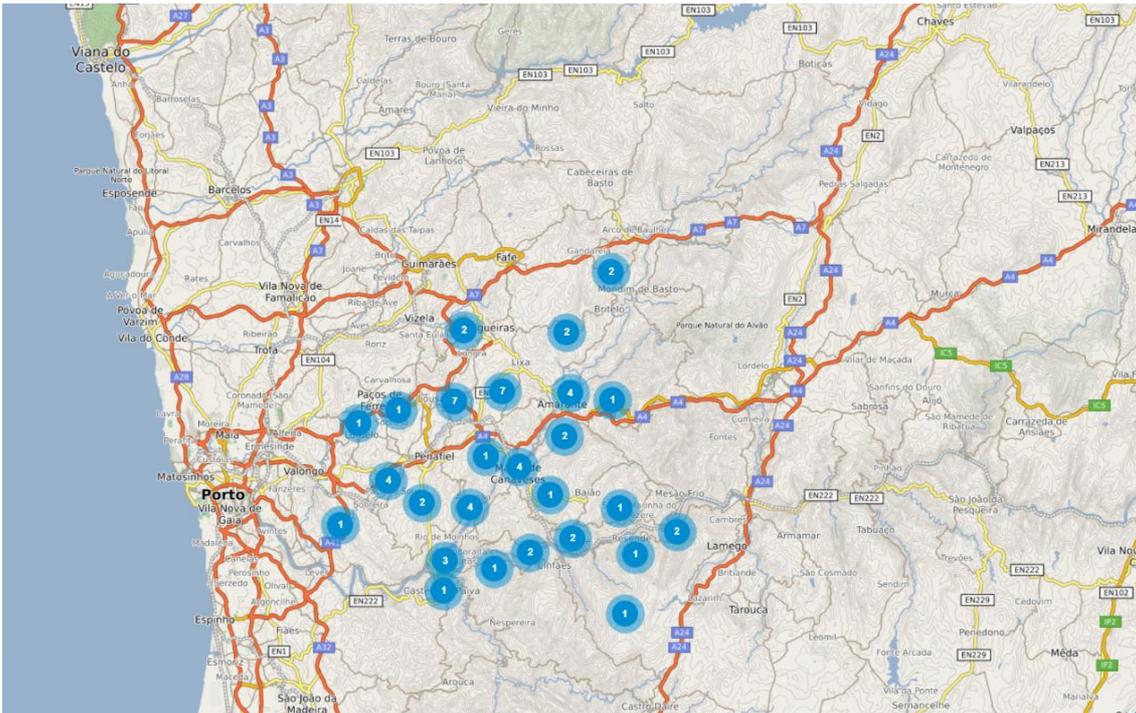


Figura 2- Mapa da Rota do Românico.

<https://www.rotadoromânico.com/pt/experiencias/o-que-ver-e-fazer/>

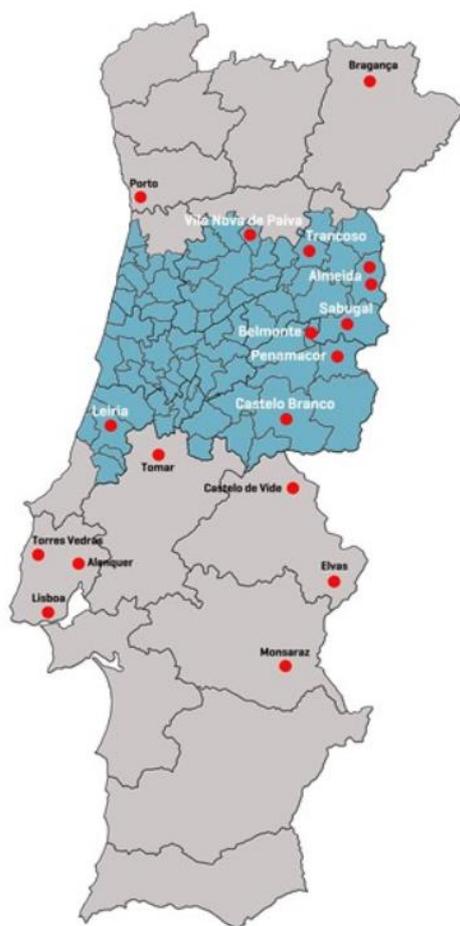


Figura 3- Mapa da Rede de Judiarias.

<https://www.culturacentro.gov.pt/pt/lista-de-rotas/rotas-de-sefarad/>



Figura 4- Mapa da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

<https://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/desenhe-rota.php>

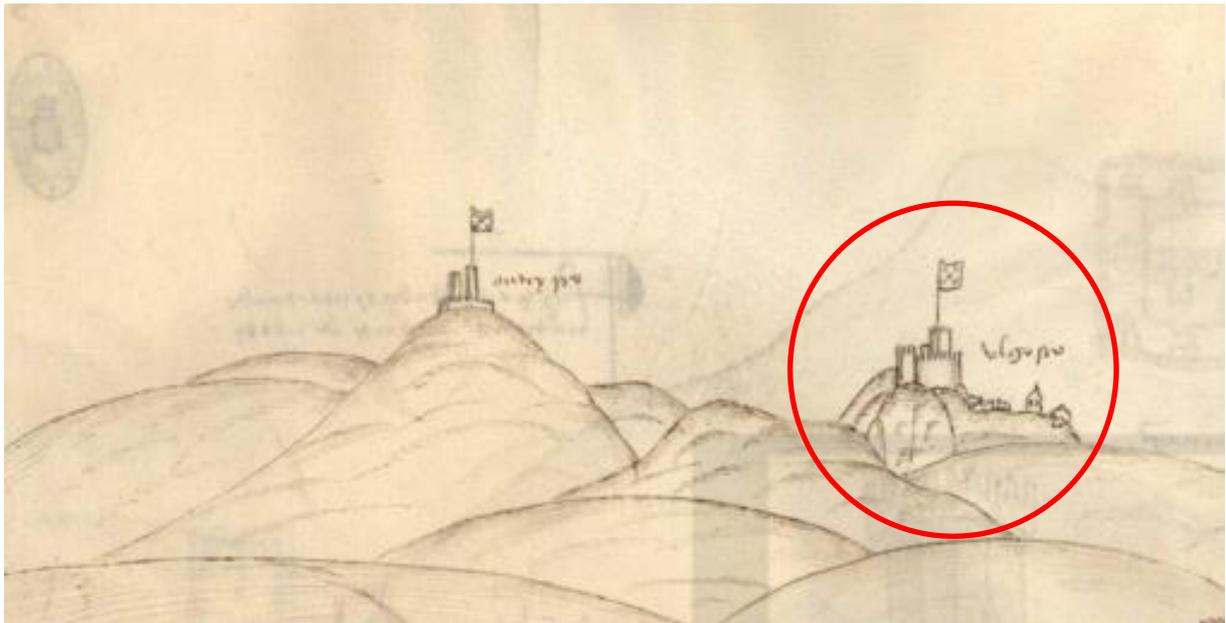


Figura 5- Na vista de Mogadouro, no Livro de Fortalezas de Duarte de Armas (Códice A), é possível ver Algosó ao fundo. Esta fortaleza não recebeu um debuxo nesta obra.

Tentar comparar esta vista com a atualidade é impossível, uma vez que Duarte de Armas terá feito uma sobreposição de vistas para obter este resultado, o que significa que, na realidade, é impossível visualizar os castelos em linha como aqui nos aparecem.³⁵

³⁵ Para saber mais sobre Duarte de Armas e a acuracidade do seu trabalho é fundamental a consulta de Pedro MATOS GAMEIRO, (2014). *O semblante original das Fortalezas Medievais de Portugal*. Granada: Escuela de Posgrado da Universidade de Granada (policopiado); Do mesmo autor veja-se (2018). *Azimuth: aferição da orientação dos debuxos do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

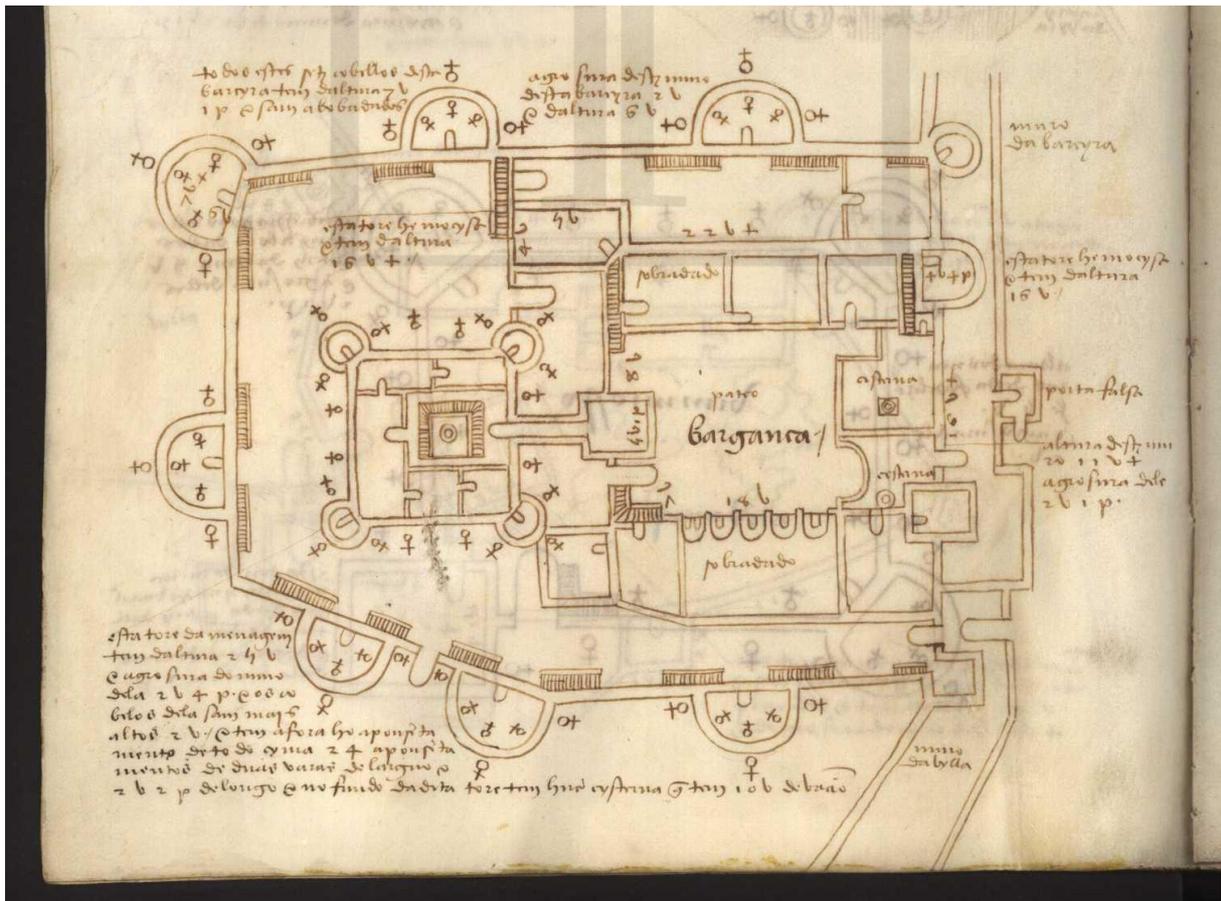
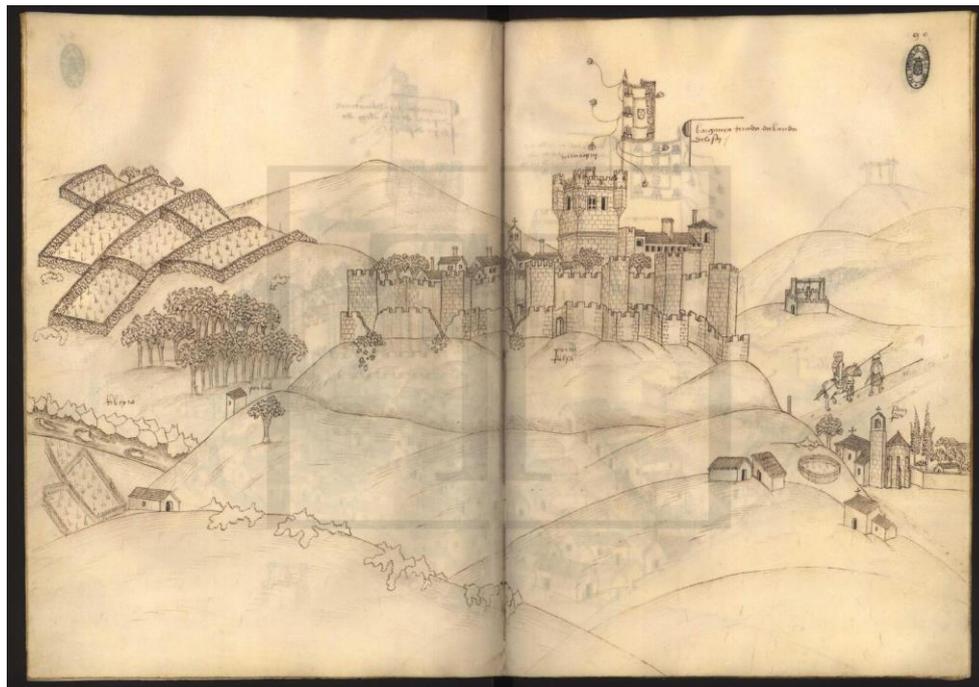
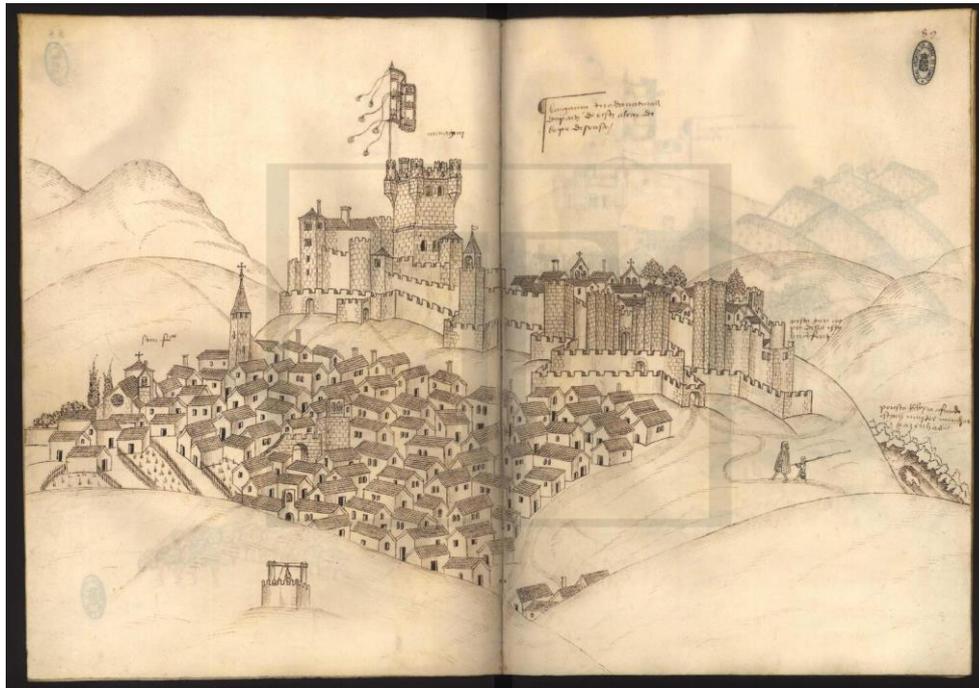


Figura 6- Planta da fortaleza de Bragança, presente no códice A do Livro das Fortalezas da autoria de Duarte de Armas.

Este debuxo mostra-nos a planta da fortaleza, destacando-se a torre de menagem com vinte e quatro aposentos no seu interior. Podemos ainda observar que as adaptações à pirobalística já estavam a ser efetuadas, com troneiras em grande quantidade.



Figuras 7a e 7b- vistas da fortaleza de Bragança no códice A do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas. Este debuxo, pese embora algumas incoerências, é quase um registo “fotográfico” daquilo que ainda hoje podemos ver quando visitamos este espaço. Destaca-se a torre de menagem pela sua envergadura.

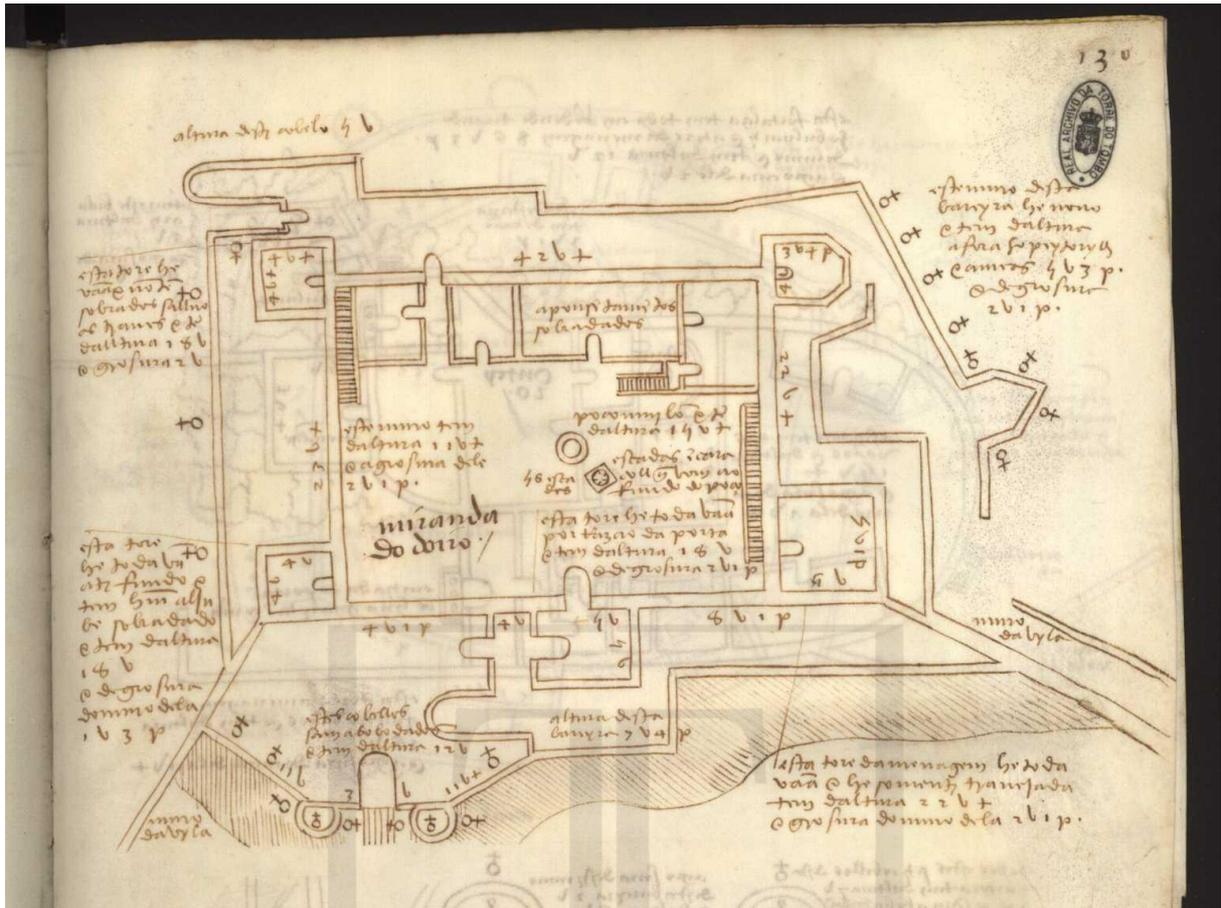
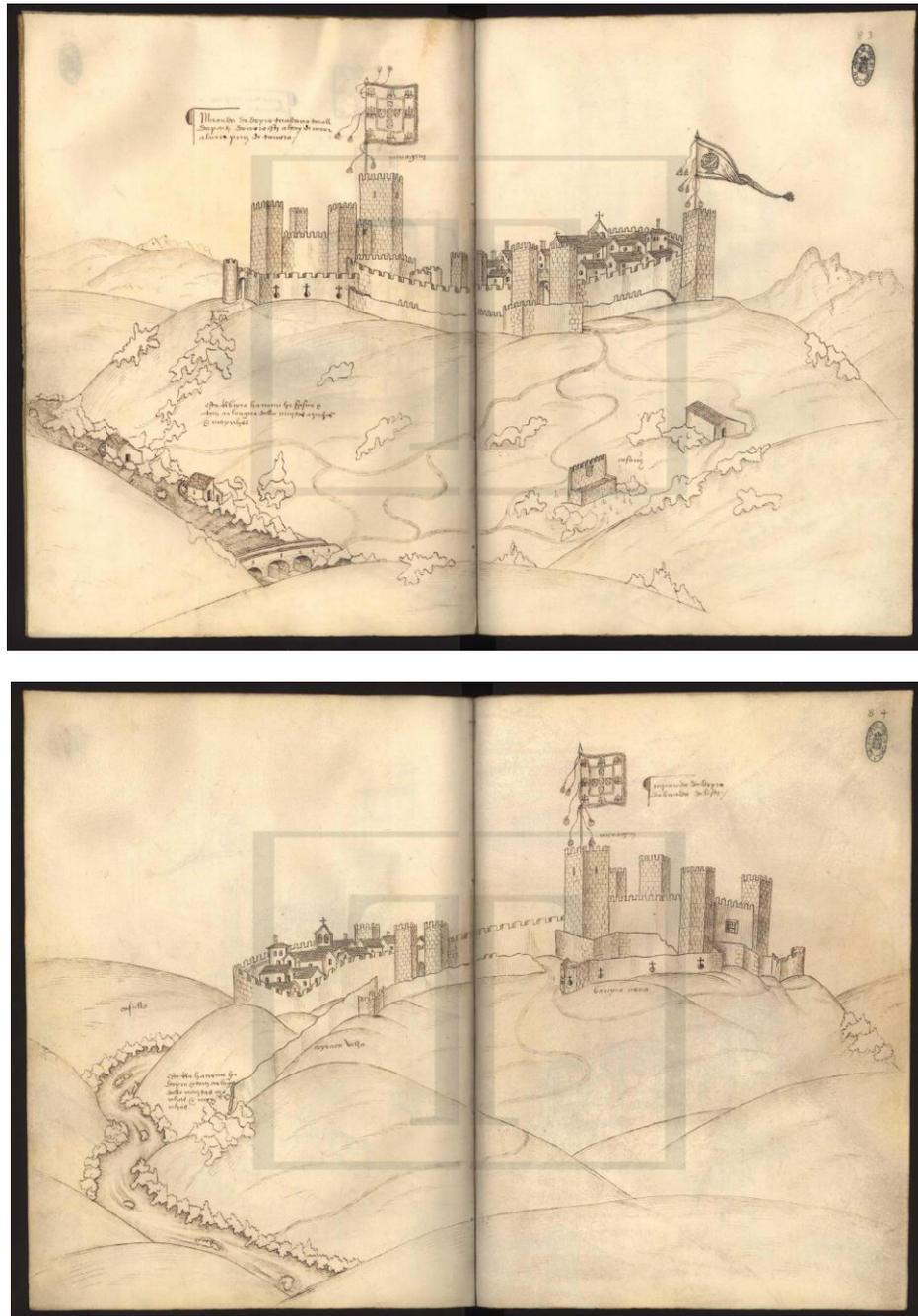


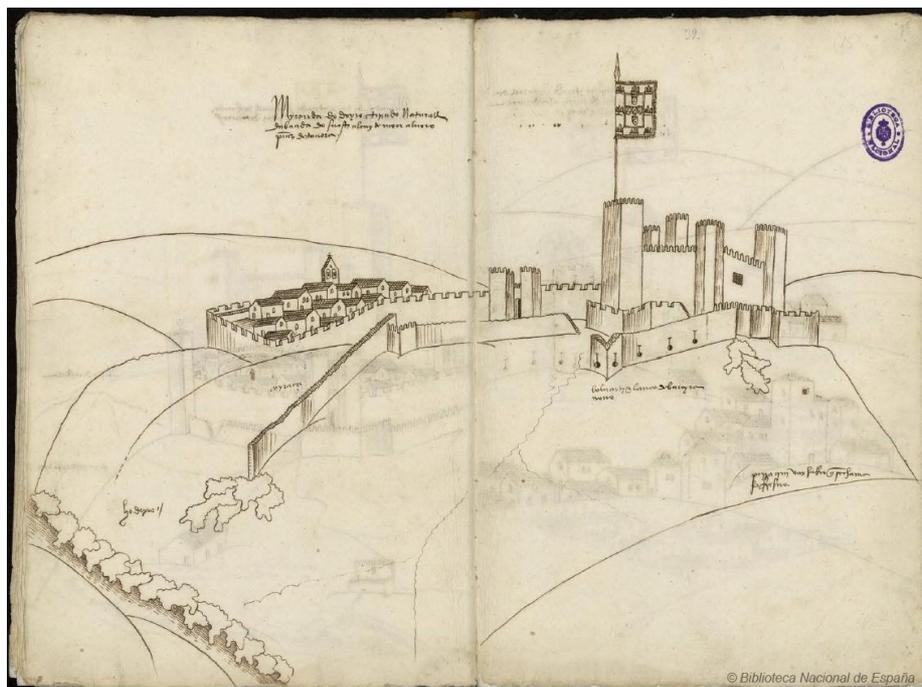
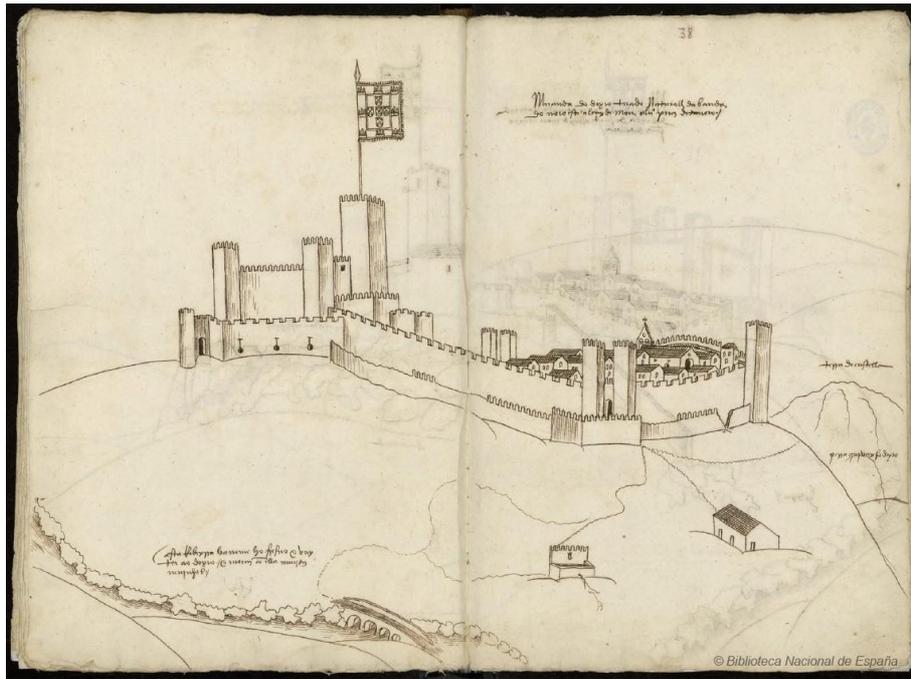
Figura 9- planta da fortaleza de Miranda do Douro, presente no Códice A do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.

Nesta planta Duarte de Armas indica que a torre de menagem é toda vã e somente travejada, o que justifica o facto de a torre sobrevivente não ser a de menagem, uma vez que esta é abobadada.

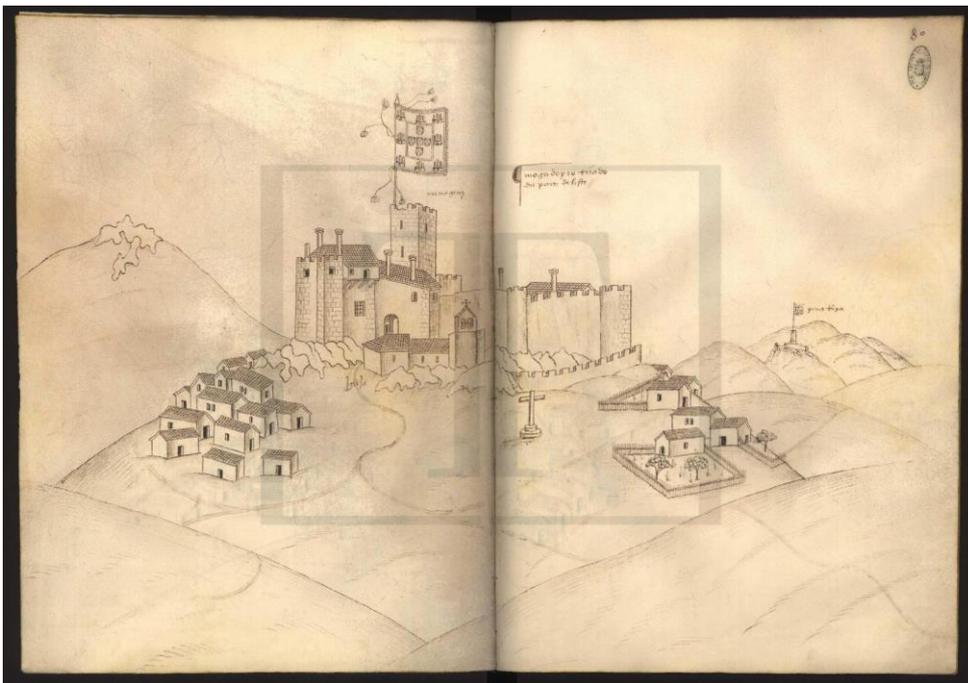
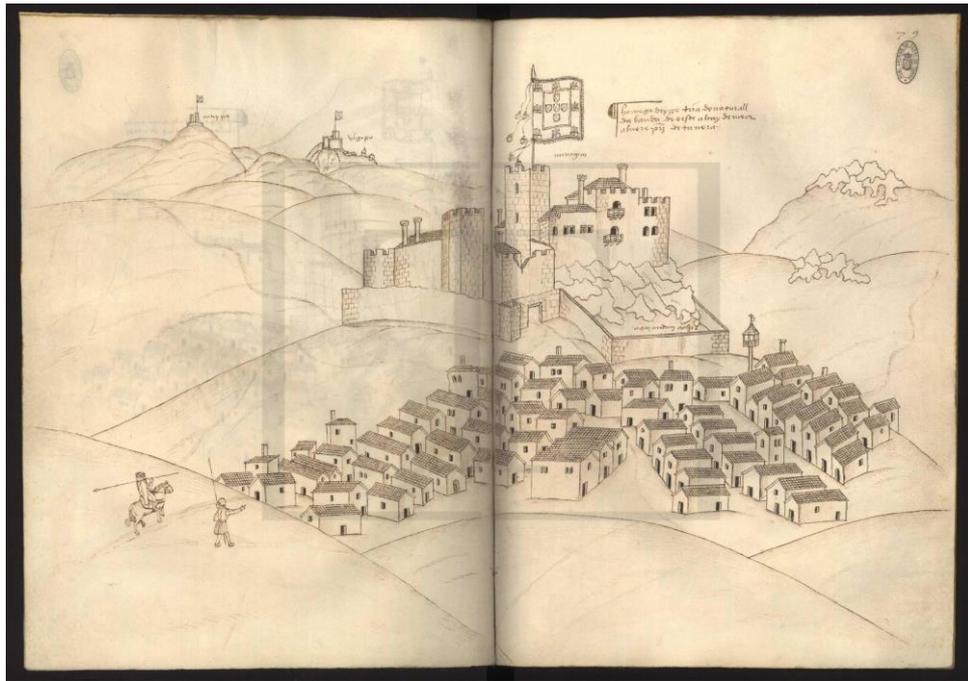


Figuras 10a e 10b- vistas de Miranda do Douro no Códice A do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.

Estes debuxos são essenciais para compreender o espaço e a sua configuração uma vez que a fortaleza foi destruída e a maior parte destes vestígios desaparece.,

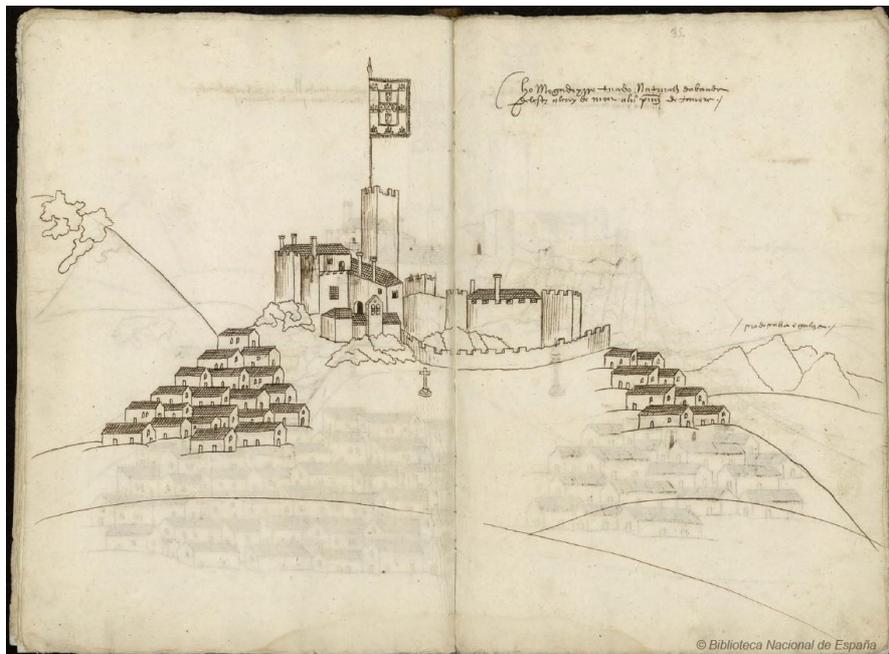
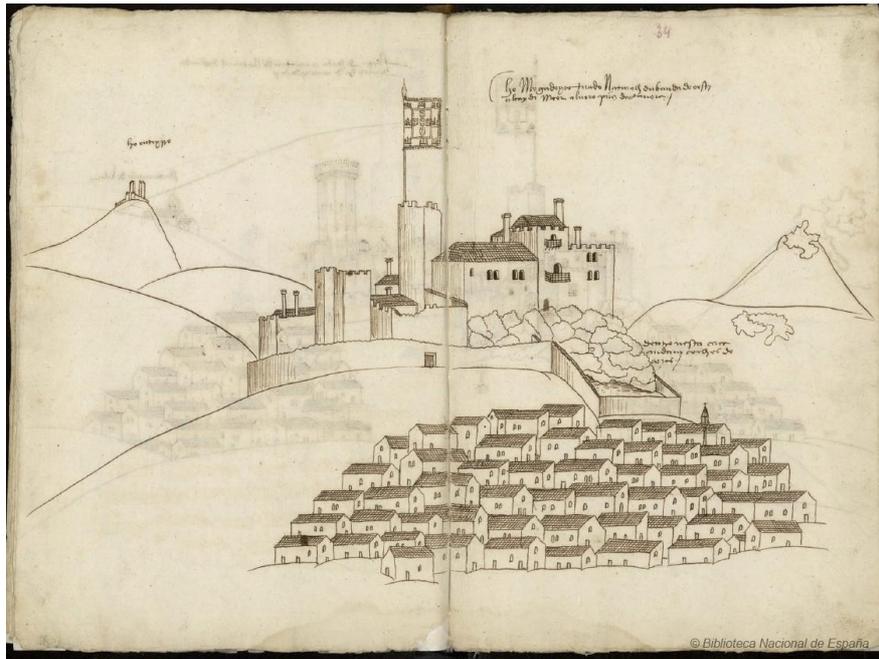


Figuras 11a e 11b- vistas de Miranda do Douro do Códice B do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.

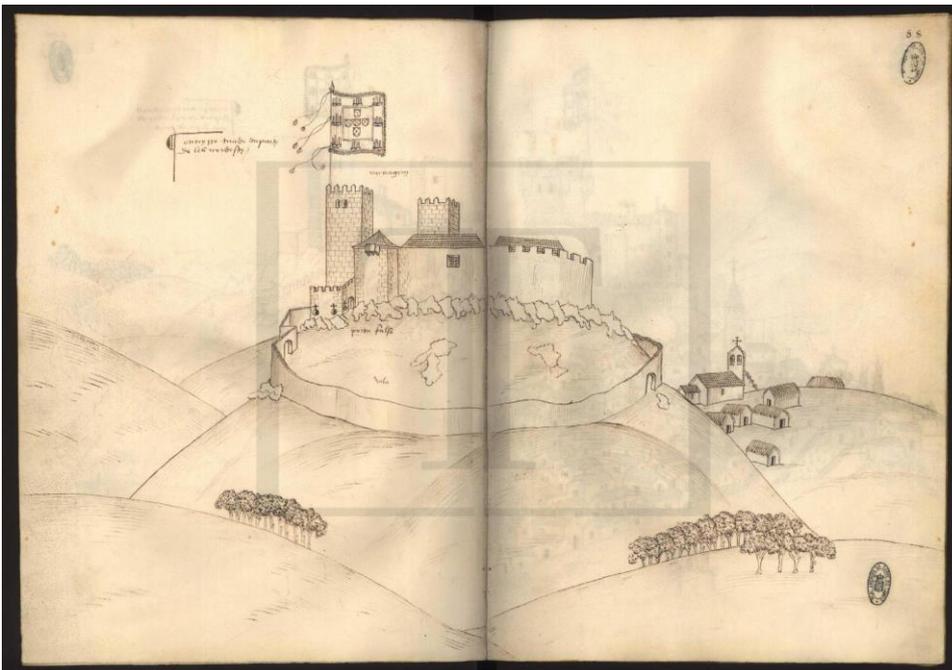
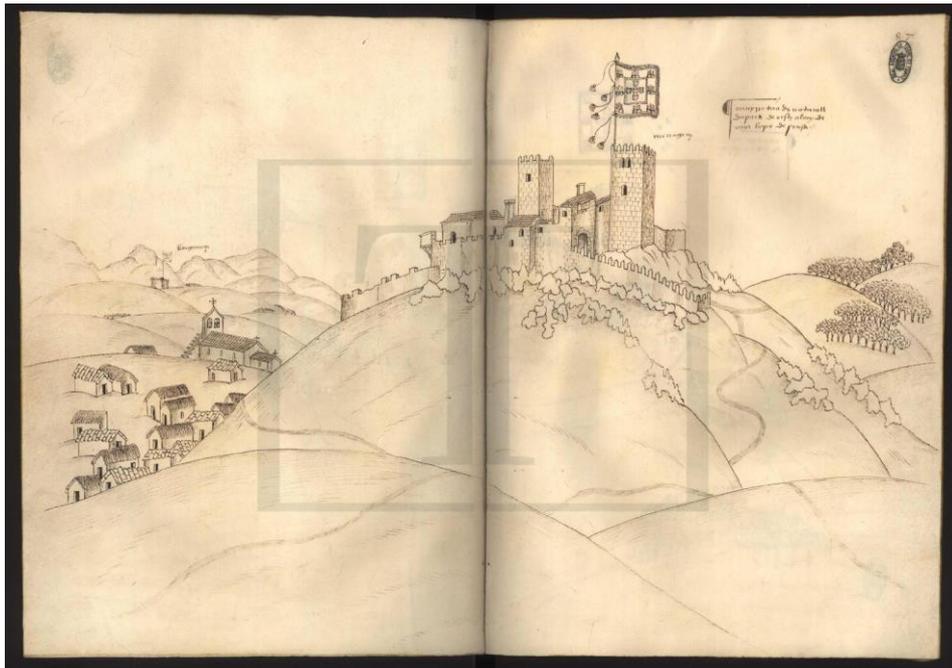


Figuras 13a e 13b- vistas de Mogadouro presentes no códice A do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.

Uma vez mais, estes debuxos mostram-se importantes pois a configuração atual deste espaço é completamente diferente, serve para perceber o espaço e o que outrora possuiu.

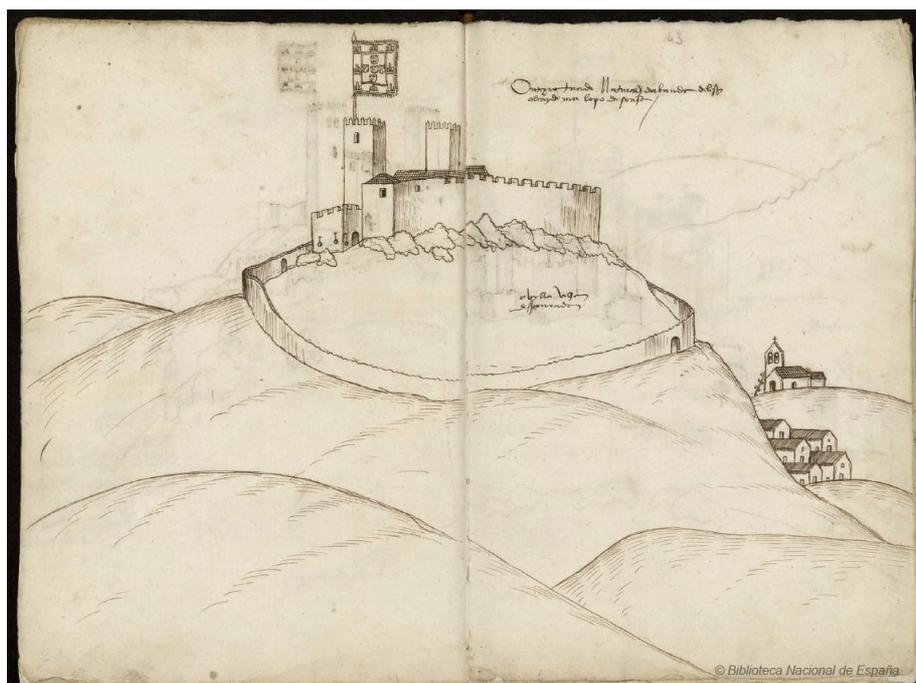
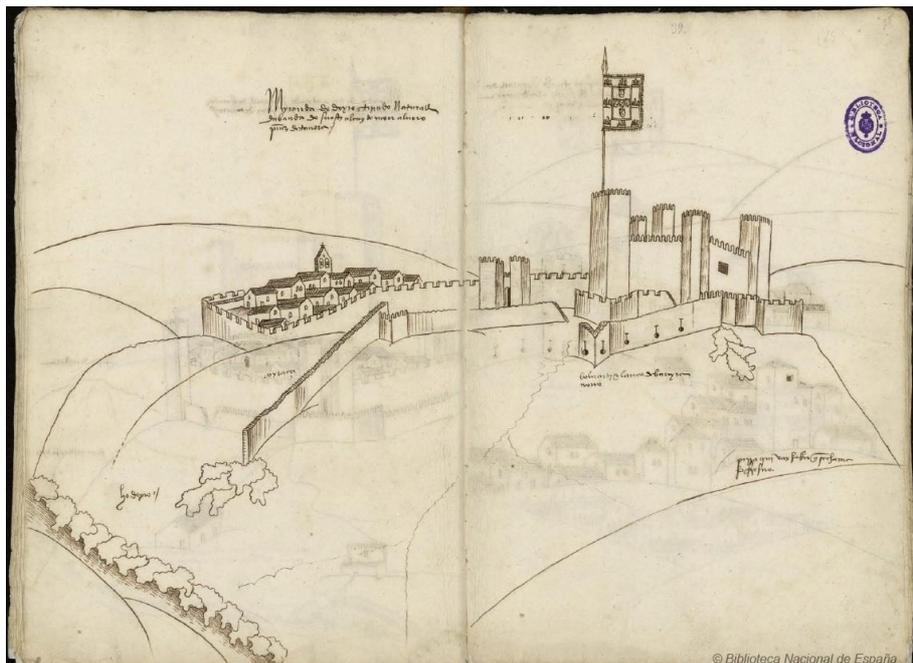


Figuras 14a e 14b- vistas de Mogadouro presentes no Códice B do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.



Figuras 16a e 16b- vistas de Outeiro presentes no códice A do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.

Tal como acontece com a planta apresentada anteriormente, estas vistas servem para conhecermos uma realidade que já não existe..



Figuras 17a e 17b- vistas de Outeiro presentes no Códice B do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.

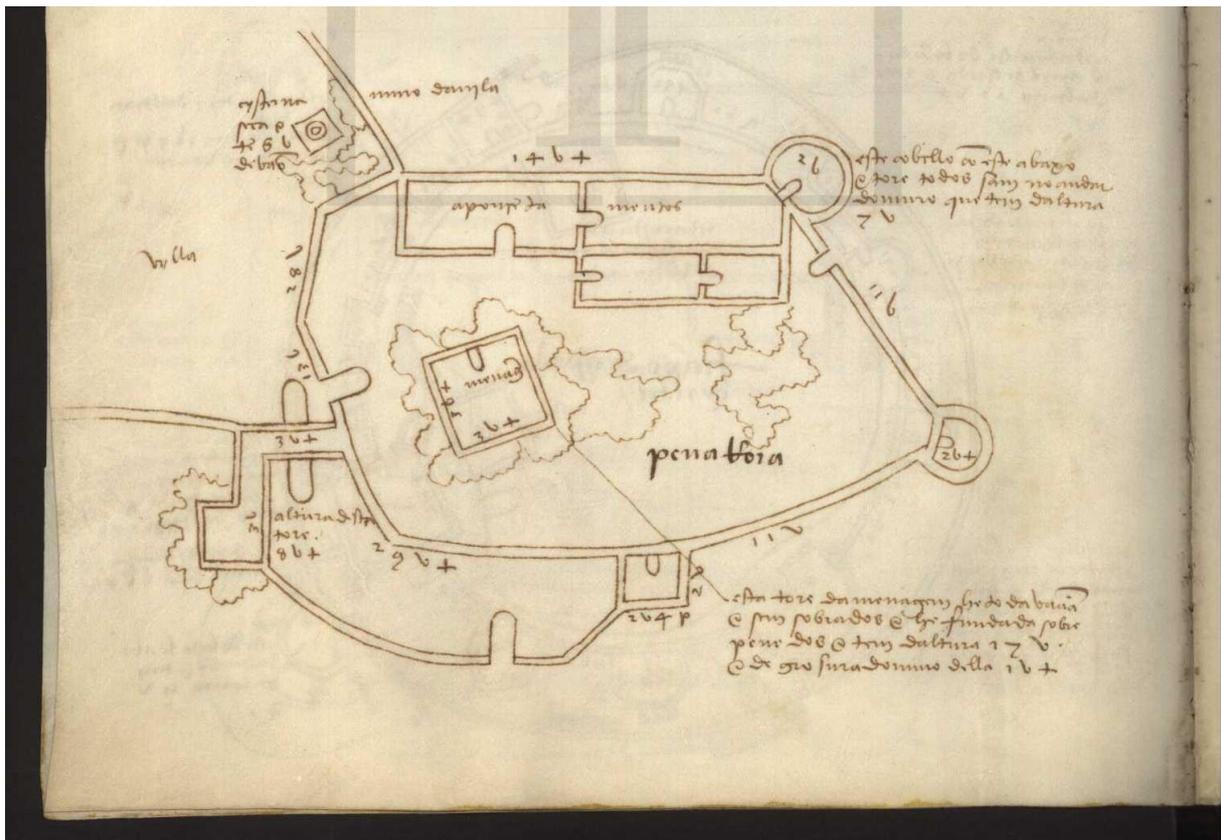
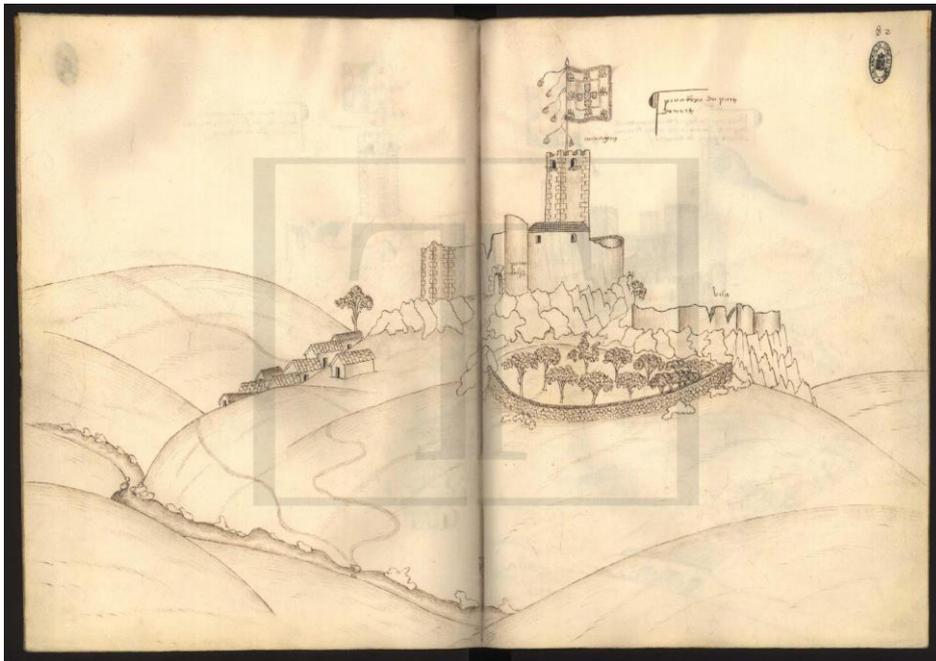
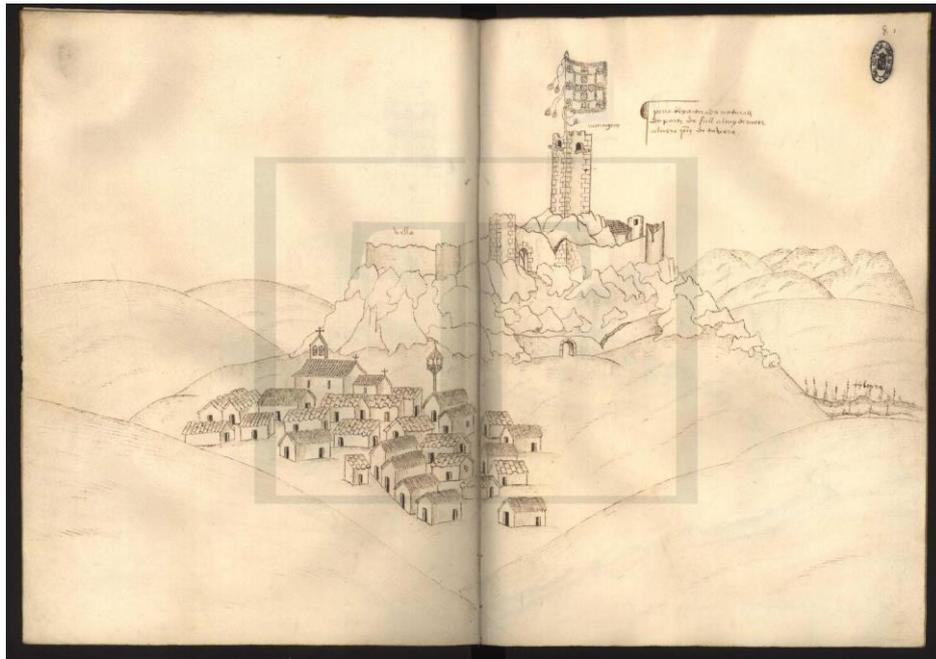
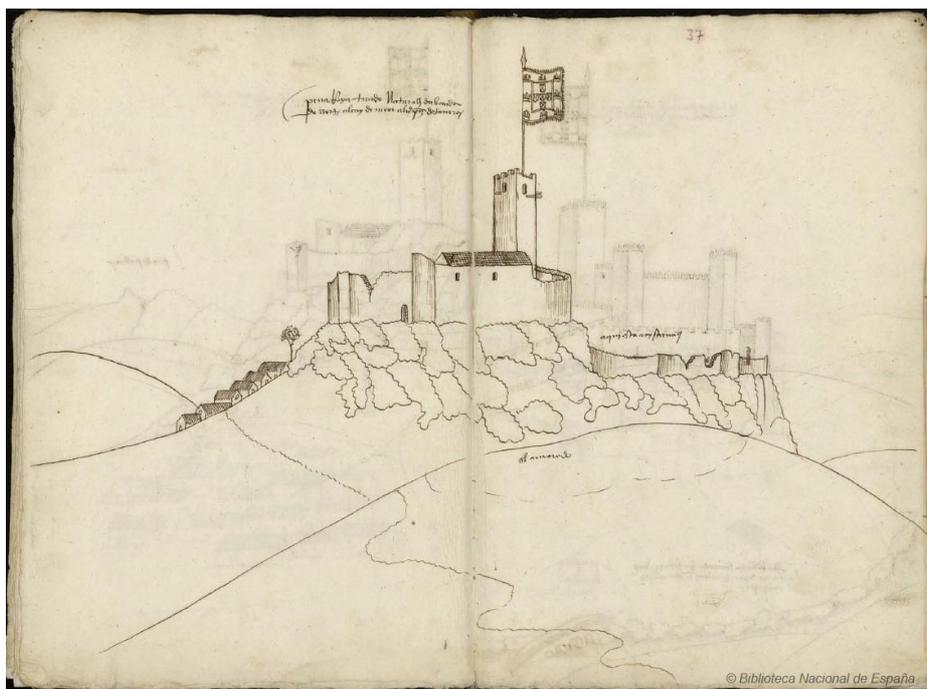
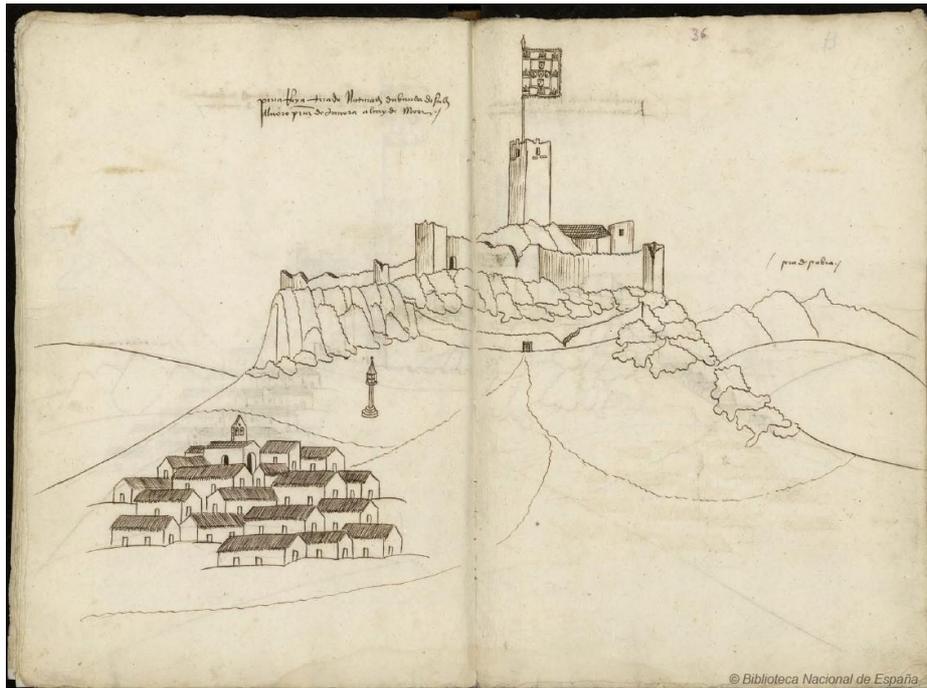


Figura 18- planta de Penas Róias. Códice A do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.



Figuras 19a e 19b- vistas de Penas Róias. Códice A do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.

Nestas vistas já é possível ver a ruína de Penas Róias, provavelmente fruto do seu abandono pela preferência que a família Távora teve por Mogadouro.



Figuras 20a e 20b- vistas de Penas Róias. Códice B do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.